

**Universidade de São Paulo**  
**Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas**  
**Departamento de Ciência Política**  
**Programa de Pós-Graduação em Ciência Política**

**Eleições Majoritárias e Entrada Estratégica no Sistema Partidário-Eleitoral  
Brasileiro**

**(1989-2006)**

**Rafael de Paula Santos Cortez**

**São Paulo**  
**2009**

**Universidade de São Paulo**  
**Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas**  
**Departamento de Ciência Política**  
**Programa de Pós-Graduação em Ciência Política**

**Eleições Majoritárias e Entrada Estratégica no Sistema Partidário-Eleitoral  
Brasileiro**  
**(1989-2006)**

**Rafael de Paula Santos Cortez**

Texto apresentado ao Departamento de  
Ciência Política da Faculdade de Filosofia,  
Letras e Ciências Humanas da Universidade  
de São Paulo, para obtenção do título de  
Doutor em Ciência Política.

**Orientador: Prof. Dr. Fernando Limongi**

**São Paulo**  
**2009**

## **Dedicatória**

Dedico esta tese a meus três maiores amores: Camilo, Nana e Guime.

## Agradecimentos

A tarefa de reconhecimento àquelas pessoas que contribuíram para a execução de uma tese de doutorado é certamente algo incompleto e, de alguma forma, injusta, dado que, necessariamente, cometerei injustiças ao omitir o nome de pessoas que contribuíram para este trabalho. Desde já peço desculpas aos que participaram de alguma forma deste projeto e a quem minha memória não permitiu uma referência explícita. Reforço minha gratidão a eles.

Em primeiro lugar, agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) pelo financiamento das atividades de pesquisa durante todo o processo de execução da tese.

Agradeço ao Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo (DCP-USP), que foi um ambiente acolhedor e de incentivo aos debates que enriqueceram a breve trajetória deste pós-graduando desde o mestrado até a conclusão do doutorado.

Esse reconhecimento começa com os funcionários da secretaria do DCP, não só por terem amenizado minha escassa habilidade com procedimentos burocráticos mas também especialmente devido à gentileza em todo momento. Minha gratidão a Maria Raimunda dos Santos (Rai), Márcia Gomes, Ana Maria, Vivian Pamela e Leonardo Novaes.

No DCP-USP tive a oportunidade de entrar em contato com professores sempre dispostos a partilhar conhecimento e incentivo. Agradeço aos professores Eduardo Marques, Marta Arretche, Maria D'Alva Kinzo (*in memoriam*), José Álvaro Moises e Maria Hermínia Tavares de Almeida, que ministraram disciplinas valiosas a minha formação no doutorado.

Agradeço aos professores Leandro Piquet Carneiro e Matthew Taylor pelos comentários na qualificação, que me permitiram definir melhor meu objeto de estudo. O professor Matthew Taylor ainda me ensinou ao me aceitar como seu monitor em curso de graduação e sempre me incentivou a seguir na trajetória acadêmica.

Apresentei versão preliminar do esboço de projeto de pesquisa no Seminário de Tese. Sou muito grato aos colegas que participaram da disciplina comigo e ao professor Fernando Abrúcio, que comentou a primeira versão do texto. Agradeço aos colegas do

grupo de orientandos do professor Fernando Limongi, que dividiram comigo reuniões de leitura e apresentação de trabalhos que permitiram um saudável fluxo de ideias. Agradeço pelos comentários e pelas críticas a uma versão de um capítulo da tese.

Os anos de pós-graduação foram menos tortuosos devido ao convívio social propiciado por inúmeros colegas. Deixo uma menção especial a Artur Zimmerman, Dayse Miranda, Maira Rodrigues, Hélio Alves, Nara Pavão, João Paulo Bachur, Juliana Viggiano, Louise Nazareno, Flávia Rossi e Vanessa Oliveira.

Adla Bourdokan e Sidney Jard da Silva foram colegas que me deram o prazer de trabalhar em parcerias. Fernando Guarnieri esteve sempre à disposição para o debate e para ensinamentos de métodos básicos. Vitor Marchetti Ferraz Jr. foi, mais do que um parceiro acadêmico, um amigo precioso ao longo dessa trajetória.

Relações sociais “não acadêmicas” contribuíram para essa empreitada. Agradeço a toda minha família, especialmente a meus pais – Adriana de Paula Santos Cortez e Antonio Camilo Cortez - e a meu irmão, Guilherme. Aos “discípulos de tia Luiza”, que foram companhia marcante dos bares da Vila Madalena. Agradeço o carinho e a amizade de Fernanda Mello e Priscila Faria Vieira, que me deram inúmeros momentos de alegria. Agradeço a Paula Fazzio pelo carinho e pelo cuidado nos afazeres domésticos.

Por fim, agradeço a meu orientador e referência acadêmica, o professor Fernando Limongi. Não é possível traduzir em palavras sua contribuição para esta tese de doutorado e para minha formação. Trata-se de um orientador ideal: atencioso e disponível para a troca de ideias e, especialmente, para partilhar seu vasto conhecimento. Seu espírito crítico e sua capacidade argumentativa serviram como inspiração para a tese e foram fundamentais para sua execução. Todo o meu agradecimento.

As lacunas do trabalho expressam as falhas de percepção do autor, que assume responsabilidade total por eventuais erros e imprecisões da pesquisa.

## **Resumo**

O sistema partidário-eleitoral brasileiro é tido como um dos mais fragmentados do mundo. As inferências para esse diagnóstico são extraídas do padrão de competição nas eleições proporcionais. O propósito da tese é estudar o sistema partidário brasileiro a partir das eleições majoritárias de 1989-2006. A tese tem como foco entender a dinâmica da competição política nessas disputas a partir da ação estratégica das elites partidárias. Do ponto de vista substantivo, o trabalho busca contribuir para o entendimento dos mecanismos que garantiram a dominância de PT e PSDB nas eleições presidenciais a partir de 1994. A tese busca demonstrar, ainda, a existência de estabilidade das clivagens políticas se tomarmos os Estados individualmente. O ponto de partida é que as eleições executivas são as mais importantes, tanto para as elites políticas como para os eleitores. Partidos políticos hierarquizam os diferentes pleitos. O argumento do trabalho é que o mecanismo central que garantiu a estabilidade da clivagem PT-PSDB foi a articulação nacional das candidaturas por meio das eleições para o governo do Estado. Esses dois partidos foram capazes de reproduzir essa clivagem nas diferentes disputas estaduais. A evidência empírica utilizada na análise é a frequência do lançamento de candidaturas dos nove maiores partidos nas eleições executivas. O custo de entrada das eleições majoritárias leva à criação de mercados eleitorais distintos no interior do sistema partidário brasileiro. O alto custo decorrente da baixa magnitude das eleições executivas torna esse mercado bastante concentrado. Assim, o padrão da competição política nas eleições majoritárias não apenas se encontra de acordo com a literatura institucionalista mas também apresenta uma estabilidade na identidade dos competidores tanto nas eleições presidenciais como, em menor medida, nas eleições para o governo estadual.

**Palavras-chave: Coordenação eleitoral. Entrada estratégica. Mercado Eleitoral. Sistema partidário-eleitoral brasileiro. Eleições majoritárias. Eleições presidenciais.**

## **Abstract**

The Brazilian electoral-party system is considered one of the most fragmented in the world. That diagnosis is based on the pattern of competition in proportional elections. The purpose of this thesis is to study the Brazilian party system from the perspective of executive elections from 1989 to 2006. This thesis focuses on understanding the dynamics of political competition in these disputes from the strategic action of the party elites. Our central aim is to contribute to the understanding of the mechanisms that ensured the dominance of PT and PSDB in the presidential elections since 1994. This thesis seeks to demonstrate also the existence of stability of political divisions if the states are taken individually. The starting point of this work is that the executive elections are the most important for both political elites and voters. Political parties rank the different types of competition. The argument of this paper is that the central mechanism which ensured the stability of the PT-PSDB cleavage was the articulation of national contest through the elections to the government of the state. These two parties were able to reproduce the various disputes in the states. The empirical evidence used in the analysis is the frequency of the launch of applications of the nine major parties in the executive elections. The cost of entering the elections majority takes the creation of separate markets within the electoral party system in Brazil. The high costs of low executive elections make this market highly concentrated. Thus, the pattern of the executive elections is not only according to the institutionalist literature, but also shows stability in the identity of competitors both in the presidential elections and, to a lesser extent, in elections to the states governments.

**Key words: electoral coordination, strategic entry, electoral market, Brazilian party system, majority elections, presidential elections**

## Lista de Gráficos, Quadros e Tabelas

Quadro 1 Ranking de preferências partidárias.....	24
Gráfico 1.0 Número efetivo de partidos, eleições presidenciais (1989-2006).....	39
Tabela 2.0 Número de candidaturas efetivas, eleições presidenciais (1989-2006) .....	42
Tabela 2.1 Somatório dos votos válidos de PT e PSDB, em %, eleições presidenciais (1989-2006).....	44
Tabela 2.2 Porcentagem da terceira força eleitoral, eleições presidenciais por distrito (1994-2006) .....	46
Tabela 2.3 Razão da votação entre terceira e quarta forças, eleições presidenciais de 2002 .....	48
Tabela 2.4 Índice de nacionalização partidária nas eleições presidenciais -SPNS .....	50
Tabela 2.5 Número efetivo de candidaturas, eleições para governador (1990-2006) .....	51
Tabela 2.6 Candidaturas dos partidos grandes por categoria de pleito, em %, sobre o total (1989-2006).....	54
Tabela 2.7 Taxa de aproveitamento dos partidos nas eleições para governador, em % (1990-2006).....	57
Tabela 2.8 Frequência das candidaturas dos partidos nas eleições para governador por ano, em % (1990-2006).....	59
Tabela 3.0 Identidade e desempenho das três maiores forças eleitorais, eleições presidenciais em primeiro turno (1989-2006).....	67
Gráfico 3.1 Número de candidaturas nas eleições presidenciais (1989-2006) .....	68
Tabela 3.1 Competidores nas eleições presidenciais por ano, partidos selecionados (1989-2006).....	69
Tabela 3.2 Nacionalização - Eleições 1989.....	73
Tabela 3.3 Participação relativa das candidaturas nas eleições de 1989, por região, em % .....	75
Tabela 3.4 Porcentagem dos votos válidos por Estados selecionados no Brasil e IDRC (1994) .....	76
Tabela 3.5 Número de Estados em que partidos formaram coligações nas eleições para governador (1994) .....	80
Tabela 3.6 Número de Estados em que partidos formaram coligações nas eleições para governador (1998) .....	83
Tabela 3.7 Número de Estados em que partidos formaram coligações nas eleições para governador (2002) .....	85
Tabela 3.8 Número de Estados em que partidos formaram coligações nas eleições para governador (2006) .....	87
Tabela 3.9 Número de Estados em que partidos concorreram nas eleições para governador (1994) .....	89
Tabela 3.10 Número de Estados em que partidos concorreram nas eleições para governador (1998) .....	90
Tabela 3.11 Número de Estados em que partidos concorreram nas eleições para governador (2002) .....	90
Tabela 3.12 Número de Estados em que partidos concorreram nas eleições para	



governador (2006) .....	91
Gráfico 3.3 Estratégias de entrada no mercado Executivo estadual (PT) .....	93
Gráfico 3.4 Estratégias de entrada no mercado Executivo estadual (PSDB).....	96
Gráfico 3.5 Estratégias de entrada no mercado Executivo estadual (PDT) .....	100
Gráfico 3.6 Estratégias de entrada no mercado Executivo estadual (PDS/PPR/PPB/PP)	
.....	102
Gráfico 3.7 Estratégias de entrada no mercado Executivo estadual (PMDB) .....	103
Gráfico 3.8 Estratégias de entrada no mercado Executivo estadual (PSB).....	105
Gráfico 3.9 Estratégias de entrada no mercado Executivo estadual (PPS).....	107
Tabela 4.0 Partidos e números de Estados que ganharam eleições para governador (1990-	
2006).....	116
Tabela 4.1 Participação relativa por ano de PT, PSDB e PMDB nas eleições para	
governador (1990-2006).....	117
Gráfico 4.1 Somatório do número de Estados conquistados por PT, PSDB e PMDB	
(1990-2006).....	118
Tabela 4.2 Soma das eleições vencidas por PT, PSDB e PMDB por tamanho de distrito	
(1990-2006).....	119
Tabela 4.3 Quantidade de eleições em que PT, PSDB e PMDB aparecem entre os dois	
primeiros, em % (1990-2006) .....	119
Gráfico 4.2 Número de partidos que lançaram candidaturas para governador.....	121
Gráfico 4.3 Número de candidaturas para governador por grupo de partido (1990-2006)	
.....	122
Tabela 4.4 Quantidade de candidaturas lançadas ao governo estadual pelos nove maiores	
partidos (1990 -2006) .....	124
Tabela 4.5 Número de partidos que lançaram candidatos, por número de eleição (1990-	
2006) .....	126
Tabela 4.6 Número de partidos com candidatos a governador em todas as eleições, por	
tipo de distrito (1990-2006) .....	128
Tabela 4.7 Número de partidos vencedores para governador por magnitude do distrito	
(1990-2006) .....	129
Tabela 4.8 Número de “grupos políticos” vencedores nas eleições para governador, por	
tipo de distrito (1990-2006) .....	132
Tabela 4.9 Número de Estados e tipo de mudança em relação ao pleito anterior, por ano	
(1994-2006).....	133
Tabela 4.10 Número de eleições com mudança total em relação ao pleito anterior, por tipo	
de distrito (1994-2006).....	134
Tabela 4.11 Número de Estados com mudança total nos dois primeiros lugares em relação	
ao pleito anterior, por tipo de distrito (1994-2006) .....	135
Partidos que lançaram candidatos e venceram eleições para governador (1990-2006)..	159

## **Lista de siglas**

DEM – Democratas  
PC do B – Partido Comunista do Brasil  
PDS – Partido Democrático Social  
PDT – Partido Democrático Trabalhista  
PFL – Partido da Frente Liberal  
PGT – Partido Geral dos Trabalhadores  
PL – Partido Liberal  
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro  
PMN – Partido da Mobilização Nacional  
PPB – Partido Progressista Brasileiro  
PPR – Partido Progressista Reformador  
PP – Partido Progressista  
PPS – Partido Popular Socialista  
PR – Partido da República  
PRB – Partido Republicano Brasileiro  
PRN – Partido da Reconstrução Nacional  
Prona – Partido da Reedificação Nacional  
PSB – Partido Socialista Brasileiro  
PSC – Partido Social Cristão  
PSD – Partido Social Democrático  
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira  
PSL – Partido do Solidarismo Libertador  
PSN – Partido Solidarista Nacional  
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade  
PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado  
PT – Partido dos Trabalhadores  
PTC – Partido Trabalhista Cristão  
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro  
PTN – Partido Trabalhista Nacional  
PTR – Partido Trabalhista Renovador  
PV – Partido Verde

## Sumário

<b>Capítulo 1 – Ponto de partida da análise e crítica metodológica da literatura.....</b>	<b>23</b>
<b>1.1 Pressupostos da análise .....</b>	<b>23</b>
<b>1.2 Eleições presidenciais e competição partidária: revisão do debate .....</b>	<b>27</b>
<b>Considerações finais.....</b>	<b>36</b>
<b>Capítulo 2 - Eleições majoritárias e mercado eleitoral brasileiro a partir de 1989</b>	<b>37</b>
<b>2.1 Formato partidário: eleições presidenciais .....</b>	<b>39</b>
<b>2.2 Formato partidário: eleições para governador .....</b>	<b>50</b>
<b>2.3 Magnitude eleitoral: definição de mercados eleitorais.....</b>	<b>53</b>
<b>Considerações finais.....</b>	<b>61</b>
<b>Capítulo 3 – Identidades no mercado eleitoral: eleições presidenciais .....</b>	<b>63</b>
<b>3.1 Identidades partidárias: o efeito da entrada estratégica .....</b>	<b>66</b>
<b>3.2 Rumo à bipolarização: distribuição geográfica do voto.....</b>	<b>71</b>
<b>3.3 Articulação política da bipolarização: estratégia dos partidos nas coligações</b>	<b>78</b>
<b>3.4 Estratégias partidárias: construção das candidaturas presidenciais.....</b>	<b>92</b>
<b>Considerações finais.....</b>	<b>108</b>
<b>Capítulo 4. Identidade partidária nas eleições executivas estaduais. ....</b>	<b>112</b>
<b>4.1 Efeitos distributivos da coordenação eleitoral nos Estados: a preponderância de PT, PSDB e PMDB .....</b>	<b>115</b>
<b>4.2 Oferta de candidaturas nas eleições estaduais.....</b>	<b>120</b>
<b>4.3 Mercados Executivos estaduais: cartelizados ou em mutação? .....</b>	<b>125</b>
<b>Considerações finais.....</b>	<b>136</b>
<b>Conclusão .....</b>	<b>139</b>
<b>Referências Bibliográficas.....</b>	<b>144</b>
<b>Anexos.....</b>	<b>151</b>

## Introdução

A competição eleitoral é um tema central para a ciência política. São incontáveis os estudos que se debruçaram sobre o tema na tentativa de entender os mecanismos de funcionamento, dinâmica da evolução e possíveis implicações da competição pelo voto, expressão da soberania popular em um governo representativo. Trata-se de uma das áreas mais tradicionais de pesquisa para a agenda institucionalista.

A ciência política brasileira acompanhou essa agenda de pesquisa da literatura comparada e desenvolveu um significativo corpo de trabalhos visando entender o desenvolvimento do sistema partidário brasileiro. Um arsenal de perspectivas, que vai desde os estudos de caso de uma eleição específica até a formação de um partido político, passando pela análise do formato partidário e das práticas coligacionistas. A relação entre o sistema partidário-eleitoral e a estrutura socioeconômica e, por consequência, seu grau de representatividade e legitimidade, foi intensamente analisada, tendo em vista encontrar os determinantes da estabilidade dos sistemas políticos brasileiros.

Os estudos que tratam da competição política e de suas relações com a evolução do sistema partidário pecam pela “miopia”: o peso diminuto, se e quando se confere algum, às eleições majoritárias<sup>1</sup> para a definição da dinâmica da competição dos partidos políticos brasileiros. Dito de forma direta: a competição partidária no Brasil republicano não foi devidamente analisada sob a ótica das eleições majoritárias, supostamente devido a seu caráter antipartidário. Cargos Executivos, de acordo com essa visão, seriam disputas entre pessoas e não propriamente entre partidos.

O presente trabalho discute a trajetória do sistema partidário-eleitoral brasileiro após o estabelecimento do marco constitucional atual, tomando como ponto de partida as eleições majoritárias. Eleições para o Executivo federal são as eleições mais importantes em democracias presidencialistas. Dessa maneira, é natural que os partidos políticos organizem sua estratégia eleitoral tendo como eixo central a competição presidencial.

Assim, é fundamental entender a evolução do sistema partidário reconhecendo a centralidade dessa disputa. Essa competição, todavia, não ocorre isoladamente das

---

<sup>1</sup> Na tese, utilizarei de forma intercambiável os termos executivas e majoritárias para designar as competições para presidente e governador, uma vez que as eleições para o Senado não serão objeto de análise.

disputas em nível estadual, tanto para cargos Executivos como para o Legislativo. Portanto, devem ocorrer inter-relações entre as disputas travadas. É de se esperar que as estratégias eleitorais dos partidos articulem os pleitos em suas diferentes esferas. Dessa forma, analisarei a conexão entre as eleições executivas federais e a competição para governador, visto que as eleições para o Executivo estadual são as mais importantes disputas em nível estadual.

A assertiva anterior não tem como objetivo afirmar que as demais competições não são importantes para os partidos, tampouco que não exista tensão intrapartidária quanto às estratégias relativas aos diferentes pleitos. Em um Estado federativo como o Brasil, a estratégia eleitoral ótima para a obtenção da chefia do Executivo federal pode entrar \_de fato, muitas vezes entra\_ em atritos com interesses partidários em nível estadual. Entender a forma como as diversas organizações partidárias resolvem esses dilemas é menos uma questão teórico/analítica a ser resolvida de acordo com algum princípio normativo e mais objeto de investigação empírica. Diferentes partidos darão respostas diversas a esses dilemas, dependendo das suas estratégias.

As eleições majoritárias são um interessante objeto de estudo para a observação das estratégias eleitorais devido a sua baixa magnitude (M). Isso porque, como se sabe, os custos de entrada são decorrentes da magnitude, portanto são especialmente elevados nas disputas majoritárias. A forte barreira de entrada dada pela magnitude restringe esse mercado eleitoral a poucos participantes, uma vez que os partidos políticos menos eficientes nesses pleitos tendem, em longo prazo, a se retirar das disputas. As diferentes organizações partidárias conhecem esses custos e procuram participar dos mercados eleitorais nos quais a probabilidade de sucesso é maior.

Em outros termos, a associação entre eleições diretas e majoritárias para cargos Executivos e eleições proporcionais para os postos legislativos gera uma divisão do trabalho entre os partidos que atuam no mercado eleitoral brasileiro.

Gostaria de chamar atenção para o fato de que as teses clássicas sobre o sistema partidário brasileiro desconsideram de forma sistemática as eleições presidenciais, assim como a divisão e a especialização de trabalho que se estabelece no interior desse sistema. Isso é verdade para ambas as experiências democráticas do país, o que não deixa de ser paradoxal. As interpretações mais gerais sobre o funcionamento da democracia

presidencialista brasileira se dão sem o devido tratamento das eleições que definem e são as mais importantes para esse regime.

Os diagnósticos sobre a evolução do formato do sistema partidário (Lima Junior, 1983), os atributos dos partidos tomados individualmente (Soares, 1973), o processo de institucionalização do sistema partidário (Souza, 1976) e os efeitos do sistema partidário para a estabilidade do regime democrático (Santos, 2003) são inferidos a partir das características das competições proporcionais.

A alegada fragmentação excessiva da competição eleitoral é afirmada com base em análises dos resultados das eleições proporcionais e não se dá a devida atenção à baixa fragmentação que caracteriza as eleições majoritárias. As eleições executivas são discutidas de maneira pouco sistematizada<sup>2</sup>.

Essa concentração de esforços analíticos na dinâmica das eleições proporcionais no Brasil foi notada anteriormente por Antonio Lavareda em *Democracia nas Urnas* (1991:26-27). O autor já chamava a atenção para o fato de que: “ficaram assim excluídas de observação detalhada as eleições majoritárias, dentre essas, as eleições presidenciais”. Na visão de Lavareda, havia a “forte influência sobre os pesquisadores pelos modelos europeus de análise do fenômeno eleitoral que, por estarem voltados para contextos de governos de gabinete, naturalmente se detêm quase que exclusivamente sobre eleições parlamentares”.

Seu trabalho busca articular essas duas dimensões. O argumento é que o sistema partidário no final da experiência democrática estava passando por um processo de consolidação em dois planos: majoritário e proporcional. O autor conclui, a partir da correlação entre o formato partidário assumido pelas diferentes eleições, que as eleições para governo estadual seriam o elo entre os dois sistemas.

Lavareda, no entanto, não leva sua proposta às últimas consequências, na medida em que trata apenas da relação entre as eleições executivas e as demais do ponto de vista das correlações entre o formato partidário das diferentes eleições, desconsiderando estratégias e a própria continuidade das siglas que controlam estas disputas.

A ausência de uma avaliação do sistema partidário-eleitoral à luz das eleições

---

<sup>2</sup> Para uma análise de efeitos negativos da construção das candidaturas nacionais para o sistema partidário brasileiro no período 1946-1964, ver Benevides (1979); D'Araújo (1982).

presidenciais é visível na literatura sobre o sistema partidário atual<sup>3</sup>. Nicolau (1996), em *Democracia e Multipartidarismo*, busca entender os determinantes da elevada fragmentação partidária brasileira. Os achados do trabalho mostram que a fragmentação da competição partidária no Brasil seria menos resultado das regras eleitorais e mais decorrente do “federalismo partidário” e da migração entre as legendas. Nota-se que a preocupação sobre causas e efeitos do multipartidarismo herdados das análises para o período 1946-1964 persistia entre os principais analistas.

Entende-se o foco adotado por Nicolau, uma vez que a experiência democrática brasileira anterior teve sua vida abreviada devido ao funcionamento ineficiente do sistema partidário brasileiro do período. Na realidade, a elevada fragmentação nas eleições proporcionais brasileiras, tidas como uma das mais fragmentadas do mundo, constituiu-se no problema central da agenda de pesquisa sobre o sistema partidário-eleitoral no período atual.

Alguns analistas passaram a incorporar as eleições presidenciais na avaliação da dinâmica partidária no atual período democrático. Melo (2006, 1007) observou a importância das eleições presidenciais no entendimento da evolução do processo partidário-eleitoral brasileiro. No entanto, é preciso desenvolver de forma mais sistemática o mecanismo que explica essa centralidade da competição nacional \_isto é, ter uma explicação melhor para a) por que dois partidos; b) por que esses dois; e c) por que o predomínio tem se mostrado estável. Oferecer respostas e explicações para essas perguntas é um dos objetivos principais desta tese.

O argumento da tese é que a articulação entre os pleitos presidenciais e para governador fornece as bases sobre as quais a clivagem PT-PSDB ganhou estabilidade no plano nacional. Esses partidos subordinam sua estrada estratégica nas disputas estaduais à dinâmica da competição nacional. Trata-se da adoção de uma estratégia que importa na formatação de um *mecanismo de construção nacional das candidaturas*. A estratégia assumida pelos partidos é replicar essa dualidade nacional no plano dos Estados, pela competição entre candidaturas estaduais das duas legendas ou pelo apoio a candidaturas de outros partidos que se contraponham no Estado a seu adversário nacional.

---

<sup>3</sup> Para uma análise global da competição partidária no período pós-1982, ver Braga (2006). A autora levanta uma considerável quantidade de evidências empíricas da dinâmica do sistema partidário, mas não oferece os mecanismos explicativos para a reação dos fenômenos observados.

Essa estratégia abre espaço para que as demais legendas construam seus nichos, isto é, estabeleçam-se em determinados Estados, impulsionadas pela dualidade PT-PSDB em nível nacional. Dito de outra forma, alguns partidos estabelecem seu controle ou fincam os pés em determinados Estados em troca de sua vinculação a uma das candidaturas em nível nacional.

\*\*\*

Esta tese pretende contribuir para o debate sobre a evolução e as características do sistema partidário brasileiro, propondo uma revisão de foco e/ou de ênfase. O ponto de partida são as eleições majoritárias para a Presidência e para os governos estaduais. A mudança se justifica pela importância e pela centralidade desses pleitos para os partidos e para os eleitores. O esforço é o de contribuir para o entendimento da lógica da competição partidário-eleitoral, tomando como principal variável de análise a estratégia de entrada dos partidos nas diferentes disputas eleitorais (Cox, 1997, 1999, 2005). Em outras palavras, a decisão estratégica dos partidos quanto a participar ou não dos diferentes tipos de pleito é a principal variável explicativa mobilizada pela análise.

Por si só, a inversão de perspectiva e a ênfase nas eleições majoritárias em lugar das proporcionais produzem importantes contribuições para a nossa visão do sistema partidário brasileiro. A fragmentação excessiva tão debatida pela literatura cede lugar à concentração. Na realidade, nada que devesse causar surpresas. O número efetivo de partidos nas eleições majoritárias no Brasil está dentro do limite esperado pela literatura sobre os efeitos da legislação eleitoral sobre a competição partidária (Duverger, 1951; Cox, 1997). Dito de forma mais positiva, o número de partidos nas eleições majoritárias sistematicamente no limite máximo estabelecido pela regra “M +1”.

O mais importante –e, talvez, surpreendente– é a segunda constatação a que essa perspectiva analítica nos leva: a estabilidade das siglas partidárias que participam das disputas majoritárias, tanto em nível federal como nos Estados. Há uma estabilidade dos atores centrais nas disputas executivas ao longo do tempo. Em geral, os mesmos partidos que concentram os votos nas eleições nacionais são os que participam de forma mais efetiva nas competições executivas estaduais.

Como já foi observado por outros analistas, PT e PSDB dominam as eleições



presidenciais desde 1994. A soma dos votos<sup>4</sup> válidos nas eleições presidenciais nesses dois partidos partiu de 29% na eleição de 1989 e atingiu, em 2006, incríveis 90% dos votos. Os dois partidos terão governado, ao fim do atual mandato presidencial, 80% da série histórica coberta pelo trabalho.

A prevalência de PT e PSDB na disputa para o Executivo nacional não encontra correspondência imediata nas eleições executivas em nível estadual. Todavia, as evidências empíricas a serem apresentadas ao longo deste trabalho indicam o fortalecimento e a cristalização de alguns poucos polos nas disputas nos Estados. Aqui, o cenário indica crescente concentração de votos em três partidos, a saber: PT, PSDB PMDB. Esses três partidos respondiam por 44% dos votos para governador nas eleições de 1990, ao passo que, nas eleições de 2006, receberam 77% do total dos votos.

Nota-se que, se tomarmos apenas a votação para governador do PT e PSDB –os protagonistas centrais nas disputas nacionais–, iremos constatar o aumento do capital eleitoral desses partidos em âmbito estadual. Nas eleições para governador de 1990, os partidos conquistaram 21% dos votos no país. O peso relativo das duas legendas chegou a 52% dos votos no último pleito.

O cenário descrito acima pede explicação, e um dos objetivos da tese é fornecê-la. O argumento a ser desenvolvido visa demonstrar como a clivagem PT-PSDB se estabeleceu e ganhou estabilidade no plano nacional, ao mesmo tempo em que dá conta do crescente domínio desses dois partidos, somados ao PMDB nos pleitos estaduais. Vale observar que as disputas estaduais correspondem a 27 pleitos concomitantes, porém independentes. O que une essas disputas é a sobreposição da eleição presidencial.

O trabalho recorre a uma explicação institucionalista para entender esse processo. Trata-se de um argumento que dá ênfase à dimensão estratégica, às decisões tomadas pelas elites partidárias. O ponto de partida é que o processo eleitoral pode ter sido tomado como um complexo jogo sequencial de coordenação em que as elites partidárias, ao definir candidaturas, movem-se primeiro. Como é característico dos jogos sequenciais, quem se move primeiro tem vantagens estratégicas, na medida em que pode antecipar os movimentos futuros dos demais jogadores.

Cox (1997) mostra que um dos efeitos centrais das eleições majoritárias para a

---

<sup>4</sup> A fonte desses números se encontra nos capítulos posteriores, onde farei a análise dessa dinâmica.

competição política é elevar o custo de entrada nos mercados eleitorais de forma a reduzir o número de competidores e favorecer a coordenação estratégica das elites. Por coordenação estratégica das elites entende-se a decisão dos partidos em entrar na disputa, coligar-se ou se retirar.

Tomada de forma estática, isto é, apenas para uma eleição, a concomitância das eleições para presidente e para os governos estaduais enseja uma barganha entre partidos quanto às combinações das três estratégias listadas anteriormente (entrar, coligar-se ou se retirar) nos diferentes distritos e entre níveis. Obviamente, a decisão central ou crucial diz respeito à entrada no distrito nacional. As demais decisões são subordinadas a essa e podem envolver retiradas de candidaturas em certos Estados como forma de forjar e garantir coligações.

Partidos podem ou não coordenar no momento pré-eleitoral, como também podem ou não negociar de forma combinada a estratégia de entrada nas diferentes disputas estaduais. Quando partidos coordenam e se coligam, a estrutura da relação que entabulam toma a forma de um jogo do tipo “batalha dos sexos”, isto é, ambos os jogadores estão dispostos a cooperar \_o dilema entre eles é decidir entre opções vantajosas, mas cujos ganhos não são simétricos a ambos. Em outros termos, se dois partidos A e B optam por coordenar seus esforços eleitorais celebrando uma coligação, a decisão seguinte é a de saber qual dos dois partidos será o cabeça da coligação em determinado distrito. Obviamente, os ganhos de A serão maiores se encabeçar a chapa. Para voltar à “batalha dos sexos”, a mulher prefere encontrar o namorado a não encontrar, mas prefere fazê-lo indo ao espetáculo de dança.

Se os potenciais parceiros decidirem por disputar as eleições no mesmo distrito, então o jogo passa a ser do tipo “jogo das galinhas”, isto é, os dois se enfrentam e deixam ao eleitor a decisão sobre qual deles prevalecerá. A iminência do conflito pode levar à desistência de um dos competidores ou ao esvaziamento de uma das candidaturas.

Coordenação e conflito podem e, de fato, ocorrem no interior do sistema político brasileiro. A questão é que o caminho tomado pelos partidos entre essas duas alternativas gera consequências relevantes tanto para as organizações partidárias tomadas individualmente como para o sistema partidário como um todo.

Grosso modo, a perspectiva analítica que informa a análise subsequente está

apoiada em três pressupostos: 1) quem coordena tem vantagens sobre quem não coordena; 2) situações de não coordenação definem ganhadores e perdedores de forma mais evidente e absoluta do que a cooperação; 3) a coordenação tem efeitos para o processo eleitoral nas eleições subsequentes devido a seus efeitos redistributivos, ou seja, é diferente para a balança de poder entre eles se determinada coligação entre partidos A e B lança candidato do partido A ou do partido B.

A passagem abaixo, de Cox (1997, p.05), sintetiza a perspectiva analítica que informa o entendimento da evolução do sistema partidário majoritário brasileiro à luz das considerações relativas à entrada estratégica dos partidos:

*“Colocando de forma mais direta: coordenação eleitoral eficiente necessariamente envolve uma redução no número de competidores, mas tal redução certamente leva uma seleção de quais partidos irão sobreviver e isto tem efeitos políticos”.*

Até aqui, tratamos o jogo de coordenação eleitoral tomando apenas a lógica dos distritos individualmente. O jogo se torna ainda mais complexo se pensarmos na articulação entre as competições nos diferentes pleitos, especialmente naqueles que nos importam por aqui, as eleições executivas. Como se relacionariam as eleições presidenciais com os demais pleitos para governador? Haveria algum mecanismo que pudesse articular as competições estaduais?

Retornemos às assertivas institucionalistas. Os efeitos da legislação eleitoral, tanto para as elites como para os eleitores, dá-se em nível distrital. Dessa forma, teríamos uma competição em nível nacional aliada a 27 disputas estaduais independentes. Para nossos fins, tomada a independência dos distritos ao pé da letra, a entrada estratégica dos partidos nos diferentes distritos se daria de forma isolada.

Todavia, a literatura sobre coordenação eleitoral prevê articulação entre distritos a partir das eleições nacionais (Cox, 1997:198). Em outros termos, essa articulação entre os distritos se dá pelas eleições presidenciais. Em suas palavras:

*“Talvez, o principal ponto a ser notado é que os potenciais ganhos de troca (cooperação) que passariam despercebidos se todos os partidos fossem*

*puramente locais, mas que podem em princípio ser percebidos se os partidos tiverem escopo nacional (ou pelo menos foco multidistrital) ”.*

Entender os fatores que contribuíram para o domínio PT-PSDB na competição presidencial, além da importância substantiva da questão em si mesma, permite esclarecer os mecanismos pelos quais a competição nacional afeta as demais esferas do sistema partidário-eleitoral.

A natureza do argumento a ser desenvolvido na tese é que a resposta para essas questões substantivas passa pela definição da “entrada estratégica”, a decisão quanto a participar do pleito e com quem se coligar. O controle e a preponderância do PT e do PSDB nos pleitos presidenciais são garantidos no momento pré-eleitoral, isto é, quando as negociações entre as elites partidárias levam à restrição do número de alternativas que estão à disposição do eleitor.

A prevalência desses partidos no pleito nacional é em parte decorrente da capacidade das legendas em articular nacionalmente suas candidaturas. As estratégias perseguidas pelos partidos nas disputas para o governo estadual são condicionadas pela disputa presidencial. PT e PSDB reproduzem o conflito nacional nos diferentes distritos, ainda que nem sempre se façam presentes de forma direta nestas disputas. Isto é, a composição da chapa presidencial leva em conta e atrela tanto quanto possível as disputas estaduais.

Lançar candidatos, apoiar candidaturas de outro partido ou mesmo ficar ausente nas eleições para governador em determinado distrito é uma decisão que, em boa medida, se explica pela estratégia desses partidos no pleito nacional. Independentemente do caminho de cada partido, o objetivo é sempre se contrapor a seus adversários no âmbito nacional. Como notou Lima Junior (1999, p.18), é imperativo para uma candidatura nacional bem-sucedida construir bases políticas nos Estados.

O argumento do trabalho, segundo o qual a entrada estratégica nas eleições estaduais está associada ao conflito nacional, está em consonância com a assertiva da literatura institucionalista sobre os efeitos das eleições nacionais para as demais disputas eleitorais nos níveis inferiores. De acordo com Cox (1997, p.202):

*“A nacionalização (linkage) pode afetar radicalmente a política de entrada, convertendo uma série de jogos de entrada no interior de distritos independentes em jogos multi-distritais de entrada. O resultado pode não ser apenas ganhos para os políticos que estabelecem elos entre os distritos, mas também centralização no interior dos partidos políticos, novamente com aqueles que disputam cargos Executivos possui um papel central”.*

A relação é de mão dupla, descendo do nível nacional para o estadual e subindo deste para aquele. Dessa forma, as candidaturas encabeçadas por esses partidos ganham força política nacional.

Sendo assim, o mecanismo pelo qual as eleições presidenciais afetam as demais disputas se dá mais pelo condicionamento das estratégias dos partidos nas eleições majoritárias estaduais do que pelo o que propõem Shugart e Carey (1992) e a literatura que seguiu essa agenda (Filipov, 1999, Jones, 2004, Golder, 2006) por um possível efeito redutor das eleições presidenciais no número de partidos efetivos nos pleitos proporcionais.

A concomitância das eleições majoritárias para o Executivo estadual com as presidenciais torna as eleições proporcionais como um “não problema”, do ponto de vista da coordenação pré-eleitoral. Dado que os custos de entrada são baixos, não há grandes considerações estratégicas a fazer.

As páginas que se seguem não têm a ousadia de entender o emaranhado de arranjos e perspectivas do sistema partidário-eleitoral brasileiro, mas reforçar a perspectiva central capaz de entender a dinâmica partidária no Brasil. Se é verdade que partidos políticos formulam políticas públicas para obter cargos, espera-se que busquem nichos importantes de espaços decisórios relevantes. O acesso a esses espaços no sistema político brasileiro se dá pelas eleições majoritárias. Assim, a obtenção do cargo presidencial e, em menor medida, dos de governador, são os principais veículos que os partidos utilizam para deixar sua marca junto ao eleitorado.

\*\*\*

As evidências empíricas primárias utilizadas na pesquisa são os resultados das disputas majoritárias desagregados por Estados, bem como as coligações eleitorais nas disputas para o Executivo federal e para governador a partir de 1989. O recorte temporal escolhido decorre da inauguração efetiva do multipartidarismo brasileiro, bem como da promulgação na nova ordem constitucional.

A tese está organizada em quatro capítulos, seguidos de uma breve revisão dos achados e limites do argumento desenvolvido. O primeiro capítulo é de natureza fundamentalmente teórico-analítica e tem dois objetivos centrais. O primeiro objetivo é a apresentação dos pressupostos que norteiam a construção do argumento relativo aos efeitos das eleições presidenciais para o sistema partidário-eleitoral. O segundo propósito do capítulo é fazer a revisão de literatura sobre os trabalhos que tratam dos efeitos das eleições majoritárias, especialmente as presidenciais, para o sistema político brasileiro. Minha leitura é que o conjunto desses trabalhos apresenta duas características centrais que limitam o ganho analítico do olhar sobre o sistema partidário-eleitoral a partir das eleições executivas.

A primeira é o foco no efeito redutor das eleições majoritárias no número de partidos efetivos nas eleições proporcionais. A articulação entre os pleitos executivos é na grande maioria das análises deixada de lado. O segundo ponto diz respeito ao suposto caráter antipartidário das eleições majoritárias que enfraqueceria o sistema de partidos, visto que essas disputas se dariam entre indivíduos e não entre partidos.

O segundo capítulo busca descrever o padrão da competição nas eleições executivas no sistema político brasileiro. Trata-se de identificar se o formato partidário nas eleições presidenciais e para governador segue as previsões do argumento institucionalista. A ideia é verificar em que medida os efeitos oriundos da baixa magnitude dessas eleições geram os efeitos esperados pela literatura. O argumento da tese confirma os achados de análises anteriores, que mostraram que o equilíbrio encontrado no formato partidário está dentro do limite esperado pela regra “ $M + 1$ ” (Cox, 1997), segundo a qual o número de partidos encontrados nos distritos eleitorais equivale à magnitude do distrito mais uma unidade.

O outro ponto do capítulo mostra o efeito da magnitude para a criação de mercados eleitorais distintos no interior do sistema partidário-eleitoral brasileiro. A baixa

taxa de sucesso dos partidos nas eleições majoritárias, em longo prazo, diminui a frequência de participação dos partidos nesses pleitos. Apenas PT e PSDB são atores que participam de forma contínua nas eleições presidenciais. No que diz respeito às eleições para governador, as evidências empíricas demonstram que a participação dos partidos políticos nesses mercados vai paulatinamente se restringindo aos três maiores partidos: PT, PSDB e PMDB

A análise do padrão de entrada dos partidos mostra uma diferenciação de especialidades entre os partidos no interior do sistema partidário brasileiro. Classificarei esses partidos como portadores de “ambição executiva”, que os distinguirá das demais legendas analisadas. Esses partidos tomam as eleições majoritárias como ponto central das suas estratégias eleitorais, tanto em nível nacional (PT e PSDB) como em nível estadual (PT, PSDB e PMDB). Há partidos que deixaram de participar de forma sistemática das eleições executivas, dado o alto custo de entrada. Enquadram-se nesse perfil o PP (antigo PDS), o PTB e o PL. Entre esses dois extremos estariam os partidos que buscam as eleições majoritárias em Estados específicos se apoiando na clivagem nacional, a saber: PSB, PDT e PFL.

O equilíbrio no número de partidos efetivos é apenas o primeiro passo para entendermos a dinâmica da competição eleitoral. A partir desse indicador, entretanto, não podemos fazer nenhuma inferência sobre a identidade dos partidos que são beneficiados pelo processo de coordenação eleitoral em longo prazo. A tentativa de superar as limitações dessa perspectiva está nos dois capítulos seguintes.

O terceiro capítulo toma como objeto de análise exclusivamente as eleições presidenciais. O capítulo 2 mostrou que há uma concentração de votos em dois partidos. Aqui, o objetivo é entender a estabilidade do domínio entre PT e PSDB.

O argumento é o de que a evolução do sistema partidário é do tipo “dependente da trajetória”, ou seja, o resultado das eleições define não apenas o vencedor daquela disputa mas também condiciona as rodadas seguintes, reforçando a posição dos principais concorrentes e, dessa forma, levando à estabilidade da competição política. O cacife eleitoral se acumula. O bom desempenho no momento  $t$  aumenta as chances de os partidos serem os protagonistas centrais das eleições no momento  $t + 1$ .

Na verdade, tal linha de argumentação apenas confere algum dinamismo às

conhecidas conclusões de Duverger e Cox, nas quais os partidos grandes são beneficiados pelos efeitos mecânicos e psicológicos. Esses benefícios se autoalimentam no tempo, na medida em que o partido grande hoje será o mais provável beneficiado da rodada seguinte.

Além disso, o bom desempenho nas eleições presidenciais está intimamente associado à capacidade de os partidos articularem alianças eleitorais que envolvam a construção de bases eleitorais nos Estados, via obtenção dos palanques nas candidaturas para o Executivo estadual.

Nesse sentido, a interpretação de Lima Junior (1999) é correta. A disputa presidencial nacional passa pela construção de acordos horizontais e verticais. As eleições majoritárias são o espaço para essa articulação. Os partidos que entram na disputa presidencial buscam repetir a clivagem nos Estados.

Dessa forma, recorrerei ao padrão de entrada estratégica nas eleições para governador para explicar o mecanismo que mantém PT e PSDB dominando a disputa presidencial. Esses partidos tiveram mais sucesso em replicar a clivagem presidencial nas disputas nos Estados. Em outros termos, PT e PSDB nacionalizam as disputas locais ao subordinarem suas estratégias nos distritos a sua lógica nacional. Essas legendas tiveram mais sucesso quando comparadas aos demais partidos que concorriam, no momento, ao estabelecimento dessa clivagem pela centralidade no cenário nacional.

O capítulo quatro toma como objeto as eleições para governador pós-Constituição de 1988. A ideia é mostrar que há também uma disputa fechada entre as forças políticas nos Estados, embora menos delimitada do que os resultados para o Executivo federal.

A maior instabilidade das eleições para Executivos estaduais decorre de três fatores. Em primeiro lugar, ela é mais aparente do que real. Lideranças políticas estaduais trocam de partido ao longo do tempo, mas seus grupos políticos se mantêm estáveis. Em segundo lugar, essa maior facilidade de entrada é esperada, dado que os custos de entrada nas eleições para governador são menores do que os das eleições presidenciais. Por último, deve-se levar em conta que as articulações para o nível federal afetam as estratégias dos partidos em nível estadual, levando a retiradas estratégicas em determinados Estados e protegendo os nichos de penetração dos partidos médios.

A análise seguirá de perto um subgrupo de partidos políticos brasileiros, os



representativos e expressivos. O critério utilizado é simples: são incluídos os partidos que obtiveram mais do que 4% dos votos válidos nas eleições legislativas para a Câmara dos Deputados em 2006. O universo de análise se restringe, assim, aos seguintes partidos: PT, PSDB, PMDB, DEM (antigo PFL), PTB, PP (antigo PDS/PPR/PPB), PDT, PSB e PL<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> O PDS se fundiu com o PDC em 1993, dando origem ao PPR. Em 1995, o PPR, novamente uma fusão partidária, dessa vez com o PP, alterando a sigla para PPB. Por fim, uma mudança no rótulo, em 2003, na qual o partido passou a se chamar PP. O PR é resultado da fusão entre o PL e o Prona, que ocorreu em 2006. Democratas é a nova denominação para o PFL, cunhada em 2007. Para o acompanhamento das fusões e mudanças nas siglas dos partidos, ver Braga (2006, p.300-05).

## Capítulo 1 – Ponto de partida da análise e crítica metodológica da literatura

### 1.1 Pressupostos da análise

O trabalho toma como ponto de partida<sup>6</sup> a premissa de que o principal objetivo dos partidos nos sistemas presidencialistas é a obtenção do cargo de presidente. O sucesso na corrida presidencial significa maior peso na estrutura estatal, fonte fundamental dos recursos necessários ao fortalecimento organizacional (Souza, 1976). Trata-se do posto mais importante do sistema político brasileiro, no qual se encontram os recursos e os instrumentos para implementar políticas públicas que geram votos. Sendo assim, as demais eleições majoritárias e proporcionais seriam subordinadas à disputa presidencial.

No caso brasileiro, a centralidade do poder Executivo é ainda mais patente. Há uma série de trabalhos que mostraram que o Executivo é o principal legislador, valendo-se de seus poderes constitucionais de controle de agenda (Figueiredo e Limongi, 1999). Ademais, a estrutura interna do poder Legislativo no atual período democrático não incentivaria o desenvolvimento de *expertise*, visto seu papel diminuto como formulador de políticas (Santos, 2003). Os espaços políticos no interior do Legislativo não seriam atraentes aos políticos, e a carreira política no Brasil seria marcada pela “ambição progressiva”; políticos trocariam uma longa vida no interior do poder Legislativo por postos no Executivo ou nos altos postos da burocracia estatal (Samuels, 2003). Essa mesma lógica se repetiria no âmbito estadual, onde prevaleceria o “ultrapresidencialismo estadual” (Abrucio, 1998), ou seja, controle da agenda por parte do governador.

O axioma que informa nossa análise sobre o comportamento eleitoral parte da ideia de que partidos têm por objetivo principal a maximização de cargos (Downs, 1999), ou seja, são *office seeking*. Se isso é verdade, os diferentes cargos eletivos à disposição de uma organização partidária oferecem retornos diferentes para o objetivo dos partidos de construir uma reputação perante os eleitores.

---

<sup>6</sup> Shugart e Samuels (2006) tomam o mesmo ponto de partida para argumentar que os sistemas presidencialistas criam “partidos presidencializáveis” que teriam comportamento distinto daquelas organizações partidárias no interior dos regimes parlamentaristas, mesmo do ponto de vista organizacional. O presente trabalho não afirma que as eleições presidenciais criam “tipos” diferentes de organizações partidárias, apenas condicionam a sua estratégia eleitoral.

Os diferentes tipos de competição geram resultados variáveis em termos de distribuição de recursos seletivos para a sobrevivência eleitoral das organizações. Assim sendo, nosso pressuposto de que as eleições presidenciais subordinariam os demais pleitos aliado à constatação de uma “centralidade executiva” do sistema político brasileiro leva à criação de um ranking de preferências relativas dos postos eletivos que irão informar a estratégia eleitoral dos partidos. O quadro abaixo apresenta o ranking de preferências<sup>7</sup>, tendo como base seu retorno partidário.

<b>Quadro 1</b>	
<b>Ranking de preferências partidárias</b>	
<b>Cargo</b>	<b>Posição</b>
Presidente	1º
Governador	2º
Senador	3º
Deputado Federal	4º
Deputado Estadual	5º

A importância do prêmio em disputa é inversamente proporcional à magnitude dos distritos eleitorais em que ocorrem essas disputas. No plano hipotético, seria de se esperar que todos os partidos desenhassem suas estratégias eleitorais tendo em vista a conquista da presidência da República. Contudo, o custo de entrada nesse tipo de disputa é extremamente elevado, assim os partidos se afastam de certos mercados e se especializam naqueles com barreiras de entrada que não se constituam como obstáculo ao acesso das organizações partidárias aos cargos eletivos pretendidos.

Dada a concomitância entre esses pleitos, os partidos acabam disputando jogos em diferentes arenas (Tsebelis, 1998) e, portanto, não podemos afirmar a priori que não existam conflitos na definição das estratégias para as disputas eleitorais nos diferentes pleitos. Há uma inter-relação entre eles. Na verdade, a existência de pesos entre os diferentes cargos não elimina possíveis discordâncias no interior dos partidos, sobretudo

---

<sup>7</sup> O ranking de preferências apenas toma em consideração as eleições federais e estaduais. As eleições municipais tornam ainda mais complexa a coordenação eleitoral. No entanto, não considero estas últimas neste trabalho, pois todas as eleições do quadro ocorrem simultaneamente.

os conflitos entre a seção nacional e a estadual, particularmente quando as estratégias para a disputa presidencial entram em conflito com as disputas para o governo estadual. É bem provável que isso ocorra por serem disputas que acontecem em distritos eleitorais distintos, porém sobrepostos.

Os conflitos no interior do partido são absolutamente naturais em um sistema político com um calendário eleitoral que define cinco disputas eleitorais simultâneas. Ou seja, o número de cargos em disputa e o calendário são as fontes de complexidade para as estratégias eleitorais dos partidos, colocando-os diante de dilemas quanto a diferentes alternativas de coordenação eleitoral. A questão é que parte da literatura desconsidera esses dilemas e toma as dificuldades enfrentadas como expressão da fragilidade dos partidos nacionais (Samuels, 2003) como sinal de subdesenvolvimento partidário (Lamounier e Meneguelo, 1986) e baixa institucionalização organizacional (Mainwaring, 2001), ou seja, supõem a existência de um modelo ideal de resolução dos dilemas referentes à maximização eleitoral em diferentes pleitos.

A fraqueza identificada pode ser apenas a solução encontrada, vistos os pesos relativos atribuídos às diferentes disputas e aos diferentes distritos eleitorais. Não há uma estratégia ótima a ser seguida. As escolhas dos partidos decorrem de barganha no interior das organizações entre as elites políticas. Os dilemas de coordenação podem ser resolvidos com maior ou menor eficiência, a depender das estratégias adotadas pelas elites partidárias.

Recorro a exemplos de acontecimentos políticos fora do período de análise, mas que são relevantes para entender esse dilema. O debate sobre a sucessão presidencial do governo Dutra (1946-1950) ajuda a ilustrar a questão.

A disputa presidencial que elegeria o sucessor do presidente Dutra começou a efetivamente ser articulada nas eleições estaduais de São Paulo em 1947 (Araújo, 1982). A corrida eleitoral em São Paulo serviria como um teste da força política de Dutra, Vargas e Adhemar de Barros, peças-chaves na construção das candidaturas presidenciais.

Vargas via em seu correligionário do PTB paulista –Hugo Borghi– um possível concorrente interno no controle da máquina partidária. Dessa forma, sua estratégia foi minar a candidatura borghista ao governo de São Paulo para facilitar a construção da sua candidatura ao Executivo federal em 1950. Como não obteve sucesso na manobra

política, Vargas recorreu à Comissão Executiva do partido, que adentrou com um pedido de cancelamento da candidatura de Borghi. Vargas obteve o que queria, e Borghi concorreu pelo PTN (Sampaio, 1982). Essa divisão do PTB iria facilitar o domínio eleitoral do PSP em São Paulo, Estado com um perfil de eleitorado associado ao trabalhismo.

Posteriormente, as eleições para vice-governador em São Paulo, em 1947, levam a uma cisão no interior do PSD. Adhemar de Barros, buscando viabilizar a sua candidatura, costura um acordo com governo Dutra para dar o apoio pessepista à candidatura de Luis Novelli Jr. A comissão executiva estadual e a direção nacional não chegam a acordo e lançam outra candidatura pessedista, com o apoio de Vargas, personificada no nome de Cirillo Junior. Assim, disputa o cargo com dois candidatos apoiados por lideranças nacionais distintas. (Araújo, 1982). Trata-se de uma eleição distrital, mas que demonstrava a relação com a construção da candidatura presidencial.

As eleições de 1998 apresentam um episódio semelhante. A costura da coligação em nível federal entre PT e PDT causou uma disputa no interior da organização petista relativa à composição nas eleições estaduais no Rio de Janeiro. A Executiva federal do PT sinalizava em torno do apoio do partido à campanha do então pedetista Anthony Garotinho, ao passo que o diretório estadual era favorável à candidatura própria. Houve uma intervenção da Executiva federal para garantir que a política de alianças em nível nacional fosse levada a cabo.

Recorremos a esses exemplos –e seria possível multiplicá-los– para demonstrar que a existência de disputas eleitorais em diferentes distritos pode gerar conflitos internos no partido. Nem sempre eles são resolvidos de forma não traumática. Mais importante, os exemplos mostraram um *trade-off* entre as disputas, isto é, nem sempre é possível maximizar votos em todos os pleitos, especialmente quando existe a necessidade de construção de coligações eleitorais. Os partidos desenvolvem aspirações eleitorais distintas e escolhem certos mercados eleitorais para investirem seus recursos. Dito de forma direta: a evolução do quadro partidário brasileiro implica a especialização ou divisão do mercado eleitoral pelos diferentes partidos.

## 1.2 Eleições presidenciais e competição partidária: revisão do debate

O primeiro traço da literatura que tratou das eleições presidenciais que gostaria de ressaltar diz respeito ao foco dos trabalhos no efeito redutor dessa disputa para o número efetivo de partidos no Legislativo. A forma como a literatura comparada tratou as eleições majoritárias, especialmente as eleições presidenciais nas democracias do tipo, é decorrente do dilema substantivo presente para os regimes presidencialistas democráticos, a saber: garantir a governabilidade.

A separação e a independência dos poderes não incentivariam a cooperação entre presidente e os atores partidários representados nas legislaturas, dado que a sobrevivência eleitoral dos atores políticos sob o presidencialismo é independente. Os presidentes não poderiam dar como certo até o apoio dos membros de seu partido. Sistemas presidencialistas seriam caracterizados pela dificuldade (ou mesmo pela impossibilidade) de formação de governos por meio de coalizões partidárias (Linz, 1991; Mainwaring, 2001).

Nessa leitura, o principal desafio para a engenharia institucional seria desenvolver um arranjo institucional de forma a minimizar a tendência do presidencialismo à paralisia decisória que colocaria em risco governos democráticos. Nesse sentido é que poderemos entender de que forma a literatura articulou eleições presidenciais e a análise do quadro partidário.

O inimigo a ser combatido era a fragmentação partidária. Os sistemas presidencialistas teriam seus riscos exacerbados em combinação com elementos consociativos. A entrada que a literatura encontrou para entender a associação entre esses dois fenômenos foi a discussão sobre os efeitos do calendário para as relações Executivo-Legislativo.

Assim, as eleições majoritárias não são tomadas como objetos de análise *per se*, mas em associação com as eleições proporcionais. O debate se instaurou na observância da medida em que as eleições casadas reduziriam ou não a fragmentação legislativa.

De um lado do debate se encontram autores que, na esteira da contribuição original de Shugart e Carey (1992), encontraram uma associação entre simultaneidade das eleições majoritárias e redução no número de partidos no Legislativo. O argumento é

que as eleições de maior destaque funcionariam como um atalho informacional para os eleitores que, dessa forma, tenderiam a associar o voto das duas disputas. Trata-se do que a literatura chamou de *presidential coattail effects*<sup>8</sup>.

Esse argumento institucionalista ganhou algumas correções posteriores. Golder (2006) argumenta que a simultaneidade dos pleitos é uma condição necessária, porém não suficiente para garantir o efeito redutor das eleições presidenciais. O efeito das eleições presidenciais apareceria apenas com baixo número de candidatos nas eleições presidenciais.

Essa constatação de que a relação entre as eleições presidenciais e o sistema partidário é condicionada pelo número de candidatura levou os autores a tomarem a disputa presidencial como variável dependente. Se o número de candidatos é o que define a articulação entre a competição nessas duas eleições, a tarefa seria explicar o número de candidatos que concorrem ao pleito presidencial.

Jones (2004) argumenta que o número de candidatos à Presidência é decorrente apenas de fatores institucionais. Eleições em dois turnos estariam associadas positivamente ao número de candidatos. Em contrapartida, a candidatura à reeleição do mandatário reduziria o número de participantes na corrida presidencial.

Outra perspectiva combina elementos institucionais e sociais. As eleições presidenciais funcionam como elemento redutor apenas quando a estrutura social incentiva a participação dos partidos na disputa para o Executivo. Assim, baixo número de candidatos pode ser consequência tanto de um sistema eleitoral pouco permissivo como da homogeneidade do tecido social (Golder, 2006).

Filipov *et alii* (1999) argumentam, por outro lado, que as eleições presidenciais não incentivariam à coordenação eleitoral, ao menos nas democracias em transição. Os elementos que levariam ao voto estratégico, tais como eleitores com preferências consistentes entre as alternativas, consenso mínimo sobre as candidaturas viáveis e partidos minimamente distintos um do outro estariam ausentes em democracias recentes.

---

<sup>8</sup> A relação entre eleições presidenciais e legislativas não seria de mão única. Na verdade, outro achado importante de Shugart e Carey diz respeito ao impacto das eleições legislativas no número de candidatos competindo nas eleições presidenciais. Dessa forma, a magnitude dos distritos eleitorais não apenas influenciaria as eleições legislativas mas também a competição partidária para o chefe do Executivo. Quanto maior a magnitude média dos distritos, isto é, quanto maior o incentivo para os partidos concorrerem nas eleições legislativas, maior o número de candidatos nas eleições presidenciais, dado seu efeito no desempenho dos partidos.

Dessa forma, haveria um aumento na fragmentação. A ideia é que o mercado eleitoral em sistemas políticos em transição está excessivamente aberto, em decorrência da inexistência de histórico partidário, atalhos informacionais e baixa identificação partidária entre outros.

Vale insistir no ponto: a questão substantiva que informa essa literatura é a preocupação em construir arranjos institucionais de maneira a minimizar os perigos da paralisia decisória e, então, garantir a sobrevivência dos regimes democráticos. Filipov *et alii* (1999:19) articulam seus achados com a estabilidade democrática. Em suas palavras:

*“Nós suspeitamos que o problema não é o multipartidarismo per se, mas sim a independência do desempenho eleitoral dos presidentes e dos legisladores que aparecem na ausência de um sistema partidário coerente”.*

O problema da governabilidade é que explica a preocupação com o formato assumido pelo sistema partidário. O suposto é que os sistemas partidários teriam propriedades intrínsecas que colocariam em risco a democracia, especialmente no presidencialismo, que não contemplaria em sua mecânica nenhum mecanismo para a solução de crises políticas.

O presente trabalho busca fugir da discussão sobre formato partidário, visto que a experiência histórica mostrou que o número de partidos não está relacionado diretamente à estabilidade democrática. A razão de fundo, todavia, é menos substantiva e mais metodológica<sup>9</sup>. Buscar a articulação entre pleitos por meio da similaridade do formato partidário assume que os mesmos partidos estão competindo em todos os distritos eleitorais. Além disso, assume que, no tempo, são os mesmos partidos que participam das eleições.

Esse suposto nos parece trazer pouco ganho analítico se pensarmos em sistemas presidencialistas em combinação com organização federativa do Estado. As eleições para o Executivo estadual ampliam o leque de estratégias disponíveis às organizações partidárias. Essas estratégias podem assumir um caráter mais local, especialmente para os atores de menor densidade eleitoral nacional. Nesse sentido é que a inferência da

---

<sup>9</sup> Para uma crítica do número efetivo de partidos, ver Santos (2007).



dinâmica entre os pleitos para o Executivo federal e estadual, a partir de correlação entre o formato partidário nessas duas eleições, pode estar escondendo o fato de que os mercados eleitorais sejam compostos por atores com identidades distintas. Explico.

Nas eleições presidenciais, o formato assumido nos Estados necessariamente é resultado da interação entre os mesmos partidos, visto que a arena da disputa é nacional. O formato assumido nas eleições para governador, em contrapartida, resulta da disputa estabelecida no âmbito estadual, em que os atores podem ser, no limite, diferentes daqueles que estão buscando o cargo de presidente. Teríamos, tomando como base o caso brasileiro, a separação entre a disputa presidencial e a competição nos  $n$ -distritos em nível inferior, que tampouco se comunicam entre eles.

A mesma lógica é válida para os trabalhos que buscam medir os *coattails effects*. Inferir maior associação em disputas entre diferentes eleições, exclusivamente a partir da alteração do número de partidos políticos, pouco diz sobre a dinâmica substantiva entre os pleitos. Assume-se que eleições casadas nas disputas para o Executivo e o Legislativo teriam um efeito positivo, garantindo a harmonia entre os poderes<sup>10</sup>. Ora, essa suposta harmonia apenas existirá caso o formato partidário nas eleições para o Executivo e para o Legislativo expressem as mesmas organizações em ambas as disputas. Caso contrário, poderíamos ter um sistema presidencial bipartidário composto pelos partidos A e B e C, ao passo que a competição para o Legislativo se daria pela interação entre os partidos A, E e F. Não haveria harmonia nesse sistema hipotético, visto que os partidos com força nas eleições presidenciais não são atores efetivos na disputa pelo Legislativo.

Suponhamos que, em nome de assegurar maior governabilidade ao sistema, os *policy makers* resolvam promover mudanças institucionais relativas à fórmula da disputa presidencial (substituição das eleições em dois turnos por eleições de turno único), de modo a levar a um efeito redutor nas eleições legislativas. Nessa nova configuração, teríamos os partidos A e C na disputa presidencial e os partidos E e F nas eleições legislativas. Novamente, o efeito da redução do número de partidos legislativos não levaria à maior cooperação, dado que os partidos nas duas disputas seriam novamente diferentes.

---

<sup>10</sup> O argumento subjacente presente nesse tipo de abordagem é que a redução do número de partidos no Legislativo aumentaria a possibilidade de formação de governos unipartidários.

As estratégias eleitorais dos diferentes partidos definem o grau de aproximação entre diferentes disputas, e não associação e/ou efeitos no número de partidos. O formato do sistema partidário é o resultado da interação entre organizações partidárias que utilizam caminhos distintos na busca pela maximização de seus interesses e, portanto, não são indicadores mais acurados para os estudos substantivo da competição eleitoral.

A constatação de que o número de partidos está dentro do equilíbrio esperado é apenas o primeiro passo para o entendimento da competição partidária. A descoberta da identidade dos partidos nos diferentes mercados eleitorais passa pela análise das entradas estratégicas dos partidos políticos. O formato partidário indicará estabilidade apenas se os mesmos partidos estiverem em uma perspectiva temporal, participando dos mercados eleitorais, ou seja, se os partidos conseguirem “fechar” ou controlar as disputas nos distritos.

As eleições presidenciais foram deixadas à margem das análises do sistema partidário devido a um suposto caráter personalista dessas disputas

A literatura sobre os efeitos da separação de poderes, todavia, não contemplou de forma satisfatória a relação entre a forma de governo e a estrutura partidária (Samuels, 2002; Samuels e Shugart, 2006). Uma das possíveis razões dessa falta de atenção ao impacto da eleição direta para dois atores políticos nas estratégias eleitorais levadas a cabo pelas organizações partidárias seria o suposto caráter antipartidário do funcionamento desse sistema (Linz, 1991)<sup>11</sup> decorrente do caráter plebiscitário da autoridade presidencial. Milkis (2006) argumenta que os arquitetos da constituição norte-americana –berço do presidencialismo– desenharam a instituição presidencial como um mecanismo não partidário para exercer a função institucional de se contrapor à “violência das facções” representadas no poder legislativo.

O presidencialismo incentivaria o aparecimento de *outsiders*<sup>12</sup> que pouco contribuiriam para o fortalecimento partidário. Assim, a formação de alianças partidárias

---

<sup>11</sup> A preocupação com o caráter antipartidário do sistema presidencialista fica explícita se levarmos em consideração que a Associação Americana de Ciência Política (APSA) dedicou um número exclusivo de seu periódico para debater a necessidade de construção de um governo partidário no sistema político norte-americano. “Toward a More Responsible Two-Party System: A Report of the Committee on Political Parties”. APSR, vol. 44, nº3.

<sup>12</sup> Lima Junior (1999, p.24) argumenta que seria na natureza personalista do exercício da Presidência e não na instituição do presidencialismo em si que estariam as origens dos problemas oriundos das eleições presidenciais.

enfraqueceria os partidos tomados individualmente. Eleições presidenciais seriam competições entre indivíduos, diferentemente das eleições sob o parlamentarismo, que seriam, por definição, competições partidárias.

A visão segundo a qual eleições presidenciais seriam necessariamente antipartidárias é expressa por Lima Junior (1999, p.20) em sua análise do caso brasileiro. Nas suas palavras:

*“Há aspectos gerais relativos às condições conjunturais das eleições (presidenciais) que apontam para o enfraquecimento das raízes sociais dos partidos, para a redução das diferenças entre eles e para a necessidade inexorável de se montar um esquema de alianças partidárias, formais ou informais, criando uma rede pouco nítida do ponto de vista ideológico e programático que possa, mediante um apelo generalizado, maximizar o voto. Todos esses aspectos apontam para a banalização dos partidos...”*

Dessa forma, a nacionalização do pleito presidencial corretamente constatada pelo autor assumiria efeitos negativos para a consolidação do sistema partidário e, portanto, não deveria ser capaz de ser o eixo central da dinâmica partidária e eleitoral brasileira.

Partidos são definidos como organizações que monopolizam o lançamento de candidaturas para os cargos eletivos. São organizações que se distinguem pela busca do voto dos eleitores. Sendo assim, não é possível afirmar que eleições presidenciais conspiram contra os partidos sem ferir a lógica da definição do que é um partido político. Pode não ser compatível com um tipo de partido e é de se esperar que partidos que disputam eleições majoritárias recorram a formatos diversos dos das organizações que competem apenas na arena legislativa.

O argumento de que a separação de poderes presidencialista inviabilizaria a organização de partidos fortes é uma constante na literatura comparada. O efeito do desenho do sistema de governo seria tão intenso que tornaria os partidos políticos sob presidencialismo uma espécie distinta do modelo de partidos “fortes” vigente na Europa.

O trabalho de Epstein (1986) *–Political Parties in the American Mold–* é um marco dessa literatura. Segundo o autor (1986, p.84), o que distinguiria os partidos norte-

americanos dos países europeus não seria tanto o objetivo a ser alcançado –a busca pelo poder Executivo– e sim o tipo de organização partidária resultante dessa busca. Em sistemas presidencialistas, o sucesso nas eleições presidenciais estaria dissociado de sua força legislativa. Assim, regimes presidencialistas, dada a forma de seleção de candidaturas, e o caráter não partidário da instituição Presidência não produziriam partidos fortes e coesos<sup>13</sup>

Essa noção de partidos políticos com uma estratégia eleitoral sem conflitos internos não nos parece mais adequada ao entendimento do real comportamento dos partidos nas democracias representativas. Os partidos políticos buscam responder de forma mais racional aos incentivos gerados pelas regras eleitorais. Em um sistema que combina a competição para uma série de cargos eletivos em esferas distintas, é natural que os partidos façam escolhas entre objetivos distintos e considerem as inter-relações entre as diferentes disputas.

Há um pressuposto de que existiria um modelo de partido a ser seguido que serviria como parâmetro de análise dos diferentes casos. O desenvolvimento partidário seguiria um caminho rumo a sua plena consolidação. Trata-se do modelo pensado por Sartori (1982), isto é, partidos estruturados seriam aqueles capazes de criar e consolidar uma imagem perante o eleitorado de forma a desenvolver identificação partidária. Além disso, partidos fortes seriam aqueles com bases sociais definidas. *Partidos* deveria ser a expressão política de clivagens sociais (Lipset e Rokkan, 1967). Os casos desviantes desses modelos são pensados como exemplos de subdesenvolvimento partidário. Trata-se de um problema que deveria ser alterado se desejássemos efetivamente consolidar estruturas democráticas<sup>14</sup>.

Minha leitura da literatura tradicional sobre a dinâmica dos sistemas partidários é de perspectiva semelhante ao ponto apresentado anteriormente por Panebianco (2005). Partilho de seu argumento, segundo o qual essa literatura sofreria de um duplo

---

<sup>13</sup> Vale ressaltar que parte da discussão sobre o efeito das eleições partidárias no enfraquecimento dos partidos decorre do mecanismo de seleção dos candidatos. Grosso modo, a preocupação do autor é que o mecanismo das primárias tirou do controle partidário a indicação dos políticos que concorrem a cargos eletivos. Parte da perda de poder desses partidos advém desse instrumento. Os partidos políticos no Brasil controlam as candidaturas.

<sup>14</sup> Para uma análise dos dilemas da institucionalização partidária na América Latina, ver Timothy Scully e Scott Mainwaring – Building Democratic Institutions: Party System in Latin America. Stanford University Press, 1995. Para o caso brasileiro, ver Mainwaring (2001).

preconceito. Por um lado, padeceria de um preconceito “etapista”, em que há um caminho prestabelecido a ser percorrido pelos partidos. Por outro lado, seria acometido pelo preconceito sociológico, segundo o qual as atividades partidárias seriam consequências diretas das demandas sociais dos grupos.

Não há um modelo ou trajetória única para o desenvolvimento dos partidos, o que leva ao questionamento do tratamento dos partidos sob esse ângulo. Partidos políticos são organizações que respondem à necessidade e aos dilemas enfrentados pelos políticos individuais na busca de sua sobrevivência política (Aldrich, 1995:04). Nessa perspectiva, os desenhos partidários são eficientes na medida em que solucionam dilemas de ação coletiva relativos à competição eleitoral e à atuação no interior do processo decisório. Assim, os partidos assumem diferentes formatos, de acordo com parâmetros ou restrições impostos pelo ambiente institucional em que se inserem. Por responderem aos interesses dos políticos, são, portanto, organizações endógenas, produtos diretos da própria competição política.

A adaptação das organizações partidárias a incentivos e constrangimentos decorrentes dos sistemas presidencialistas, bem como das eleições majoritárias, então, não é lida neste trabalho como sintoma de fragilidade partidária.

A ênfase nas particularidades dos sistemas partidários sob separação de poderes fez com que outro importante achado de Epstein não recebesse a devida atenção da literatura. Trata-se do fato de que em sistemas presidencialistas é a eleição para o Executivo federal que estrutura o sistema partidário. De acordo com o autor (1986, p.83), *“paradoxalmente, o cargo pensado como não partidário (presidência) é o principal responsável pela existência de partidos nacionais, bem como pelo seu caráter especial”*.

Ainda que esse traço peculiar do presidencialismo aponte na direção do personalismo, não segue necessariamente o enfraquecimento das organizações partidárias. Não há uma contraposição entre esses dois elementos. Candidaturas presidenciais são decididas pela cúpula partidária e devem ser construídas nacionalmente. Lideranças com capital político próprio e/ou pessoal podem diminuir os desafios postos às organizações partidárias, mas não podem ser tomados como condição suficiente para a vitória eleitoral nem como prova de irrelevância dos partidos.

A personalização da política está longe de ser um traço específico dos sistemas

presidencialistas. Linz (1991) chamava atenção para a crescente personalização da política, inclusive para os países parlamentaristas. Manin (1997) associou esse fenômeno ao impacto da grande mídia na política, que teria deixado um espaço secundário aos partidos políticos no que diz respeito à comunicação política, bem como ao aumento da complexidade da atividade governamental. Trata-se da “democracia de audiência”, na qual os políticos não mais se restringem aos grupos sociais que servem de base a seu partido. A avaliação do eleitorado se daria em base nas capacidades de os políticos individuais responderem a esses novos dilemas.

O mesmo raciocínio pode ser transposto para o debate em relação à importância da organização partidária. A literatura sobre a dinâmica das organizações partidárias associa características organizacionais a mudanças estruturais no contexto da competição político-eleitoral. Kirchheimer (1972) argumenta que o declínio das ideologias e da política de classes, fruto do processo de consolidação da incorporação das massas à comunidade política, levou os partidos a adotarem uma nova estratégia eleitoral que deslocou o poder dos partidos e reforçou o poder das lideranças. Ora, esse declínio da política classista ocorre especialmente nos países da Europa ocidental –berço do parlamentarismo– espaço onde teriam se consolidado os partidos de massa. Katz e Mair (1997) mostram como mudanças organizacionais dos partidos decorrem de uma redefinição das relações entre partidos políticos e o Estado. Novas fontes de financiamento político permitiram aos partidos adotar estratégias eleitorais e desenho organizacional diferentes do modelo de partidos de massa.

O ponto que gostaria de salientar é que a personalização da política e o caráter pouco ideológico dos partidos políticos podem ser explicados por outras variáveis e não são decorrências necessárias de alguma forma de governo.

O problema a ser tratado nesse trabalho é exclusivamente o da entrada estratégica. Cabe investigar que tipos de articulação são feitos pelos partidos com vistas a competir de forma efetiva na busca do atrativo maior dos regimes presidencialistas. Qual é a relação entre o pleito presidencial e a construção de candidaturas e coligações nas demais categorias de pleito, especialmente referentes às eleições para governador?

Em suma, a literatura comparada tem se dedicado de forma ainda muito incipiente aos estudos sobre a articulação entre eleições presidenciais e comportamento eleitoral dos

partidos tomados individualmente. Vimos que a preocupação substantiva central da grande maioria dos trabalhos se destina aos estudos do formato do sistema partidário.

O primeiro passo é descrever o formato assumido pelas eleições executivas e verificar em que medida os partidos brasileiros se especializam em determinados tipos de eleição.

### **Considerações finais**

A literatura internacional não deu devido destaque ao efeito das eleições presidenciais no sistema partidário. As eleições presidenciais são tomadas por sua interconexão com a dinâmica das eleições proporcionais. Esses trabalhos ignoram a existência de duas competições majoritárias em países presidencialistas e federalistas e, dessa forma, perdem a relação vertical no sistema partidário-eleitoral dada pelas disputas majoritárias. Além disso, o mecanismo pelo qual se daria a influência recíproca entre os pleitos majoritário e proporcional não é especificado e, quando muito, é vinculado a um mecanismo na mente do eleitor, que associaria essas disputas. Esse foco na interconexão entre os pleitos levou a atenção para o efeito redutor das eleições presidenciais no formato partidário.

A visão do trabalho é que as eleições presidenciais são as mais importantes em democracias presidencialistas. Sendo assim, seu efeito para o sistema partidário-eleitoral se dá na definição das estratégias partidárias. Partidos subordinam as demais eleições a seus desafios nas eleições presidenciais. Trata-se de um efeito anterior ao momento propriamente eleitoral. Em outros termos, as eleições presidenciais alteram a lógica dos partidos no tocante à definição da oferta de partidos em outras disputas.

## Capítulo 2 - Eleições majoritárias e mercado eleitoral brasileiro a partir de 1989

A preocupação deste capítulo é estudar os efeitos da baixa magnitude, isto é, dos altos custos de entrada dos partidos nas eleições majoritárias, tanto em nível federal como estadual. Trata-se de estudar o impacto dos efeitos mecânicos e psicológicos da legislação eleitoral (Duverger, 1951).

Essa tarefa será desenvolvida em duas etapas. A primeira diz respeito à dimensão estática do argumento institucionalista, qual seja: verificar em que medida o formato assumido pelo sistema partidário-eleitoral nas eleições majoritárias se enquadra na regra “M +1”, proposta por Cox (1997) como uma forma de generalizar as leis de Duverger.

Trata-se do limite superior esperado. O número de partidos poderá ser inferior sem que a “lei” seja violada. A relação é baseada na expectativa de que as elites deixam de lançar candidatos pouco competitivos nos diferentes distritos e eleitores abandonarão os partidos sem a chance de vitória, “coordenando” seus votos em partidos/candidatos com mais chances de vitória. Em equilíbrio, isto é, se a coordenação ocorrer, a convergência de votos levaria a que os eleitores dos partidos mais fracos convergissem para o vitorioso e para o partido com chances de derrotá-lo. Daí a fórmula M +1.

Essa regra não seria válida para os distritos de magnitude elevada. O argumento é que as exigências informacionais para os eleitores são demasiadamente altas quando o M é alto. Cox (1997) argumenta que os efeitos das regras eleitorais valeriam apenas para os distritos com magnitude menor ou igual a cinco. Trata-se de um teto arbitrariamente desenvolvido.

Se o número de partidos efetivos estiver no limite esperado pela regra de Cox, isso significará que a coordenação eleitoral nas eleições majoritárias será eficiente. A coordenação eleitoral é um processo que combina ação das elites na definição de candidaturas com voto estratégico por parte dos eleitores. Não é nosso propósito, neste momento, definir quais fatores responderiam pelo equilíbrio encontrado. Neste momento, trata-se de estabelecer o padrão da competição partidária nas eleições majoritárias.

As evidências empíricas encontradas mostram que o padrão de competição eleitoral nessas disputas, de fato, está de acordo com o esperado pelo argumento institucionalista. Tanto as eleições presidenciais como as eleições para governador, em



parte significativa dos casos, estão abaixo do limite estabelecido pela regra “M+1”. A questão é saber se estes efeitos da baixa magnitude são sentidos pelas elites políticas na definição da estratégia de entrada.

Uma ação estratégica de um ator político visa minimizar as incertezas do processo político. Se o desejo dos partidos for a busca por cargos, estratégias partidárias eficientes deveriam privilegiar os cargos nos quais os diferentes partidos tenham maiores chances de sucesso.

Os partidos não disputam todas as competições eleitorais. Disputar eleições implica incorrer em custos. A necessidade de ação estratégica por parte dos partidos é maior nas eleições majoritárias do tipo “o vencedor ganha tudo”. A magnitude (M) define os custos envolvidos pela participação em diferentes mercados eleitorais. Quanto menor a magnitude, maior o custo de entrada nesse mercado.

Esse processo, em longo prazo, poderia levar à segmentação do mercado eleitoral com alto custo de entrada. Em outros termos, os partidos políticos pequenos deixariam de entrar nessas disputas devido às taxas de sucesso necessariamente baixas? Haveria uma divisão de trabalho entre os partidos nos diferentes mercados eleitorais?

A coordenação eleitoral por parte das elites \_objeto de estudo deste capítulo\_ se dá em dois momentos: a coordenação no interior do distrito eleitoral e a coordenação entre os distritos.

O primeiro momento lida com a definição e a nomeação das candidaturas por parte dos partidos, bem como com a distribuição dos recursos de financiamento político dos candidatos com maiores possibilidades de vitória. Por exemplo: grupos políticos com proximidade programático-ideológica podem convergir para um nome capaz de aglutinar seus respectivos eleitorados e que seja eficiente na busca por recursos financeiros. O segundo momento diz respeito à articulação entre os distritos.

Grosso modo, a articulação entre os distritos se dá quando as organizações políticas retiram uma candidatura com poucas chances de vitória em determinado distrito em troca do apoio desse parceiro em outra competição. Esses acordos podem ocorrer em apenas alguns distritos; em todos os distritos em uma determinada eleição; adquirir estabilidade do tempo ou até resultar em fusão e/ou incorporação de duas legendas.

O presente capítulo irá retratar os diferentes mercados eleitorais Executivos,

federal e estadual, em termos do número de partidos representados. O objetivo é verificar em que medida o efeito da magnitude é suficiente para estabelecer o equilíbrio do número de forças em disputa.

Esperamos que os tipos de eleição analisados definem mercados eleitorais distintos quanto a seus jogadores efetivos \_haveria uma espécie de uma divisão do trabalho entre as organizações partidárias. Mais do que isso, procurarei mostrar o efeito das eleições presidenciais em outros mercados políticos. Eleições presidenciais que são as únicas a terem lugar em um distrito nacional que se sobrepõe aos demais. Dito isso, cabe investigar se participar dessa disputa aumenta ou diminui o ímpeto dos partidos para concorrerem a outras eleições para o Executivo.

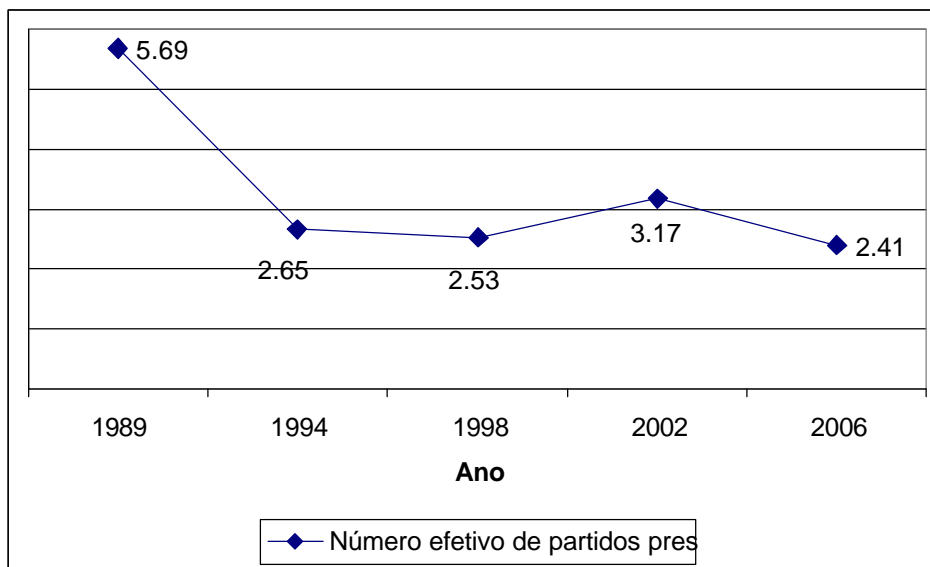
O capítulo está dividido em três seções. A primeira trata do formato assumido pelas eleições presidenciais. A seção seguinte lida com a mesma problemática, dessa vez nas eleições para governador. A terceira seção investiga a construção de mercados eleitorais no interior do sistema partidário-eleitoral brasileiro.

Vejamos se as eleições majoritárias no Brasil se enquadram no equilíbrio esperado pela literatura institucionalista. Começamos pelas eleições presidenciais, e posteriormente analisaremos as eleições para governador.

## **2.1 Formato partidário: eleições presidenciais**

A base para o funcionamento efetivo da regra do  $M + 1$  é a combinação dos efeitos mecânicos e psicológicos apontados por Duverger (1951). Eleições majoritárias de  $M=1$  levariam, em um processo de coordenação reduzido, a dois candidatos efetivos. Vejamos o que os números mostram para as eleições presidenciais brasileiras. Nota-se que estamos trabalhando com os resultados relativos ao segundo turno, então a magnitude são dois candidatos e, portanto, o nível de equilíbrio é de três partidos.

### **Gráfico 1.0 Número efetivo de partidos, eleições presidenciais (1989-2006)**



A sinalização sobre a dinâmica da competição presidencial no Brasil é inequívoca. Há uma diminuição sensível do número de partidos efetivos para os níveis típicos de processos de coordenação eleitoral eficiente. Apenas uma eleição presidencial, a de 1989, estaria fora da regra “M+1”.

Uma primeira corrente de interpretação do significado das eleições presidenciais de 1989 para a consolidação do sistema partidário interpretou essa fragmentação como sinônimo de debilidade das organizações partidárias e da instabilidade do sistema partidário brasileiro, que passava, à época, por um processo de evolução de um sistema bipartidário rumo à fragmentação da competição política (Lima Junior, 1993, p.28).

As eleições presidenciais de 1989 foram marcadas, de fato, por um processo quase nulo de coordenação eleitoral entre as elites políticas. Tratava-se das primeiras eleições presidenciais do período, o estoque de informação dos atores políticos era quase nulo. Dessa forma, as principais lideranças partidárias, bem como políticos de legenda de pouca expressão eleitoral, dispuseram-se a testar seu capital político. Vinte e uma candidaturas foram lançadas naquele pleito presidencial. Essa convergência para um número de partidos efetivos de 5,69 se deve exclusivamente à distribuição de preferências do eleitorado. A coordenação entre as elites não ocorreu nas eleições inaugurais.

A excepcionalidade das eleições iniciais é esperada pela literatura da coordenação eleitoral. O argumento é que eleições iniciais apresentam um elevado nível de fragmentação partidária devido ao baixo nível de informação, seja por parte dos eleitores, seja por parte das elites políticas.

De fato, as eleições presidenciais de 1989 pareciam estar descoladas das disputas anteriores. O exemplo mais patente da especificidade da disputa presidencial é o PMDB. Nas eleições para governador em 86, o partido simplesmente saiu vencedor em 95%<sup>15</sup> dos Estados. Seu desempenho nas eleições presidenciais foi infinitamente inferior, visto que o partido alcançou a irrisória marca dos 5% dos votos. Os dois partidos que colocaram seus candidatos no segundo turno da competição presidencial não elegeram nenhum candidato nas eleições para governador<sup>16</sup>.

O cenário da disputa presidencial sofreu no pleito posterior uma guinada rumo à coordenação eleitoral. O número de candidaturas apresentadas em 1994 foi 40% em relação a oferta partidária no pleito inicial. Se tomarmos os números efetivos de candidaturas, veremos que o salto foi ainda mais significativo. O número efetivo de partidos nas eleições de 1994 está dentro do esperado pelo limite imposto pela regra  $M + 1$ . Na verdade, trata-se de um número inferior ao que esperaríamos encontrar em uma eleição de dois turnos, visto que a magnitude em primeiro turno é de duas vagas para o segundo turno. O número efetivo de partidos nas eleições de 1994 foi de 2.65.

As eleições de 1998, 2002 e 2006 mantiveram o mesmo padrão, o que demonstra que o “sistema partidário presidencial” ganhou estabilidade ao reproduzir-se no tempo. É interessante notar que esse padrão de competição presidencial se repete se desagregarmos os resultados pelos Estados.

---

<sup>15</sup> Fonte, ver anexo.

<sup>16</sup> Idem.

<b>Tabela 2.0</b>						
<b>Número de candidaturas efetivas, eleições presidenciais (1989-2006)</b>						
	<b>1989</b>	<b>1994</b>	<b>1998</b>	<b>2002</b>	<b>2006</b>	<b>média/Estado</b>
AC	4.63	2.74	2.97	3.19	2.21	3.15
AL	2.3	1.67	2.55	3.84	2.64	2.60
AP	3.3	2.33	2.83	2.88	2.44	2.76
AM	3.21	2.33	2.57	3.11	1.59	2.56
BA	4.52	2.48	2.55	2.69	1.94	2.84
CE	5	2.22	3.15	2.73	1.78	2.98
DF	5.4	2.77	3.05	3.07	2.85	3.43
ES	4.32	2.25	2.11	3.13	2.36	2.83
GO	3.92	2.01	2.06	3.3	2.32	2.72
MA	3.65	2.24	2.86	3.43	1.65	2.77
MT	3.88	2.19	1.76	3.37	2.21	2.68
MS	3.19	2.17	2.23	3.36	2.23	2.64
MG	4.82	2.11	2.48	2.76	2.34	2.90
PA	3.13	2.51	2.39	3.32	2.25	2.72
PB	4.66	2.14	2.91	2.93	1.97	2.92
PR	4.56	2.36	2.29	2.85	2.33	2.88
PE	3.72	2.33	2.32	2.99	1.79	2.63
PI	4.36	2.65	2.95	3.05	1.88	2.98
RJ	3.11	3.18	2.7	2.83	2.81	2.93
RN	4.89	2.1	2.78	3.36	2.15	3.06
RS	2.41	4.18	2.44	3	2.34	2.87
RO	4.09	2.19	2.03	3.19	2.34	2.77
RR	2.62	1.85	2.24	3.23	2.28	2.44
SC	5.96	4.16	2.57	2.53	2.29	3.50
SP	5	2.53	2.23	3.08	2.3	3.03
SE	3.26	2.71	2.76	3.36	2.35	2.89
TO	2.82	2.01	2.05	3.05	2.07	2.40
Br	5.69	2.65	2.53	3.17	2.41	

Fonte: dados calculados pelo autor a partir de [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br) e banco de dados eleitorais Brasil Iuperj.

Os números destacados na tabela representam os casos que estariam fora das previsões da literatura sobre coordenação eleitoral. Se imaginarmos 27 competições eleitorais independentes para presidente, poderemos identificar em que medida a clivagem nacional se repetiu pelos diferentes Estados brasileiros. Trata-se de um exercício hipotético, mas que aponta para a nacionalização da disputa presidencial. A análise desagregada corrobora o ponto feito anteriormente. As eleições para o Executivo nacional produziram um formato estável em torno de dois competidores, com exceção das eleições iniciais e de um ligeiro declínio do pleito de 2002.

Se olharmos para o período como um todo, veremos que, em 67% dos casos, as eleições presidenciais desagregadas por distritos produziam efeitos dentro do esperado. A

maior fragmentação das eleições iniciais também se reflete de forma sistemática quando olhamos o resultado por Estados. A regra M+1, em 1989, não funcionou em 23 Estados (85%). Essa proporção se torna irrisória nos pleitos de 1994 (7%) e 1998(3%). Em 2006, o mais alto valor tomado por Estado é inferior a três candidaturas efetivas

Do ponto de vista geográfico, no período como um todo, apenas os Estados do Acre, do Rio Grande do Norte, de Santa Catarina, de São Paulo e o Distrito Federal tiveram médias superiores a três candidaturas efetivas. Nota-se ainda que não se registrou média estadual superior ou igual a quatro candidaturas efetivas. São Paulo ainda é o único Estado entre os quatro mega<sup>17</sup> distritos eleitorais a fazer parte dessa lista, o que indica a independência da disputa eleitoral em relação à competição legislativa.

Até aqui, os índices levantados se referem ao tipo de equilíbrio entre forças partidárias nas eleições presidenciais que servem como estimativas do processo de coordenação eleitoral. O que substantivamente esses índices de coordenação estão mostrando é a concentração. A tabela abaixo demonstra a força eleitoral desses dois atores, que se mantém distribuída por todo o território.

Nas eleições de 1989, a soma dos votos das candidaturas encabeçadas por PT e PSDB nas eleições presidenciais não atingiu ao menos 50% dos votos válidos em nenhum Estado da federação. Nas eleições seguintes, em apenas dois Estados, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, PT e PSDB tiveram menos do que 75% dos votos válidos.

Dois fatos merecem destaque. O primeiro deles é o crescimento dos dois principais partidos na disputa presidencial. Houve uma polarização substancial nessa disputa em um prazo de tempo muito curto. Uma eleição foi suficiente para que partidos e eleitores coordenassem suas estratégias na disputa presidencial. A concentração de votos em torno de PT e PSDB, medidos no agregado, passou de 29%, tomados nacionalmente na eleição de 1989, e chegou, em 1998, a 81% dos votos, o que representou um aumento de 52% do peso relativo de PT e PSDB em apenas uma eleição.

Isso demonstra que a questão empírica central a ser explicada é a transição entre as eleições de 1989 e 1994, bem como os motivos da perda de fôlego da clivagem dominante na disputa de 2002.

---

<sup>17</sup> Sigo a classificação por distrito desenvolvida por Nicolau (1996). Os mega distritos são os seguintes Estados: São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Bahia.

<b>Tabela 2.1</b>					
<b>Somatório dos votos válidos de PT e PSDB, em %, eleições presidenciais (1989-2006)</b>					
	<b>1989</b>	<b>1994</b>	<b>1998</b>	<b>2002</b>	<b>2006</b>
<b>AC</b>	0.21	0.78	0.78	0.66	0.94
<b>AP</b>	0.28	0.86	0.81	0.59	0.87
<b>AM</b>	0.27	0.84	0.80	0.63	0.91
<b>PA</b>	0.26	0.85	0.86	0.69	0.93
<b>RO</b>	0.23	0.85	0.88	0.65	0.92
<b>RR</b>	0.16	0.85	0.80	0.57	0.86
<b>TO</b>	0.13	0.84	0.83	0.77	0.96
<b>NO</b>	<b>0.24</b>	<b>0.84</b>	<b>0.84</b>	<b>0.67</b>	<b>0.92</b>
<b>AL</b>	0.17	0.89	0.77	0.58	0.84
<b>BA</b>	0.32	0.88	0.86	0.72	0.93
<b>CE</b>	0.31	0.88	0.63	0.48	0.94
<b>MA</b>	0.23	0.85	0.78	0.53	0.94
<b>PB</b>	0.31	0.89	0.79	0.77	0.93
<b>PE</b>	0.37	0.91	0.88	0.75	0.94
<b>PI</b>	0.28	0.84	0.75	0.74	0.95
<b>RN</b>	0.30	0.88	0.77	0.66	0.92
<b>SE</b>	0.25	0.84	0.83	0.64	0.92
<b>NE</b>	<b>0.30</b>	<b>0.87</b>	<b>0.79</b>	<b>0.65</b>	<b>0.92</b>
<b>DF</b>	0.47	0.83	0.70	0.66	0.81
<b>GO</b>	0.23	0.86	0.86	0.70	0.92
<b>MT</b>	0.15	0.83	0.90	0.70	0.93
<b>MS</b>	0.15	0.86	0.86	0.70	0.92
<b>CO</b>	<b>0.24</b>	<b>0.85</b>	<b>0.83</b>	<b>0.69</b>	<b>0.90</b>
<b>ES</b>	0.32	0.88	0.86	0.91	0.90
<b>MG</b>	0.33	0.87	0.84	0.76	0.91
<b>RJ</b>	0.21	0.73	0.85	0.49	0.78
<b>SP</b>	0.40	0.83	0.89	0.75	0.91
<b>SE</b>	0.33	0.81	0.86	0.69	0.88
<b>PR</b>	0.16	0.83	0.87	0.77	0.91
<b>RS</b>	0.12	0.63	0.90	0.78	0.89
<b>SC</b>	0.18	0.60	0.86	0.80	0.90
<b>SUL</b>	<b>0.14</b>	<b>0.69</b>	<b>0.87</b>	<b>0.77</b>	<b>0.89</b>
<b>Br</b>	<b>0.29</b>	<b>0.81</b>	<b>0.85</b>	<b>0.70</b>	<b>0.90</b>

Fonte: dados calculados pelo autor [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br) e banco de dados eleitorais Iuperj

O segundo aspecto importante é a ocorrência de duas eleições que apresentaram desvios na concentração de votos em torno de dois partidos. Respectivamente, em 1989 e em 2002. Os resultados relativos a essas duas eleições em particular podem ser

encontrados mais na concentração eleitoral dos votos de um dos partidos que assumiram o controle da disputa presidencial nas eleições seguintes<sup>18</sup> e menos pelo número fragmentado de candidaturas. O IDRC<sup>19</sup> do PSDB nas eleições de 1989 foi de 0.58, o que demonstra a concentração da votação tucana nas eleições presidenciais. Em 1994, esse índice chegou a 0.17, o que demonstra homogeneidade na distribuição da votação. Em outros termos, o PSDB não apenas aumentou o volume da sua votação mas também o padrão de distribuição geográfica do voto

A eleição de 2002 tem como fator explicativo a força de uma terceira candidatura. O PSB lançou o nome de um candidato com base eleitoral no Rio de Janeiro, mas que conseguiu obter votação expressiva e relativamente homogênea por todos os Estados da federação<sup>20</sup>.

Outra forma de verificar essa concentração eleitoral é medir o tamanho da terceira força desagregada por Estado. Esse dado mostra de forma mais precisa o grau de concentração eleitoral, uma vez que é capaz de precisar o tamanho da principal alternativa eleitoral fora do eixo dominante.

A tabela 2.2 mostra que a terceira força nas eleições presidenciais foi pouco significativa durante o período. Trata-se de um padrão que ocorre em todos os Estados, o que significa que as clivagens regionais parecem não explicar o padrão de concentração observado. De um total de 78 entradas na tabela (excluindo ao agregado nacional), em apenas seis a terceira força obteve pelo menos 25% dos votos.

---

<sup>18</sup> Estou omitindo a legenda nesse capítulo para me concentrar apenas no número de partidos em equilíbrio nas eleições presidenciais. No capítulo seguinte, olharemos para identidade desses partidos.

<sup>19</sup> *Índice de desigualdade regional cumulativa*, extraído do trabalho de Derek Urwin (1983). O índice é calculado pela “diferença entre o percentual da votação nacional de um partido em determinado Estado e o percentual que esse Estado representa no eleitorado nacional. O resultado de cada Estado é somado, desconsiderando-se os sinais positivos e negativos, obtendo-se valores que variam de 0 a 1. Quanto mais concentrada é a votação de um dado partido, mais ele se aproxima de 1”. Um partido será mais nacionalizado na medida em que a composição de sua votação nos diferentes Estados for proporcional ao peso do eleitorado desse Estado no eleitorado nacional. Se os eleitores de um Estado representarem 5% do eleitorado nacional, então 5% do eleitorado do partido deve ser obtido nesse Estado. Quanto maior for a proporção nessa relação em todos os Estados, maior o grau de nacionalização do partido.

<sup>20</sup> O PSB obteve 15.167.422 de votos, o que representou 18% da votação em primeiro turno. O IDRC obtido pelo partido foi de 0.35.



**Tabela 2.2**  
**Porcentagem da terceira força eleitoral,**  
**eleições presidenciais por distrito**

**(1994-2006)**

	1994	1998	2002	2006
AC	0.08	0.14	0.17	0.04
AL	0.05	0.20	0.26	0.13
AP	0.09	0.16	0.26	0.10
AM	0.09	0.16	0.22	0.07
BA	0.04	0.08	0.13	0.04
CE	0.03	0.34	0.07	0.04
DF	0.10	0.27	0.18	0.12
ES	0.07	0.11	0.27	0.06
GO	0.05	0.10	0.19	0.06
MA	0.06	0.16	0.25	0.03
MT	0.05	0.07	0.15	0.04
MS	0.06	0.11	0.16	0.06
MG	0.07	0.12	0.14	0.06
PA	0.08	0.09	0.20	0.05
PB	0.04	0.16	0.14	0.04
PR	0.06	0.10	0.14	0.05
PE	0.04	0.07	0.18	0.04
PI	0.03	0.19	0.11	0.02
RJ	0.12	0.11	0.42	0.17
RN	0.04	0.19	0.17	0.05
RS	0.09	0.06	0.12	0.07
RO	0.06	0.08	0.24	0.06
RR	0.09	0.17	0.25	0.12
SC	0.07	0.10	0.12	0.07
SP	0.09	0.07	0.14	0.07
SE	0.06	0.11	0.19	0.06
TO	0.04	0.12	0.14	0.02
BR	0.07	0.11	0.18	0.07

**Fonte:** dados calculados pelo autor ([www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br))

Nas eleições de 1994, a terceira força na disputa –a candidatura de Enéas Carneiro pelo Prona– teve mais do que 10% dos votos em apenas dois distritos. (DF e RJ). Não há nenhuma unidade da federação em que os dois primeiros colocados na disputa seriam distintos quando observamos os resultados das eleições presidenciais de 1994 no agregado. Esses números expressam a força que a clivagem central estabelecida em torno de PT e PSDB alcançou logo na primeira eleição que levou essas duas forças à dominância do pleito presidencial.

A candidatura de Ciro Gomes pelo PPS –terceira força no pleito de 1998– foi um pouco mais bem-sucedida do que a candidatura encabeçada pelo Prona no pleito anterior. A candidatura do ex-governador do Ceará obteve mais do que um quarto das preferências dos eleitores em dois Estados (DF e CE). Em seu Estado natal, Ciro Gomes foi o mais votado. De toda forma, esse pequeno crescimento do tamanho da terceira força eleitoral não foi suficiente para contestar a predominância de PT e PSDB.

As eleições de 2002 se destacam das demais pela maior fragmentação. Ainda assim, guardam com os demais pleitos a uniformização do nível de coordenação eleitoral. Contudo, a proporção de casos (62%)<sup>21</sup>, em que o resultado indica a presença de três forças é bem mais significativo do que nas demais. Esses resultados relativizam a tese de estabilidade da coordenação na competição eleitoral. O poder eleitoral da terceira e da quarta força representaram efetivamente um desafio ao PSDB?

Na verdade, na grande maioria dos casos, a terceira força é praticamente inexistente. O domínio da clivagem PT-PSDB tem caráter nacional.

Como se sabe, um determinado valor do número efetivo de partidos não está associado a uma única constelação de forças partidárias. No caso, valores entre três e quatro candidaturas efetivas podem tanto ser produto de uma concentração de votos em três candidaturas como indicar a presença de um certo equilíbrio de forças entre uma terceira e uma quarta forças.

Para isso, calculei a razão entre o desempenho da quarta e da terceira forças de forma a mostrar a vitalidade na disputa por essa terceira posição. Se o quociente for maior do que 50%, isso significa que a quarta força teve um peso eleitoral significativo.

---

<sup>21</sup> Ver tabela 2.0.

<b>Tabela 2.3</b>	
<b>Razão da votação entre terceira e quarta forças, eleições presidenciais de 2002</b>	
< 50	> 50
ES PE RJ RO	AC AL AP AM BA CE DF GO MA MT MS MG PA PB PR PI RN RS RR SC SP SE TO

**Fonte:** dados calculados pelo autor

A tabela 2.3 mostra que esse foi o caso na esmagadora maioria dos casos. Apenas em quatro Estados \_Espírito Santo, Pernambuco, Rio de Janeiro e Rondônia\_ a quarta força foi significativamente menor. Em 85% dos casos, a quarta força foi competitiva.

Ora, se juntarmos os achados da tabela 2.1, sobre a timidez da terceira força presidência, com os achados da tabela 2.3, que mostra que o peso relativo da quarta força não foi tão discreto vis-à-vis o terceiro colocado, podemos interpretar como um sinal de que, mesmo quando diferentes forças tentam participar e obtêm um relativo sucesso, não chegam a ameaçar a condição dos dois primeiros colocados.

Ora, a preponderância da clivagem PT-PSDB se torna ainda mais manifesta se tomarmos a razão entre segundas e terceiras forças nas eleições de 2002 de forma a medir o grau de fricção que o desempenho da candidatura Garotinho gerou na clivagem central. Se a razão for menor ou igual a um, significa que em determinado Estado a segunda força foi no máximo do mesmo tamanho da terceira. Esse cenário aconteceu em oito Estados distintos, a saber: AP, AM, DF, ES, MA, RJ, RO e RR. Nos demais casos, a candidatura Tucana foi sempre maior que a pessebista, atingindo o dobro de tamanho na PB, SP e RS.

Essa preponderância entre os dois partidos se deve, entre outros fatores, à falta de coordenação no campo da centro-esquerda. Se PSB e PPS tivessem coordenado seus esforços em nível nacional, o segundo turno poderia ter ocorrido entre uma candidatura que reunisse os dois partidos mais o PT em detrimento do PSDB. Em apenas oito Estados, a votação Tucana foi maior do que o somatório dos votos das candidaturas Garotinho e Ciro Gomes.

Isso sugere que a supremacia do PSDB depende da restrição de candidaturas e da incapacidade de eleitores e elites em coordenarem nomes alternativos. O partido não

conta com eleitores fiéis e mobilizados.

Em suma, parece-nos evidente que o formato das eleições presidenciais no Brasil é caracterizado pela existência de duas forças eleitorais competitivas. Esse padrão foi ligeiramente alterado nas eleições de 2002, mas não retirou o protagonismo de nenhum dos dois polos das disputas. Até aqui, não sugeri nenhuma razão para a concentração em torno desses dois partidos. O que vimos foi a adequação da competição majoritária ao esperado pela literatura institucional.

Todos os indicadores utilizados para medir a força relativa dos partidos na disputa presidencial mostraram que se trata de um padrão nacional. O próximo passo é olhar em que medida o desempenho eleitoral das candidaturas variou de acordo com os distritos eleitorais. Para isso, recorrerei ao indicador de nacionalização partidária<sup>22</sup> criado por Jones e Mainwaring (2003), o *System Party Nationalization Score* (SPNS).

Trata-se de uma adaptação do coeficiente de *Gini*, que é um indicador que mede a desigualdade de atributos entre diferentes unidades. O *Party Nationalization Score* (PNS) mede o grau de homogeneidade na votação dos partidos nos distritos eleitorais. Trata-se do inverso do índice de *Gini* aplicado à questão eleitoral. Se, em sua forma original, quanto mais próximo de zero maior a igualdade entre unidades, no PNS, que também varia de 0 a 1, quanto maior o valor, maior a homogeneidade na votação dos partidos.

O PNS é importante para nossa questão, visto que esse índice permite uma mensuração por eleição, e não por partido, do grau de nacionalização de um pleito eleitoral. O índice sistêmico *\_SPNS\_* é construído pelo somatório do PNS de cada partido que entrou na disputa presidencial, multiplicado pelo peso relativo da legenda no total da votação nacional. Assim, quanto maior o partido, mais relevante é seu peso na confecção do indicador para o sistema. É importante notar que o índice construído por Jones e Mainwaring trata cada unidade com peso igual, independentemente do tamanho do eleitorado do distrito.

---

<sup>22</sup> Para uma análise dos diferentes tipos de indicador de nacionalização, ver Caramani (2004).

<b>Tabela 2.4</b>				
<b>Índice de nacionalização partidária nas eleições presidenciais - SPNS</b>				
1989	1994	1998	2002	2006
0.86	0.89	0.85	0.90	0.87

**Fonte:** dados calculados pelo autor

A tabela acima aponta que as clivagens regionais não aparecem nas eleições presidenciais. A disputa para o Executivo federal é, de fato, nacionalizada, o que demonstra a importância da construção de palanques estaduais espalhados por todos os distritos para uma candidatura bem-sucedida.

O índice de nacionalização sempre esteve em todos os anos dentro do limite suficiente para caracterizar a competição para a Presidência como nacionalizada.

As eleições de 1994, de fato, são um divisor de águas no sistema político brasileiro. Então inicia-se a bipolarização entre duas forças eleitorais, que se manteve estável nos demais pleitos. Não há uma terceira força capaz de competir sistematicamente contra esses partidos, o que acaba restringindo a entrada de novos integrantes à disputa presidencial a se tornar o eixo gravitacional do sistema partidário. No próximo capítulo iremos analisar os mecanismos que levaram a esse resultado.

Resta-nos destacar a dinâmica das eleições para governador.

## **2.2 Formato partidário: eleições para governador**

Argumentei anteriormente que o custo de entrada dos partidos políticos é dada pela magnitude do distrito. Haveria alguma diferença no custo de entrada entre as eleições majoritárias? A comparação entre a lógica das eleições executivas nacionais e as estaduais pode ajudar no entendimento da questão. Vis-à-vis as eleições presidenciais, o custo de entrada no plano estadual é mais baixo do que na competição nacional, ainda que a magnitude dos distritos seja a mesma.

A variável principal que explica esse processo é o fato de que as eleições presidenciais ocorrem em distrito nacional, que se sobrepõe aos distritos estaduais. Assim, dada a simultaneidade nos pleitos, a entrada na disputa presidencial exige coordenação entre os 27 Estados, levando ao aumento do custo político de participação

eleitoral. As eleições estaduais, todavia, ocorrem de forma isolada dos demais pleitos estaduais, visto não haver incentivo para a coordenação entre cada Estado.

Dessa forma, poderíamos encontrar um nível de fragmentação maior nas competições estaduais do que aquele encontrado no pleito nacional.

**Tabela 2.5**  
**Número efetivo de candidaturas, eleições para governador**  
**(1990-2006)**

	1990	1994	1998	2002	2006	Média/Estado
<b>NO</b>						
AC	4,02	2,82	2,36	1,93	2,4	2,6
AP	3,33	4,73	2,87	3,68	2,31	3,4
AM	2,18	2,07	2,05	2,74	2,38	2,2
PA	2,72	3,12	2,78	3,63	2,82	2,8
RO	5,02	2,91	3,51	5,07	2,63	3,7
RR	2,99	3,08	2,51	2,09	2,06	2,5
TO	2,55	2,08	2,03	2,07	2,06	2,2
<b>NE</b>						
AL	2,03	1,54	2,01	2,25	2,42	2,1
BA	2,69	2,99	1,89	2,28	2,15	2,3
CE	2,28	2,23	2,17	2,87	1,98	2,2
MA	2,7	2,52	1,96	2,25	2,76	2,2
PB	2,74	2,44	1,48	2,51	2,06	2,2
PE	2,17	2,47	2,05	2,07	3,01	2,2
PI	2,25	2,74	2,68	2,2	2,53	2,4
RN	2,51	2,32	2,34	3,46	2,07	2,4
SE	1,65	2,21	2,93	3,9	2,09	2,4
<b>CO</b>						
DF	2,64	2,97	4,68	2,76	2,8	3,2
GO	2,28	3,25	2,19	2,55	2,45	2,4
MT	2,06	1,75	2,27	2,64	2,08	2,1
MS	2,19	2,44	3,02	2,4	1,92	2,3
<b>SE</b>						
ES	2,89	3,07	2,37	2,15	1,55	2,3
MG	4,17	3,04	2,71	2,31	1,56	2,6
RJ	2,33	3,78	2,77	2,84	3,68	3,1
SP	3,26	3,29	4,2	3,34	2,28	3,3
<b>SUL</b>						
PR	3,36	2,22	2,07	4,37	2,88	2,7
RS	3,41	2,68	2,33	3,05	3,8	2,9
SC	2,78	2,89	2,35	3,08	2,72	2,7
<b>Média/Ano</b>	2,79	2,73	2,54	2,83	2,42	

Fonte: cálculo do autor a partir de [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br) e banco de dados Iuperj

Essa expectativa não encontra suporte nos números. O padrão de fragmentação encontrado nas eleições estaduais é similar ao formato partidário das eleições

presidenciais. Em outros termos, o baixo custo de entrada nas eleições estaduais. Em um universo de 135 eleições para governador realizadas no período, 107 casos estiveram nos parâmetros esperados para uma eleição majoritária em dois turnos, cujo limite esperado é o de três candidaturas efetivas. Esses números representam 79,2% de eleições caracterizadas pela existência de coordenação eleitoral.

É importante ressaltar que, contrariamente ao esperado, as eleições para governador tiveram formato partidário mais estável do que aquele encontrado nas eleições para o Executivo federal. Uma vez atingido o patamar da coordenação eleitoral eficiente, as eleições majoritárias estaduais não apresentaram nenhum desvio relativo ao equilíbrio previsto<sup>23</sup>. Na verdade, em determinados casos, os números encontrados na tabela estão razoavelmente abaixo do esperado pela literatura de coordenação eleitoral. Acre, Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Paraíba e Sergipe apresentaram pelo menos uma eleição no período em que funcionaram de forma semelhante aos sistemas de maioria simples.

As eleições que abrem o período da análise tiveram uma particularidade, visto que ocorreram de forma isolada das eleições presidenciais. As eleições para governador naquele ano não apresentaram um padrão no formato partidário diferente dos demais pleitos. A média de partidos efetivos nos Estados, tomados por ano, nas quatro disputas seguintes, esteve em todo o período abaixo de três partidos efetivos esperados em sistemas de dois turnos. Se calcularmos o peso relativo dos distritos com coordenação eleitoral, veremos que essa taxa em nenhum momento foi menor do que 70% nos anos de 1994 e 2002. Nos demais pleitos estudados, ele ficou em 74% (1990); 88 % (1998) e 92% (2006).

O patamar para classificar a competição eleitoral é bastante rigoroso. O limite superior do número de candidaturas não leva em conta a articulação da disputa presidencial com os demais pleitos. Mais uma vez, estamos ignorando o efeito fragmentador de outras eleições casadas, especialmente as proporcionais, conforme previsto pelo Shugart e Carey (1992) em sua discussão sobre o calendário eleitoral. No

---

<sup>23</sup> Isso não significa dizer que a competição política nos Estados é mais estável do que em nível nacional. O formato partidário não nos permite fazer inferências dessa natureza. Na verdade, como veremos nos capítulos seguintes, esse não parece ser o caso, se tomarmos as identidades dos principais partidos em disputa.

limite, esse pequeno resíduo poderia ser tributado pelo fato de que partidos acabam entrando na disputa para governador com o intuito de maximizar seu resultado em outra arena, seja no pleito presidencial, seja nas eleições proporcionais.

Um olhar no agregado mostra que apenas os Estados do Amapá, do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Rondônia e o Distrito Federal apresentaram um padrão de competição eleitoral na média fora do esperado pela literatura da entrada estratégica.

Do ponto de vista regional, a região sudeste foi disparada a que mais apresentou resultados fora do equilíbrio esperado. Em 48% das eleições para governador ocorridas nos Estados da região houve mais de três forças eleitorais. Na região norte, esse número caiu para 28%; na região sul, para 26%, na centro-oeste, para 10% e, na nordeste, para apenas 6% de distritos fora do padrão esperado pela literatura institucionalista.

Há coordenação eleitoral nas eleições para o Executivo federal. Os dados, todavia, devem ser lidos com muita cautela. O número de partidos efetivos não nos permite fazer inferências sobre uma série de questões substantivas que devem ser exploradas a fim de entendermos melhor o processo de competição política no Brasil. Trata-se somente de um espelho. Essa aparente homogeneidade dos sistemas partidários nas eleições para o Executivo pode esconder uma diversidade de atores políticos, bem como suas respectivas estratégias. Tudo o que foi mostrado anteriormente é que os efeitos psicológico e mecânico dos sistemas majoritários funcionam, tal como esperado pela literatura (Duverger, 1951; Cox, 1997). No capítulo quatro, iremos verificar a identidade dos partidos que dominam as disputas por Estado.

### **2.3 Magnitude eleitoral: definição de mercados eleitorais**

A partir dos clássicos estudos de Schumpeter (1950) e Downs (1999), a competição política passou a ser pensada como um mercado eleitoral. Partidos ofertam candidatos e políticas públicas e eleitores selecionam aqueles que irão maximizar sua utilidade. A questão que fica diz respeito às variáveis explicativas para o grau de abertura dos diferentes mercados.

Dado que recursos são limitados, não é possível participar de forma eficiente (mostrar-se competitivo e viável eleitoralmente) em todos os mercados (eleições).



Partidos precisam tomar decisões quanto a que cargos disputarão. Espera-se que participem daquelas disputas em que suas chances de vitória eleitoral sejam minimamente críveis. Eleições majoritárias impõem custos mais elevados à participação dos partidos quando comparadas a eleições proporcionais.

A tabela abaixo é salutar na demonstração de que os partidos fazem opções estratégicas quanto às competições eleitorais de que participarão.

	Presidente	Governador	Senador	Dep. Federal	Dep. Estadual
PT	100	74	68	100	100
PSB	20	30	37	96	100
PDT	60	36	49	100	100
PMDB	40	65	73	100	100
PSDB	100	49	54	100	100
PTB	20	16	34	95	97
PL	20	6	19	96	99
PP	40	26	32	99	100
PFL	20	32	57	100	100

**Fonte:** dados coletados pelo autor.

Os dados da tabela 2.6 mostram a proporção do lançamento das candidaturas pelos maiores partidos em relação ao total de pleitos realizados no período. O apetite dos partidos pelos diferentes mercados eleitorais varia com os cargos. A tendência da tabela é inequívoca. Há formação de mercados eleitorais distintos no interior do sistema partidário eleitoral. Essa distinção está apoiada na frequência de entrada dos principais partidos políticos. Partidos lançam candidatos de forma proporcional aos custos de entrada, dados a magnitude e o tamanho do eleitorado no distrito.

Assim, do ponto de vista do primeiro momento, o da entrada estratégica, ou seja, da escolha de entrar ou não na competição, as eleições proporcionais, dado o baixo custo de entrada, não aparecem como um problema estratégico para os grandes partidos. Desse modo, os partidos grandes lançam candidatos nas proporcionais em quase todos os pares distrito-eleição. Não há retirada do mercado por parte das organizações partidárias nesse tipo de pleito, o que sugere que o mercado eleitoral das eleições proporcionais é relativamente aberto à entrada.

O interessante dessa tabela é a demonstração do quanto o custo de entrada inibe a participação, via lançamento de candidaturas próprias, dos grandes partidos nas eleições para cargos Executivos. A entrada na eleição presidencial, como se vê, acabou por se restringir ao PT e ao PSDB, únicos partidos a participarem de todas as cinco disputas. Mas a restrição também se faz presente nas eleições para o governo estadual.

Quanto a essas últimas, no período estudado, apenas dois partidos, PT e PMDB, tiveram uma participação superior a 50%. Além desses dois partidos, o PSDB também se destaca, na medida em que sua participação nas eleições para governo estadual beirou os 50%. A divisão de tarefas é evidente. Por um lado, temos partidos como PT (74%) e PMDB (65%); de outro, três legendas (PSB, PR e PTB) lançaram candidatos para governador em menos de 30% dos casos, sendo que PL (6%) e PTB (19%) tiveram números irrisórios.

A mesma lógica é válida nas eleições presidenciais. Trata-se de uma disputa oligopolizada por duas agremiações que concorreram ao cargo em todas as cinco eleições estudadas. PT e PSDB possuem como estratégia eleitoral a disputa pelo Executivo federal de forma sistematizada.

As demais legendas participaram da disputa presidencial somente nas eleições de 1989, marcadas por um processo de pulverização de candidatos. As exceções ficam a cargo do PDT, que lançou candidato nos pleitos de 1989, 1994 e 2006. Nas duas primeiras, o nome escolhido foi o de Leonel Brizola, enquanto Cristovam Buarque disputou o último pleito do período.

Dois partidos analisados participaram das eleições presidenciais no início da disputa. O PMDB apresentou a candidatura Ulysses Guimarães e Orestes Quécia, e o PP lançou Paulo Maluf e Esperidião Amim, respectivamente, em 1989 e 1994.

Grosso modo, podemos dizer que apenas PT, PSDB e PMDB possuem estratégias eleitorais executivas, ou seja, lançam candidatos em parcela significativa do país, o que demonstra a escolha por participar do mercado eleitoral mais importante e com maior custo de entrada. As legendas restantes possuem estratégias mais limitadas, concentrando-se na disputa por postos legislativos nas eleições proporcionais e postulando cargos de governador em Estados e ocasiões específicas. Como mostrarei de forma detalhada posteriormente, esses partidos são muito mais seletivos no lançamento

de candidaturas nos poucos Estados em que têm alguma chance de vitória.

A relutância desses partidos em penetrarem no mercado eleitoral para o Executivo é justificada pelo histórico do “aproveitamento” dos partidos nesse tipo de disputa. As eleições executivas são altamente competitivas, e a chance de sucesso é necessariamente pequena. Ganhar cargos no Executivo no sistema político brasileiro é privilégio de poucos. Por isso a entrada estratégica se torna fundamental.

Nas eleições presidenciais, as taxas de sucesso PT e PSDB<sup>24</sup> \_ únicos partidos da amostra que tiveram sucesso nesse mercado\_ é de 40%. Os demais partidos sempre saíram derrotados quando adentraram esse mercado. O baixo aproveitamento dos partidos também se reflete nas eleições para o Executivo estadual, ainda que seu mercado seja relativamente mais acessível.

Os dados da tabela 2.7 apontam duas tendências que devem ser destacadas para corroborar o argumento de oligopolização dos cargos Executivos no sistema político brasileiro. A primeira é a de que o desempenho partidário nessas competições é, no geral, muito pequeno. Apenas PMDB e PSDB têm um aproveitamento minimamente aceitável para o Executivo estadual. O restante apresenta um aproveitamento bastante limitado, o que demonstra que o mercado eleitoral, nesses casos, pune candidaturas equivocadas.

É possível afirmar que determinados partidos não têm acesso efetivo e sistemático aos postos de poder na esfera estadual. PL, PTB e PDT e PT têm um aproveitamento relativo muito baixo. O PL, por exemplo, nunca saiu vitorioso na busca pela chefia dos Estados; já o PTB não conquista uma vaga de governador há três eleições consecutivas.

---

<sup>24</sup> O Partido da Reconstrução Nacional ganha a primeira eleição do período, mas posteriormente desaparece da competição partidária.

<b>Tabela 2.7</b>					
<b>Taxa de aproveitamento dos partidos eleições para governador, em % (1990-2006)</b>					
	<b>1990</b>	<b>1994</b>	<b>1998</b>	<b>2002</b>	<b>2006</b>
<b>PT</b>	0 (0/23)	0.10 (2/19)	0.18 (3/16)	0.12 (3/24)	0.28 (5/18)
<b>PSB</b>	0 (0/1)	0.50 (2/4)	0.28 (2/7)	0.19 (4/21)	0.30 (3/10)
<b>PDT</b>	0.33 (3/10)	0.14 (2/14)	0.16 (1/6)	0.11 (1/9)	0.18 (2/11)
<b>PMDB</b>	0.47 (8/17)	0.45 (9/20)	0.31 (6/19)	0.31 (5/16)	0.44 (7/16)
<b>PSDB</b>	0.07 (1/13)	0.60 (6/10)	0.50 (7/14)	0.58 (7/12)	0.35 (6/17)
<b>PTB</b>	0.66 (2/3)	0.16 (1/6)	0 (0/2)	0 (0/8)	0 (0/1)
<b>PL/PR</b>	0 (0/3)	0 (0/4)	0 (0/0)	0 (0/1)	0 (0/1)
<b>PDS/PPR/PPB/PP</b>	0.22 (2/9)	0.27 (3/11)	0.40 (2/5)	0 (0/6)	0.33 (1/3)
<b>PFL/DEM</b>	0.77 (7/9)	0.25 (2/8)	0.50 (6/12)	0.50 (4/8)	0.14 (1/7)

**Fonte:** dados coletados pelo autor a partir de [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br) e dados eleitorais Iuperj

Em poucos casos as organizações partidárias tiveram um êxito considerável nas disputas para o governo estadual. O PSDB conseguiu um aproveitamento maior do que 50% nas eleições de 1994 e 2002. O DEM obteve um desempenho de tal magnitude em três anos –1990, 1998 e 2002. Por fim, o PSB alcançou tal marca nas eleições realizadas em 1994.

O segundo ponto que merece destaque é a diferenciação da taxa de sucesso entre os partidos de ambição executiva. PSDB e PMDB obtêm sucesso substantivamente maior do que o PT. O índice do PT nas eleições para governador é, de fato, irrisório quando comparado às outras legendas de ambição executiva. Aparentemente, a baixa taxa de sucesso do partido não serviu como impedimento para que sua ambição a cargos no Executivo diminuísse.

O partido, durante três eleições, perdeu todas as disputas em que se apresentou, mas continuou a apresentar candidaturas sistematicamente, o que pudemos visualizar na

tabela 1. Trata-se do partido que mais se apresentou nas disputas estaduais. Esse fato demonstra que o partido apresentou candidatos para governador, mas a lógica de lançamento não ficou restrita aos distritos isoladamente. Como veremos no capítulo seguinte, a entrada do partido nos mercados estaduais está intimamente associada à construção de alianças para o Executivo federal.

No tocante ao grupo de partidos sem ambição executiva, há uma diferença marcante do DEM em relação aos demais. O DEM, a despeito de seu desempenho estar declinando, se tomarmos seu desempenho no tempo, teve um aproveitamento relativamente alto: 38%. Em outros termos, sua maior seletividade parece se traduzir em desempenho melhor, fato que não ocorre com PDT, PTB e PL, que lançam menos, mas não obtêm sucesso expressivo com essa estratégia.

Cabe destaque ao PSB. O partido paulatinamente constrói bases efetivas em determinados Estados. O partido teve um crescimento no número de candidatos lançados, mas mesmo assim ultrapassou as taxas de aproveitamento do PDT.

Schlesinger (1966) apresentou três elementos que definiriam a estrutura de oportunidades dos atores políticos na definição de suas carreiras políticas. Benefício de cargo, custo e probabilidade de vitória são os elementos que entrariam no cálculo dos políticos individualmente. A leitura do trabalho é que a ideia de estrutura de oportunidades pode ser trazida para a discussão no âmbito partidário. Aqui, o que define as estruturas de oportunidade é basicamente a magnitude do distrito. Os diferentes partidos mostraram perfil bem diferenciado na divisão do mercado eleitoral.

A baixa taxa de sucesso dos partidos mostra a dificuldade da entrada em mercados de magnitude baixa. Partidos sabem que a probabilidade de vitória nesse tipo de disputa é baixa. Em um cenário de informação perfeita, os partidos deveriam ter 100% de aproveitamento, uma vez que eles antecipariam as preferências dos eleitores de um determinado distrito e lançariam candidatos apenas nos casos em que a chance de vitória assumisse probabilidades elevadas.

As evidências empíricas sobre a entrada estratégica nas eleições para governador por ano mostram que os partidos caminham em direção a um equilíbrio em termos da frequência de participação nas eleições estratégicas. As organizações partidárias parecem ter encontrado um nível de participação viável para o tamanho e a relevância dos

partidos. Lançar candidaturas viáveis em todos os distritos está longe de ser algo trivial. Os custos envolvidos e a capacidade de recrutar lideranças com capital político não parece ser uma tarefa das mais simples.

As alterações mais relevantes entre eleições, no que diz respeito à frequência de entrada nos Estados, decorrem menos de cálculos tomados isoladamente nos Estados e mais em decorrência da participação do partido na disputa presidencial.

Esse é o ponto que gostaria de destacar. As estratégias dos partidos nas eleições para governador são condicionadas pela participação ou não na competição nacional. A despeito de ocorrerem isoladamente nos diferentes distritos, há variáveis que se encontram fora do contexto estadual que explicam as estratégias dos partidos.

<b>Tabela 2.8</b>					
<b>Frequência das candidaturas dos partidos nas eleições para governador por ano, em % (1990-2006)</b>					
	<b>1990</b>	<b>1994</b>	<b>1998</b>	<b>2002</b>	<b>2006</b>
<b>PT</b>	85 (23/27)	70 (19/27)	59 (16/27)	89 (24/27)	67 (18/27)
<b>PSB</b>	4 (1/27)	15 (4/27)	26 (7/27)	78 (21/27)	37 (10/27)
<b>PDT</b>	37 (10/27)	52 (14/27)	22 (6/27)	33 (9/27)	40 (11/27)
<b>PMDB</b>	66 (18/27)	74 (20/27)	70 (19/27)	59 (16/27)	59 (16/27)
<b>PSDB</b>	48 (13/27)	37 (10/27)	52 (14/27)	44 (12/27)	63 (17/27)
<b>PTB</b>	19 (5/27)	22 (6/27)	7 (2/27)	30 (8/27)	4 (1/27)
<b>PR</b>	11 (3/27)	15 (4/27)	0 (0/27)	4 (1/27)	4 (1/27)
<b>PP</b>	37 (10/27)	41 (11/27)	19 (5/27)	22 (6/27)	11 (3/27)
<b>PFL</b>	33 (9/27)	30 (8/27)	44 (12/27)	30 (8/27)	26 (7/27)

Fonte: dados coletados pelo autor. [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br)

A frequência de lançamentos de candidaturas petistas nos Estados mostra como sua estratégia em nível estadual está condicionada pela política de alianças para as

eleições presidenciais. O partido inicia o período analisado com uma estratégia sistemática de lançamento de candidaturas em 85% dos casos. Esse número decresce nas duas eleições anteriores em virtude de uma política de acomodação com os demais partidos da sua coligação eleitoral, até atingir seu menor patamar no lançamento de candidaturas em 59% dos Estados nas eleições de 1998. Esse número sofre novamente uma elevação nas eleições finais do período, em virtude da alteração das regras relativas à formação de coligações eleitorais<sup>25</sup>.

Grosso modo, o efeito da “verticalização” das coligações foi o de aumentar o número de candidaturas para governador, pois o número de partidos disponíveis para compor coligações diminuiu. Os partidos que, de alguma forma, participaram da disputa federal, na cabeça da chapa ou coligados, não poderiam se aliar com os adversários em nível estadual. Dessa forma, o número de alternativas para os partidos que participaram das eleições presidenciais diminuiu. Esse foi o caso do PT. Assim, em 2002, o partido retomou sua trajetória de lançamento de candidatos a governador em praticamente todos os Estados da federação, mesmo com baixo aproveitamento.

O PSDB manteve, durante boa parte do período, uma frequência em torno das metades dos Estados. O partido adotou um comportamento mais propenso à coordenação do que o PT. A mais importante se deu nas eleições de 2006, em virtude da coligação eleitoral para presidente, que ficou restrita a apenas um partido (PFL). As eleições presidenciais não tiveram um efeito importante na frequência de entradas do PDT nos governos dos Estados. O nível de participação com candidatos no governo dos Estados em 1994 e 2006 não foi sistematicamente maior do que nos anos anteriores.

PMDB e PFL mantiveram trajetórias estáveis durante todo o período. O PTB não conseguiu aproveitar sua participação nas eleições presidenciais via coligação eleitoral de forma a construir uma estratégia mais efetiva de atuação no mercado Executivo estadual. Dessa forma, com o PP e PL, o partido deu sinais de desistência em entrar nesse mercado estadual, mesmo de forma mais localizada.

O PSB é exemplo de como as eleições presidenciais alteram sistematicamente o padrão de atuação em nível estadual. Quando lançou candidato a presidente, a

---

<sup>25</sup> No capítulo seguinte, iremos analisar de forma mais sistemática o efeito da chamada verticalização nas estratégias de coligações dos partidos.

participação do partido no mercado estadual aumentou exponencialmente em relação ao período anterior. Em 1998, o partido havia lançado candidato em um quarto dos Estados, ao passo que, em 2002, esse nível chegou a 78%. Essa eleição parece ter estabelecido outro patamar para o partido. A manutenção ou não dessa frequência de entrada passa pela política de coligação em nível federal.

O mercado eleitoral para governador está concentrado em torno dos três partidos que oligopolizam a entrada nesse mercado. Apenas PT, PMDB e PSDB lançam de forma sistemática candidatos em mais de 50% dos distritos. Não por acaso, dois desses partidos são atores participantes das eleições presidenciais. A decisão de lançar candidatos nos governos dos Estados possui uma lógica que extrapola considerações intradistritais. Trata-se de uma decisão em nível nacional dos partidos. As eleições para o Executivo federal reforçam o protagonismo dos partidos participantes em nível estadual, o que acentua a concentração dos pleitos majoritários nesses partidos. O protagonismo desses partidos não parece ser posto em xeque por tendências centrífugas.

As demais agremiações parecem estar restritas a uma parcela menor dos Estados. Esses partidos não possuem o empuxo das eleições presidenciais. PFL e PP estão paulatinamente perdendo terreno no mercado majoritário. Em menor medida, esse parece ser o cenário do PDT. O PSB enfrenta o desafio de manter seus níveis de candidaturas sem a participação em competições presidenciais, ao passo que PL e PTB estão praticamente ausentes desse tipo de disputa.

### **Considerações finais**

O capítulo buscou medir os efeitos da baixa magnitude das eleições executivas no padrão assumido pelo sistema partidário. Esse efeito pode ser sentido em dois momentos. O primeiro tratou de mensurar se as eleições executivas no Brasil estariam no padrão esperado pela literatura. A análise mostrou que em parte significativa das disputas a coordenação eleitoral, na verdade, está abaixo do limite estabelecido pela regra “M+1”.

O segundo tomou os efeitos no custo de entrada na segmentação dos mercados no interior do sistema político-partidário brasileiro. A magnitude distrital define mercados eleitorais distintos no interior do sistema partidário brasileiro. O padrão de entrada dos



nove maiores partidos do sistema político brasileiro nas eleições executivas é razoavelmente instável. Os únicos partidos com ambição executiva no sistema político brasileiro são PT, PMDB e PSDB. De resto, as tentativas de penetração no mercado executivo por parte das demais legendas é efêmera, o que significa dizer que a oferta partidária para o eleitor nesse mercado é restrita. Os eleitores ficam com opções restritas em cada distrito. O capítulo também mostrou a íntima relação entre participação nas eleições presidenciais e aumento de entradas nos mercados estaduais. Tal relação reforça ainda mais o poderio de PT e PSDB, que acabam reforçando seu protagonismo nacional.

Resta-nos, agora, entender a dinâmica relativa a esse mercado. O objetivo é entender se existe apenas estabilidade no formato ou também nas identidades dos partidos beneficiados pelos efeitos distributivos da coordenação eleitoral.

### **Capítulo 3 – As identidades no mercado eleitoral: eleições presidenciais**

Vimos anteriormente que as eleições presidenciais não foram incorporadas de forma sistemática nas análises sobre a evolução do sistema partidário brasileiro. O argumento do trabalho é que ela é crucial para o entendimento da dinâmica eleitoral no nosso sistema político. O sistema partidário-eleitoral brasileiro é marcado por alta complexidade, expressa em um sem-número de interações, e não está ao alcance desta tese oferecer um entendimento de todas as suas interações.

O melhor ponto de partida para entender e destrinchar essas múltiplas interações é dado pelas eleições presidenciais. A competição em nível nacional caminhou para uma alternância no poder entre dois partidos, PT e PSDB. Tal como na experiência democrática brasileira de 46-64, o cenário político das eleições presidenciais é dominado por duas forças. Explicar essa tendência centrípeta da competição presidencial, bem como suas implicações para as demais competições políticas, em boa medida, redefine e/ou abre novas perspectivas para o estudo do sistema partidário brasileiro. Essa é a contribuição deste trabalho, cujos objetivos são limitados. Não se pretende oferecer uma explicação capaz de apreender todas as relações que contribuem para sua formatação.

Melo (2006, 2007) dá pistas de que as eleições presidenciais seriam o momento para a consolidação das legendas. Partidos com bom desempenho no pleito eleitoral se tornaram polos organizadores do sistema partidário-eleitoral. No polo da esquerda, o PT se tornou a legenda mais relevante em contraposição ao PDT. O PSDB, de sua parte, “roubou” do PMDB o protagonismo da política nacional no bloco do Centro, e, à direita, o DEM (ex-PFL) ocupou espaço do PPB.

O autor apresenta uma série de evidências empíricas sobre a centralidade e o crescimento das bases representativas dos partidos, tais como crescimento do poder relativo dos partidos nos demais pleitos, como Senado e Câmaras Municipais. O argumento do autor é que o bom posicionamento dos partidos nas eleições presidenciais propiciou a supremacia no sistema partidário estadual (2006, p. 168).

O diagnóstico de Melo é preciso. Aqui, parto desse diagnóstico para a construção

do argumento da tese. O que explicaria a centralidade desses partidos na arena nacional? Por que PSDB e PT se beneficiaram da coordenação eleitoral nos pleitos presidenciais? Sob um olhar retrospectivo, essa indagação pode parecer óbvia, afinal, foram esses partidos que se alternaram no poder nas últimas quatro eleições. Ainda que se argumente que a evolução dos sistemas partidários é dependente da trajetória, como é o caso dessa tese, há de se buscar explicações para o momento inicial de formação dessa clivagem, bem como para o mecanismo que permite sua estabilidade no tempo.

O argumento do trabalho é o de que a prevalência entre PT e PSDB decorre da sua capacidade de replicar o conflito nacional nos diferentes Estados. Os dois partidos utilizaram as eleições para governador como instrumento para a disputa eleitoral nacional. As candidaturas para governador permitem aos partidos fixarem bases políticas nos Estados, dando lugar a um contínuo e nacionalizado processo de mobilização e persuasão (Cox, 2005).

Qualquer tentativa de explicação sobre a permanência das identidades dos partidos que polarizam o pleito presidencial deve dar conta minimamente de dois períodos críticos da competição para o Executivo federal, a saber: a transição entre as eleições de 1989 e 1994 e as eleições de 2002. O primeiro momento marca o estabelecimento da centralidade da clivagem PT-PSDB nas disputas presidenciais, ao passo que as eleições de 2002 foram o “teste” para a estabilidade desses atores.

Se meu argumento for correto, o padrão de articulação das *entradas* nesses dois períodos teve características distintas. Minha análise demonstra que na transição entre as duas primeiras eleições, que marca a disputa pelo protagonismo presidencial, apenas PT e PSDB, entre os atores que disputavam a hegemonia em cada espaço do espectro político, conseguiram nacionalizar seu suporte eleitoral, ancorando-se e reproduzindo sua disputa nacional na maioria dos Estados

Trata-se de um argumento análogo ao desenvolvido por Lima Junior (1983) no que diz respeito ao processo de formação de coligações nas eleições proporcionais para o período 46-64. A lógica da articulação das alianças ou coligações eleitorais eficiente é aquela que consegue replicar ou reproduzir o conflito nacional nos distritos nacionais. Ou dito da forma inversa, a nacionalização do conflito partidário pede e depende de sua ancoragem na esfera estadual. Sem esse apoio, uma candidatura nacional naufraga, não se

viabiliza. Nesses termos, as estratégias políticas dos partidos, expressas na sua política de lançamento de candidaturas em competições majoritárias (entrada estratégica) e padrão de coligações tanto no plano nacional como no estadual, explicam o predomínio obtido por ambos os partidos, ainda que essas estratégias não tenham sido as mesmas.

Nessa leitura, parte considerável, se não a mais importante, do conflito eleitoral é resolvida –ou pode ser, para ser mais preciso, no primeiro momento da competição política, pela coordenação das elites, antes da intervenção direta do eleitor. As estratégias das elites podem restringem as opções ao eleitorado e, portanto, minimizam o efeito da mobilização eleitoral (Cox, 2005).

Do ponto de vista do argumento mais geral, a análise aqui proposta reforça a centralidade das eleições presidenciais no sistema partidário brasileiro. Esse efeito é sentido especialmente no que diz respeito à coordenação eleitoral, mais especificamente na entrada estratégica dos partidos nas eleições majoritárias nos Estados. A decisão de lançar ou não candidatos para governador \_e em que distritos\_ é reflexo direto das estratégias dos partidos nas eleições presidenciais. Em outros termos, as eleições presidenciais afetam a oferta de candidatos disponíveis ao eleitor no plano do Executivo estadual.

O capítulo se inicia com uma apreciação geral do quadro a ser entendido, bem como das lições que o resultado de 1989 mostrou aos partidos. Grosso modo, as eleições iniciais de 1989 apontaram para a necessidade de nacionalizar o suporte eleitoral nas competições presidenciais. Os dois partidos que passaram ao segundo turno nas eleições de 1989 (PRN e PT) tiveram altos índices de nacionalização do voto.

Em seguida, mostro a evolução da entrada dos partidos no pleito presidencial. As eleições presidenciais são marcadas pela participação constante de PT e PSDB, e tentativas efêmeras de quebra dessa dicotomia. Essa estabilidade e a força desses dois partidos se explicam pelo alto custo de entrada, o que justifica e incentiva a coordenação pré-eleitoral por parte das elites políticas.

As eleições de 1989 e 2002 registraram maior fragmentação eleitoral justamente por terem apresentado fissuras na coordenação entre as elites. A oferta de candidaturas viáveis, e não os atributos e características do eleitor, explicam a fragmentação partidária.

A segunda parte do capítulo recorre ao padrão de entrada dos partidos nas eleições

para governador como tentativa de explicar a manutenção de PT e PSDB no pleito nacional. Para isso, irei reconstruir o padrão das estratégias dos partidos nas eleições para governador. Esse é o mecanismo central que permitiu aos partidos resolverem os dilemas da nacionalização do voto. Em outros termos, procurei identificar qual a frequência e em que Estados os partidos lançam candidatos diretamente, apoiam outras legendas ou simplesmente deixam de participar da competição estadual. Os resultados mostram que os partidos que foram bem-sucedidos nas eleições presidenciais foram capazes de replicar seu conflito de forma direta ou via coligações nas eleições para o governo estadual.

Irei concentrar-me nas eleições de 1994 e 2002, que são anos centrais para o entendimento da competição presidencial. O primeiro caso representa o momento de formação da clivagem; já a disputa de 2002 foi caracterizada pelo momento em que a resistência da dualidade PT-PSDB foi posta à prova.

Quando comparadas essas duas eleições, duas mudanças nas estratégias partidárias aparecem como fatores importantes na formatação da competição presidencial. Em primeiro lugar, em 2002 houve uma fissura das coligações que sustentaram no plano nacional as candidaturas de PT e PSDB. No polo esquerdista da disputa, os petistas foram incapazes de manter o PDT e, sobretudo o PSB, como parceiros em nível nacional. Já o PSDB perdeu o apoio de PFL e PTB.

Além disso, essas “novas” candidaturas, representadas pelo PSB e também pelo PPS, foram mais efetivas no processo de nacionalização de suas candidaturas do que os partidos que buscavam ser alternativas a PT e PSDB em 1994. O PSB e, em menor medida, o PPS escolheram estratégias eficientes quando comparadas a PDT, PMDB e PPR em 1994.

Vejamos as evidências empíricas.

### **3.1 Identidades partidárias: o efeito da entrada estratégica**

A tabela abaixo sintetiza os resultados das eleições presidenciais. Grosso modo, o mercado presidencial é caracterizado pela estabilidade das identidades partidárias, no que se refere às duas primeiras posições, e pela alternância dos partidos que buscam adentrar na competição nacional. No tocante ao peso dos partidos, a concentração dos votos nos

dois primeiros colocados vem paulatinamente se reforçando, ainda que tenha um leve declínio nas eleições de 2002, mas que foi prontamente reforçado nas últimas eleições analisadas, atingindo o patamar de 91% dos votos válidos em somente dois partidos.

	<b>1989</b>	<b>1994</b>	<b>1998</b>	<b>2002</b>	<b>2006</b>
<b>1ª Força</b>	PRN (30,5%)	PSDB (54%)	PSDB (53%)	PT (46%)	PT (49%)
<b>2ª Força</b>	PT (17,2%)	PT (27%)	PT (32%)	PSDB (23%)	PSDB (42%)
<b>? 1ª e 2ª</b>	47,2%	71%	85%	77%	91%
<b>3ª</b>	PDT (16,5%)	Prona (7%)	PPS (11%)	PSB (17%)	PSOL (7%)
<b>NPe</b>	5,69	2.65	2.53	3,17	2.41

Fonte: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br) e banco de dados eleitorais Iuperj

A alternância na identidade das “terceiras forças” significa que as tentativas de entrada e ocupação de espaços no mercado eleitoral nacional são efêmeras, isto é, não resistem ao tempo. Não há uma terceira força consolidada que desafie os principais contendores a cada eleição. Há diferentes terceiras forças buscando entrar no plano nacional. Partidos batem à “porta” das eleições presidenciais, uma vez que não as conseguem abrir, retiram-se da disputa e “passam a vez” para tentativas de entrada de agremiações distintas, evidenciando quão custoso é o lançamento de candidaturas próprias para o pleito presidencial. O preço da derrota é amargo o suficiente para que os derrotados optem por ficar de fora das disputas seguintes.

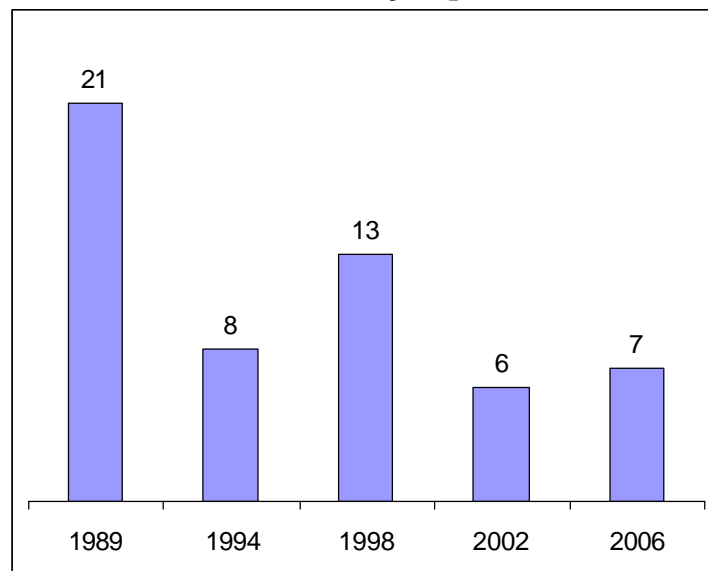
Do ponto de vista substantivo, os momentos eleitorais relevantes para o entendimento da dinâmica presidencial se encontram na transição entre a primeira e segunda eleição e as eleições de 2002. O primeiro momento responde pela criação da clivagem básica, PSDB versus PT, que dominará as corridas presidenciais seguintes. Essa eleição marca o enfraquecimento significativo da terceira força, afastada, para todos os efeitos, da disputa efetiva pela presidência.

A eleição de 2002 é marcada pelo aumento da força da terceira força a ponto de

reverter a tendência de concentração em torno dos dois partidos. O argumento proposto deve dar conta de entender minimamente esses dois momentos cruciais para a evolução das eleições presidenciais no Brasil.

A cadeia argumentativa se inicia com a constatação de que a baixa magnitude e o tamanho do distrito eleitoral produzem um efeito redutor no número de competidores nas eleições presidenciais. Esse é o argumento institucional básico, derivado da lei de Duverger.

**Gráfico 3.1**  
**Número de candidaturas nas eleições presidenciais (1989-2006)**



O gráfico mostra uma tendência na restrição das entradas dos partidos na disputa presidencial. O número de candidaturas nas eleições em 2006 representa 33% do número de candidaturas no momento da gênese das eleições presidenciais. Assim, a despeito da presidência ser o prêmio principal em disputa, são poucos os partidos que efetivamente entram na busca.

O ponto que gostaria de salientar é que essa movimentação das elites partidárias incentiva o eleitor ao voto estratégico, restringindo as opções disponíveis. O eleitor não mais deve optar por duas dezenas de candidatos, mas passa a escolher em um universo de seis ou sete candidatos.

Dessa forma, a concentração de votos em torno do PT e PSDB pode depender, para usar a nomenclatura proposta por Cox (2005), mais da coordenação pré-eleitoral do que da mobilização de eleitores. A análise das candidaturas lançadas e das coligações montadas sugere, como passo a mostrar, que este é o caso.

**Tabela 3.1**  
**Competidores nas eleições presidenciais por ano;**  
**partidos selecionados<sup>26</sup>**  
**1989-2006**

	1989	1994	1998	2002	2006
<b>PT</b>					
<b>PSDB</b>					
<b>PDT</b>					
<b>Prona</b>					
<b>PMDB</b>					
<b>PP</b>					
<b>PRN</b>					
<b>PTB</b>					
<b>PL</b>					
<b>PFL</b>					
<b>PPS</b>					
<b>PSB</b>					
<b>PSOL</b>					

Fonte: elaboração própria

Nas eleições de 1989, como mostra a tabela 3.1, oito entre os nove partidos considerados relevantes lançaram candidatos para presidente, ao passo que esse número se reduziu para apenas três partidos. Isso significa dizer que no universo dos partidos relevantes no sistema político brasileiro, de fato, há coordenação nas estratégias de entrada. Se há alguma “falha” na coordenação, ela se encontra nos chamados micropartidos<sup>27</sup>.

A identidade dos partidos mostra que, em um primeiro momento, o processo de

<sup>26</sup> Ver critério de seleção.

<sup>27</sup> Estou chamando de micropartidos aqueles que não tiveram mais do que 4% dos votos nas eleições para a Câmara dos Deputados em 2006. A exceção é feita a PPS, Prona e PRN que foram efetivos partidos nas disputas presidenciais.



coordenação eleitoral ocorreu de forma mais definida à direita do espectro ideológico<sup>28</sup>. Nas eleições iniciais, marcadas pela pulverização e pela fragmentação, apenas o PSB não lançou candidato a presidente. Os principais atores políticos, independentemente da posição no espectro ideológico, resolveram testar sua força. Na eleição seguinte, três partidos da centro-direita abandonaram a disputa (PTB, PL e PFL) e não mais voltaram a lançar candidatos ao Executivo federal. Esses partidos simplesmente abandonaram o mercado. Apenas os partidos pequenos de direita, Prona e PRN, mantiveram-se no mercado eleitoral. As eleições de 1994 ainda assistiram à bipolarização no campo da esquerda entre PT e PDT. O PSB não lançou candidato, preferindo participar da disputa nacional coligado com o PT, assim como fazem todas as demais forças de esquerda, e novamente se manteve fora na disputa. No centro do espectro ideológico, a disputa entre PSDB e PMDB se manteve nas eleições de 1994.

As eleições de 1998 reforçam ainda mais esse movimento de coordenação dos principais partidos que compõem o sistema partidário brasileiro. PMDB, PP e PDT deixam de participar diretamente da competição presidencial e aparecem como parceiros dos partidos centrais no pleito nacional. Isso significa que PSDB, ao centro, e PT, à esquerda, consolidaram-se como os polos aglutinadores da disputa presidencial. A eleição marca a entrada do PPS no mercado presidencial no vácuo da desistência do PDT. O partido concorria para ser alternativa à polarização PT/PSDB por meio da candidatura capitaneada por Ciro Gomes, que havia deixado o PSDB.

As eleições de 2002 apontam uma reversão da concentração de candidaturas, que expressam os dilemas mais acentuados da coordenação da entrada dos partidos nas eleições presidenciais. A centro-esquerda do espectro político brasileiro lançou três candidaturas. O PT concorreu com dois de seus antigos aliados nesse mercado. O PPS (pela segunda vez) e o PSB –que arriscou pela primeira vez uma candidatura presidencial– saíram da órbita petista rumo à candidatura própria. O PSDB, por sua vez, monopolizou as candidaturas relevantes na centro-direita. Vale notar que a posição do PPS no espectro ideológico não é óbvia.

---

<sup>28</sup> A classificação dos partidos no espectro ideológico segue a formulação de Figueiredo e Limongi (1999). A base da classificação dos autores é o comportamento dos partidos no plenário. PP, PFL e PTB foram classificados como partidos de direita, PSDB e PMDB como organizações de centro e PT e PDT como representantes da esquerda. Nossa amostra de partidos inclui ainda PSB e PL. O primeiro foi classificado como partido de esquerda, e o PL, como de direita.

No último pleito analisado, novamente a esquerda teve dificuldades de coordenar a entrada dos partidos. PSB e PPS não lançaram candidatos. Contudo, PDT e PSOL disputaram com o partido essa hegemonia. No que diz respeito ao campo da centro-direita, o PSDB continuou sem adversários relevantes.

Iniciamos o capítulo demonstrando a estabilidade das duas maiores forças no mercado presidencial e a instabilidade da legenda das terceiras forças. À primeira vista, esse cenário poderia expressar um eleitorado cativo por parte de PSDB e PT e uma parcela do eleitorado flutuante. A simples leitura da tabela 3.1 desautoriza essa interpretação. A instabilidade da identidade das terceiras forças se deve a mudanças nas estratégias por parte das elites partidárias. Vimos que as tentativas de penetração no mercado eleitoral são erráticas e não mantêm estabilidade no tempo e, dessa forma, alteram a oferta disponível para o eleitor.

Imaginemos um eleitor hipotético simpatizante do PDT. Ele necessariamente irá buscar alguma alternativa eleitoral, visto que seu partido não se mantém na disputa ao longo do tempo. Ou bem ele aceita a candidatura coligada com o PT ou ele necessariamente irá buscar outra alternativa mais próxima da sua preferência sincera. O mesmo raciocínio é válido para o eleitor que optou pelo PPR nas eleições de 1994 e que não teve a opção de manter sua escolha no pleito seguinte, uma vez que o partido decidiu apoiar a candidatura tucana para o Executivo nacional.

Não por acaso, as eleições de 1989 e 2002 foram as mais fragmentadas no período. Nesses dois momentos, o número de candidaturas dos principais partidos foram os mais elevados. Uma vez que há falhas na coordenação pré-eleitoral, há um aumento das ofertas para o eleitorado, o que mostra que os partidos não constroem base de apoio fiel. Nas eleições de 1989 houve uma explosão de candidaturas e nenhuma coordenação eleitoral. Nas eleições de 2002, houve uma ruptura da coligação petista com a saída do PSB e do PDT no campo esquerdista, enquanto o PSDB perdeu o apoio do PPB e do PFL.

### **3.2 Rumo à bipolarização: distribuição geográfica do voto**

Como indiquei no início deste capítulo, a eleição de 1994 é crucial para o

entendimento dos rumos tomados pela competição presidencial nos pleitos seguintes. O resultado dessa eleição, como procurarei mostrar a seguir, é, em boa medida, um produto das estratégias de entrada e coordenação pré-eleitoral capitaneadas pelo PSDB e PT. São essas estratégias que explicam por que esses dois partidos derrotaram PMDB e PPR, de um lado, e PDT, do outro.

Dessa forma, a fim de entender os desafios postos para a eleição seguinte, irei mostrar algumas características do padrão das eleições de 1989.

A tabela abaixo mostra o IDRC –indicador de nacionalização partidária–, que mede a desigualdade dos votos de um determinado partido nos diferentes distritos eleitorais, ponderado pelo tamanho do eleitorado. Quanto mais próximo de zero estiver o índice, maior a nacionalização de um partido<sup>29</sup>. As células em amarelo representam os partidos altamente nacionalizados (IDRC de zero a 0.33); em roxo, os partidos de nacionalização média (IDRC de 0.33 até 0.66); e, em vermelho, a indicação da votação regionalizada dos partidos –IDRC de 0.66 a um.

Os dados mostram como o padrão de votação dos partidos na primeira eleição presidencial foi basicamente regionalizado entre os partidos que tiveram uma votação expressiva.

Apenas as candidaturas capitaneadas por PT e PRN tiveram votações nacionalizadas. As demais legendas que tiveram índices altos de nacionalização tiveram votações muito baixas em todo o território nacional, isto é, como não saíram do “traço” em todos os Estados, o significado substantivo dessa alta nacionalização é tão somente que eles não tiveram voto em nenhum Estado.

---

<sup>29</sup> Para uma aplicação desse índice, ver Nicolau (1996, 2004)

<b>Tabela 3.2</b>		
<b>Nacionalização - Eleições 1989</b>		
<b>Candidatura</b>	<b>Partido/coligação</b>	<b>IDRC</b>
Fernando Collor	PRN-PST-PSL	0,25
Luiz Inácio Lula da Silva	PT-PSB-PCdoB	0,30
Leonel Brizola	PDT	0,99
Mário Covas	PSDB	0,58
Paulo Maluf	PDS	0,88
Guilherme Afif Domingos	PL-PDC	0,42
Ulysses Guimarães	PMDB	0,56
Roberto Freire	PCB	0,44
Aureliano Chaves	PFL	0,57
Ronaldo Caiado	PSD-PDN	0,55
Affonso Camargo	PTB	0,38
Enéas Carneiro	Prona	0,21
Marronzinho	PSP	0,31
Paulo Gontijo	PP	0,63
Zamir	PCN	0,53
Lívia Maria	PN	0,35
Eudes Mattar	PLP	0,66
Fernando Gabeira	PV	0,17
Celso Brandt	PMN	0,15
Antônio Pedreira	PPB	0,31
Manoel Horta	PDCdoB	0,30

**Fonte:** dados calculados pelo autor

O caráter regional das eleições de 1989 mostra a ausência de lideranças com peso nacional. Tratava-se da primeira eleição presidencial do período em um sistema partidário em que já havia ocorrido duas eleições consecutivas para governador. Assim, os principais partidos tiveram forte apoio nos Estados de origem de seus candidatos, mas não conseguiram penetrar eleitoralmente nas diversas unidades da federação.

A exceção fica por conta de PT e PRN, que tiveram sua votação distribuída de forma homogênea pelos Estados \_IDRC de 0.30 e 0.25, respectivamente.

A candidatura pedetista, a despeito de ter uma votação semelhante à candidatura petista, concentrou seus votos em apenas duas unidades da federação. Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul responderam por 63,7% da votação total do partido. Como se trata de dois colégios eleitorais importantes, essa regionalização do voto não se traduziu em

péssimo desempenho no total. O desafio pedetista para as eleições seguintes era o de minimizar a dependência desses Estados no total de sua votação.

O mesmo raciocínio vale para a candidatura do PDS. A candidatura Maluf teve um desempenho fortemente regionalizado. Somente São Paulo foi responsável por 65% dos votos totais do partido. Estávamos diante de uma candidatura de caráter regional, era necessário construir politicamente a candidatura em âmbito nacional. Em relação ao PDT, a diferença é a base política da candidatura. Está claro que uma candidatura tão fortemente dependente de um único Estado, por mais importante que ele seja, enfrentaria sérias dificuldades para mobilizar apoio em novas disputas presidenciais.

PSDB e PMDB, embora em menor grau, mostraram padrão concentrado da votação. No caso tucano, São Paulo e Minas Gerais representaram 59% do total de votos de Covas, ao passo que a candidatura Ulysses Guimarães obteve 44,5% dos votos em três Estados: Bahia, São Paulo e Minas Gerais.

Nota-se que PSDB e PMDB não apenas disputavam a hegemonia no interior do mesmo bloco ideológico como também tinham sua força eleitoral concentrada nos mesmos Estados.

O recado das urnas em 1989 foi evidente. Os dois partidos que chegaram ao segundo turno tiveram votação nacionalmente distribuída. As eleições de 1994 seriam as primeiras eleições presidenciais simultâneas às demais competições em nível estadual.

Assim, para os partidos com forte concentração estadual, a estratégia com vistas à maior penetração territorial passava pela construção de palanques nos Estados.

Para facilitar a exposição, a tabela 3.3 mostra a distribuição regional dos votos dos principais candidatos. A partir da leitura desses números, podemos derivar os principais nichos eleitorais a preservar e/ou conquistar para cada partido.

	<b>Lula (PT)</b>	<b>Brizola (PDT)</b>	<b>Covas (PSDB)</b>	<b>Maluf (PDS)</b>	<b>Ulysses (PMDB)</b>
<b>Norte</b>	0.19	0.05	0.06	0.05	0.05
<b>Nordeste</b>	0.23	0.10	0.08	0.03	0.08
<b>Centro-Oeste</b>	0.16	0.07	0.08	0.05	0.07
<b>Sudeste</b>	0.18	0.14	0.16	0.13	0.03
<b>Sul</b>	0.08	0.38	0.06	0.07	0.05
<b>Brasil</b>	0.17	0.16	0.12	0.09	0.05

**Fonte:** bando de dados eleitorais Iuperj

A tabela 3.3 mostra que o desafio eleitoral do PT estava na conquista do eleitorado sulista. A região Sul foi a única na qual o partido obteve menos de 10% dos votos. Nota-se bom desempenho do partido na região Nordeste, que foi relativamente superior à região Sudeste, que concentra bases fundacionais da legenda. A região Sul era de domínio petetista, partido mais votado em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul. O peso relativo petista na região é bem modesto. O partido obteve 8% dos votos no Paraná; 7% no Rio Grande do Sul e 11% em Santa Catarina. Nota-se novamente que a disputa no interior do espectro ideológico se confunde com a distribuição geográfica do voto.

Em sentido inverso, o desafio relativo à expansão eleitoral petetista se concentra nas regiões Norte, Centro-Oeste e especialmente no Nordeste, devido ao tamanho do eleitorado da região. O PDT teve um tímido desempenho na Bahia e em Pernambuco (6% e 9%, respectivamente), dois importantes Estados que respondiam por 11% do eleitorado nacional. Vale ressaltar o pífio desempenho do partido em São Paulo, Estado em que a candidatura Brizola obteve não mais do que míseros 2% dos votos.

O desafio peessedebista era deixar de ser um partido ancorado em São Paulo. O Estado respondeu por 23% do total dos votos obtido no pleito de 1989. O partido precisava entrar nos Estados com maior colégio eleitoral. O partido obteve 6% dos votos no Rio de Janeiro, na Bahia e no Rio Grande do Sul. Esses três Estados concentravam um quarto do eleitorado nacional. Essa era a mesma lógica das eleições para a candidatura encabeçada pelo PDS. O partido esteve longe de conseguir alguma penetração nos quatro maiores colégios eleitorais, à exceção de São Paulo. O máximo que o partido atingiu foi 6% no Rio Grande do Sul. A candidatura Maluf obteve 4% em Minas Gerais e minguidos

2% Bahia e no Rio de Janeiro.

O PMDB teve um desempenho tímido em todas as regiões do país. O dilema mais relevante para o partido era menos uma questão de distribuição geográfica do voto e construção de novas bases eleitorais e mais de elevar seu patamar de votação.

Tendo em vista a distribuição geográfica dos votos dos principais competidores nas eleições inaugurais, vejamos os dados para as eleições de 1994. O objetivo é mostrar como cada uma das agremiações que participaram das eleições de 1989 respondeu aos desafios identificados acima.

A tabela 3.4 mostra o IDRC dos partidos no pleito presidencial, bem como a porcentagem relativa nos sete maiores colégios eleitorais, a saber: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais Bahia, Rio Grande do Sul, Paraná e Pernambuco.

	<b>Lula (PT)</b>	<b>Brizola (PDT)</b>	<b>FHC (PSDB)</b>	<b>Amin (PDS)</b>	<b>Quércia (PMDB)</b>
<b>SP</b>	0.27	0.004	0.56	0.02	0.06
<b>MG</b>	0.22	0.01	0.65	0.01	0.03
<b>RJ</b>	0.26	0.11	0.47	0.01	0.02
<b>BA</b>	0.35	0.01	0.52	0.01	0.04
<b>RS</b>	0.33	0.15	0.30	0.08	0.04
<b>PR</b>	0.23	0.03	0.60	0.04	0.03
<b>PE</b>	0.37	0.01	0.54	0.01	0.02
<b>Total</b>	0.27	0.03	0.54	0.03	0.04
<b>IDRC</b>	<b>0.17</b>	<b>1</b>	<b>0.17</b>	<b>0.92</b>	<b>0.35</b>

Fonte: bando de dados eleitorais Iuperj

O principal dado da tabela decorre da comparação do IDRC –indicador de nacionalização– entre PT e PSDB com as demais candidaturas. A última linha da tabela mostra que esses partidos tiveram um padrão de votação homogêneo do ponto de vista local, o que expressa a nacionalização dessas candidaturas. Em contrapartida, os demais concorrentes tiveram padrão regionalizado.

O ponto é que os partidos que aumentaram sua votação o fizeram, em grande medida, devido à expansão territorial em distritos diferentes daqueles considerados tradicionais. Em outros termos, os dois maiores partidos aumentaram sua votação e

nacionalizaram a distribuição do voto. O IDRC do PSDB saltou de níveis razoavelmente concentrados, no pleito anterior, para 0.17, que expressa a nacionalização do voto do partido que obteve a vitória ainda no primeiro turno.

A questão a ser entendida passa a ser os fatores que levaram à votação mais nacionalizada de PT e PSDB –que irão dominar o pleito nacional– que não estiveram presentes nas candidaturas dos seus rivais em seus respectivos campos ideológicos. Estamos tratando do momento que cristalizou a clivagem PT-PSDB no plano nacional. Qual seria o mecanismo que explicaria a diferença entre esses dois grupos?

PSDB e PT cresceram eleitoralmente entre 1989 e 1994. Esse crescimento correspondeu a maior nacionalização da distribuição dos votos obtidos. PPR, PMDB e PDT, por sua vez, declinaram e/ou estagnaram eleitoralmente.

A resposta a essa indagação, que é a minha contribuição neste trabalho, passa pela estratégia eleitoral perseguida por essas duas agremiações no momento pré-eleitoral. As coligações desenhadas tanto no plano da disputa presidencial propriamente dita como no plano das disputas pelos governos estaduais, isto é, as coligações firmadas em sua dimensão horizontal e vertical. Esse processo explica, em grande medida, o sucesso e o fracasso dessas agremiações.

No momento, basta notar que enquanto o PSDB competiu coligado com PFL e PTB, o PMDB aliou-se a PSD, e o PPR correu sozinho. No outro lado do espectro, o PT comandou uma ampla coligação de partidos de esquerda, passando pelo PSB e englobando PC do B, PV e PSTU. O PDT, por outro lado, concorreu sozinho.

O desempenho relativo dos partidos nos maiores colégios eleitorais permite verificar de outra forma a distribuição geográfica do apoio partidário. O PSDB, que nas eleições de 1989 tivera um desempenho acanhado em outros grandes colégios eleitorais (excluindo São Paulo), foi muito bem-sucedido em sua estratégia da expansão. O partido, que no pleito anterior obtivera 6% dos votos na Bahia, no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul, saltou para 52%, 47% e 30% respectivamente. Esse crescimento eleitoral sufocou o crescimento do PMDB. O partido não conseguiu elevar seu patamar de votação e perdeu, então, a disputa no centro do espectro político de quem polarizaria a disputa nacional. O desempenho do partido é razoavelmente bem distribuído, mas a participação relativa nos grandes colégios eleitorais é baixa.



No campo da esquerda, o PT roubou votos das tradicionais bases petetistas. A candidatura Lula ganhou de Brizola tanto no Rio de Janeiro como no Rio Grande do Sul. A proporção de votos petistas no Paraná, que era de 8%, saltou para 23% nas eleições de 1994. Assim, dado que o PT preservou seu bom resultado no Nordeste e expandiu seu eleitorado em grandes distritos, venceu a disputa no campo da esquerda, polarizando as eleições presidenciais.

O PPR, todavia, manteve sua tradição de apresentar candidaturas fundamentalmente estadualizadas. O partido foi incapaz de penetrar nos grandes colégios eleitorais. Apenas no Rio Grande do Sul o partido teve algum movimento positivo em termos de votos nos grandes Estados, o que foi insuficiente para compensar o desempenho mais do que insatisfatório na Bahia, em Minas Gerais e no Rio de Janeiro, seguindo um padrão estabelecido na eleição de 1989. Santa Catarina foi responsável por pouco mais de 20% da votação total do partido.

### **3.3 A articulação política da bipolarização: estratégia dos partidos nas coligações**

A agenda de pesquisa sobre coligações partidárias no Brasil tem se preocupado fundamentalmente com a consistência ideológica das mesmas e com seus efeitos nas coligações eleitorais na proporcionalidade das eleições parlamentares, bem como seu efeito na fragmentação eleitoral<sup>30</sup>. Essa não é a preocupação do trabalho. Aqui, o objetivo é olhar para a relação entre estratégias partidárias relativas às eleições presidenciais e as alianças majoritárias em nível estadual.

O argumento tradicional da literatura que trata dos efeitos das alianças presidenciais nas eleições para governador tende a minimizar a relação entre as duas (Samuels, 2003; Krause, 2005). O argumento do localismo do sistema eleitoral brasileiro

---

<sup>30</sup> Para uma revisão do debate sobre as teses clássicas acerca das coligações eleitorais, ver Schmitt (2005). O pilar central do argumento da literatura é que partidos pequenos coligam como forma de ultrapassar o quociente eleitoral (Soares, 1963). Assim, quanto maior a magnitude, menor deveria ser o número de coligações nos distritos. Os partidos grandes aceitariam perder nas eleições proporcionais em troca de apoio nas eleições majoritárias (Lavareda, 1991; Nicolau, 1996). As coligações eleitorais, dado o federalismo partidário brasileiro (Nicolau, 1996), contribuem para aumento da fragmentação partidária (Nicolau, 1996; Schmitt, 1999).

está apoiado no impacto dos governadores nas chances de sobrevivência política dos deputados. A ideia é que líderes partidários estaduais controlariam dois fatores centrais na eleição de um candidato, qual seja: acesso à lista partidária e recursos econômicos (Samuels, 2003:105).

Os governadores teriam controle sobre a formação de listas partidárias, recursos informacionais e organizacionais que incentivariam aos deputados associar sua imagem aos líderes locais, deslocando sua sorte eleitoral de elementos de impacto nacional. Essa é a explicação para a diferença entre os padrões de coligações entre a disputa presidencial e as eleições majoritárias. O baixo grau de congruência entre as coligações para o presidente e para o governador aparece como a demonstração dessa suposta falta de conexão entre os pleitos em questão. Esse quadro seria expressão da falta de coesão nacional das organizações partidárias e da “velha tradição” de regionalismo partidário (Krause, 2005:125).

Minha leitura é que as evidências empíricas elencadas pela literatura não são as mais adequadas analiticamente para mensurar o efeito das eleições presidenciais nas estratégias locais. As eleições presidenciais influenciam a competição nos distritos, não necessariamente pela influência na reeleição dos deputados. Ainda, a baixa congruência entre as coligações para presidente e as disputas no distrito não deveria servir como base para o diagnóstico da ausência de efeito das eleições presidenciais nas estratégias partidárias no Estado. É natural que não o seja. Trata-se de tentativas de adaptação eficientes aos incentivos e constrangimentos relativos às disputas nos diferentes distritos.

Do ponto de vista dos partidos que atuam nas eleições presidenciais, as coligações para as eleições majoritárias nos Estados devem apenas refletir nos Estados disputa entre os campos políticos nacionais

O argumento do trabalho é que a construção de candidaturas presidenciais bem-sucedidas pressupõe a construção de palanques eleitorais espalhados pelos diferentes Estados. Esses palanques eleitorais se materializam no lançamento ou no apoio de candidaturas majoritárias para o Executivo nacional. As alianças presidenciais definem os espaços nos quais as alianças partidárias entre aqueles partidos que disputam o pleito nacional podem ocorrer nos Estados. O importante para um partido que disputa efetivamente o pleito presidencial não é fazer com que a coligação presidencial

necessariamente se repita nos Estados, mas com que o partido tenha palanques eleitorais efetivos para dar sustentação a sua campanha<sup>31</sup>.

Outro aspecto que é importante mencionar é que os Estados não têm peso igual do ponto de vista da construção de candidaturas presidenciais. Não há necessidade de equilibrar possíveis diferenças entre a estratégia local e nacional, em favor dos interesses da candidatura presidencial em todos os distritos. Há distritos que são mais ou menos valiosos, conforme a dinâmica da competição presidencial.

Voltemos ao ponto de partida apresentado na seção anterior desse capítulo. A gênese da clivagem dominante nas eleições presidenciais entre PT e PSDB ganha corpo na transição entre o pleito de 1989 e 1994. O ponto é que o domínio dessas duas legendas pode ser entendido pela ótica da entrada estratégica e pela dinâmica assumida pela coordenação eleitoral. O efeito das eleições presidenciais na disputas nos distritos se dá pela sua influência na entrada para as eleições majoritárias.

O primeiro passo é verificar em que medida alterações nas estratégias partidárias nas eleições presidenciais alteram as escolhas dos parceiros nas disputas presidenciais.

**Tabela 3.5**  
**Número de Estados que partidos formaram coligações nas eleições para governador (1994)**

Apoio\Cabeça	PT	PSB	PDT	PMDB	PSDB	PTB	PL	PPR/PPB/PP	PFL
PT		3	3	0	0	0	0	0	0
PSB	8		3	4	1	0	0	0	0
PDT	0	2		3	2	0	0	1	0
PMDB	0	0	1		1	1	0	1	0
PSDB	0	0	2	7		1	0	0	1
PTB	0	0	2	2	4		0	2	2
PL	0	0	2	6	3	0		0	2
PPR/PPB/PP	0	0	0	2	2	0	0		1
PFL	0	0	1	2	3	2	0	3	

**Fonte:** dados coletados pelo autor [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br) base de dados TSE

<sup>31</sup> Um partido que dispute o pleito presidencial coligado com os partidos B e C. Suponhamos que em determinado distrito, esses dois partidos lancem candidatos concorrentes para governador. Na lógica do partido que lança candidatos a presidente, essa falta de similaridade não compromete sua campanha presidencial. As candidaturas estaduais servem para tornar mais próxima do eleitor a figura presidencial. Uma situação problemática seria decorrente da falta de base eleitoral nos Estados. Uma situação de falha na coordenação pode ser exemplificada no comportamento do PT na Bahia nas eleições de 1994. Neste Estado, o partido não lançou candidato de suas fileiras, tampouco apoiou um candidato de outro partido.

As colunas da tabela mostram os cabeças de chapa, e as linhas, os partidos que oferecem apoio às candidaturas para governador dos nove partidos mais relevantes do sistema político brasileiro. Os dados da tabela 3.5 mostram que as coligações para governador não são totalmente aleatórias, isto é, não são ditadas a partir das variáveis relativas exclusivamente aos distritos estaduais. Vale ressaltar que não havia nenhuma regra que vinculasse as coligações nos dois tipos de pleitos.

O dado mais importante da tabela 3.5 é que as coligações para governador em 1994 revelam a existência de dois campos distintos no interior do sistema partidário-eleitoral. O PT –ponto focal da esquerda– não recebe apoio nos Estados de nenhum partido fora do seu campo ideológico. Apenas PSB e PDT, por sua vez, ganham apoio dos petistas nas disputas locais. É importante ressaltar a solidez da aliança entre PT e PSB. O PSB apoia a candidatura petista em oito Estados e aparece como cabeça de chave em três distritos.

A presença da lógica da competição nacional no desenho das coligações para governador nos Estados fica patente em dois momentos. O primeiro se refere ao fato de o PT ter sido adversário nos Estados de todos os partidos que não estavam na sua coligação presidencial.

O segundo ponto importante pode ser observado no padrão de alianças entre PT e PDT –adversários no campo nacional– nos Estados. O PDT não apoiou em nenhum Estado algum candidato petista para governador, ao passo que os pedetistas apoiaram o PT em três Estados (SE, MT e SC). O apoio a uma candidatura pedetista em Santa Catarina se explica pela tentativa de penetração na região Sul, visto que seu desempenho eleitoral em 1989 foi muito tímido. No Mato Grosso, a candidatura Dante de Oliveira ao governo estadual incorporou todos os partidos de centro-esquerda, incluindo o PSDB. Em Sergipe, a candidatura pedetista polarizou com a candidatura de centro-direita encabeçada pelos tucanos. De toda forma, há um conflito evidente entre PT e PDT nos Estados, o que remete à disputa nacional e ao controle desse campo ideológico.

O PDT possui uma aproximação maior com as agremiações de outro espectro ideológico. O partido recebe e apoia, em vários Estados, candidaturas ligadas a esse campo ideológico.

No campo da centro-direita o quadro é um pouco mais complexo, visto que os partidos que disputavam a hegemonia nesse campo (PSDB e PMDB) trocavam apoio de forma sistemática, aumentando a complexidade em torno da hegemonia no campo.

O PSDB, por sua vez, prefere construir suas bases nos Estados se aliando a partidos que não estão necessariamente em sua coligação presidencial nos Estados. Nas eleições para presidente, o partido lançou a candidatura FHC e teve como parceiros PFL e PTB. Nas eleições para governador, seu parceiro preferencial foi o PMDB. O PSDB não retribuiu a aliança com esses partidos nas eleições presidenciais com base em apoio dos candidatos dos seus parceiros nas coligações estaduais. O partido apoiou candidatos do PTB e do PFL em apenas uma oportunidade.

O PMDB, em 1994, aliou-se ao PSD para as eleições presidenciais. Trata-se de um micropartido sem ambição executiva. Dessa forma, o partido esteve mais livre tanto para apoiar diversas legendas (PDT, PSDB, PTB e PPR) como para receber apoio dos mais diversos partidos, incluindo aqueles com candidatos a presidente, como PSDB, PPR e PDT.

De toda forma, não deixa de ser salutar o fato de que nenhum partido relevante identificado com a candidatura Lula recebeu apoio de partidos do campo da centro-direita.

Há uma lógica particular do PT e do PSDB que os diferencia dos demais competidores, mesmo daqueles que disputam eleições presidenciais. Esses dois partidos não aceitam o apoio de qualquer um nos Estados. As demais legendas recebem apoio de qualquer partido nas disputas locais, visto que sua lógica é ditada exclusivamente pelos dilemas nos distritos.

Vejamos a dinâmica desses dois campos políticos distintos, bem como a influência da competição presidencial na entrada dos partidos nas eleições estaduais.

**Tabela 3.6**  
**Número de Estados em que partidos formaram coligações nas eleições para governador (1998)**

Apoio\Cabeça	PT	PSB	PDT	PMDB	PSDB	PTB	PL	PPR/PPB/PP	PFL
PT		6	1	1	1	0	0	0	0
PSB	7		3	1	2	0	0	1	2
PDT	8	3		4	0	0	0	2	0
PMDB	0	0	0		3	1	0	0	4
PSDB	1	0	0	4		1	0	2	3
PTB	0	1	0	7	6		0	1	8
PL	0	0	0	7	6	0		3	7
PPR/PPB/PP	0	0	0	5	6	0	0		7
PFL	0	0	0	5	5	2	0	2	

**Fonte:** dados coletados pelo autor [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br) base de dados TSE

Mais uma vez, os dados sobre os parceiros nas eleições majoritárias estaduais mostraram a permanência de dois campos políticos distintos, que se formam a partir da clivagem presidencial e se reproduzem de maneira significativa nos Estados.

A tabela acima demonstra que as eleições presidenciais continuam a estabelecer as balizas de apoio dos partidos nas disputas estaduais. Do ponto de vista das coligações presidenciais, as principais alterações foram a incorporação do PDT à candidatura petista e a presença do PPB na coligação peessedebista.

O primeiro ponto a ser destacado é o novo padrão na relação entre PT e PDT. Se na eleição anterior havia uma disputa entre esses dois polos, a incorporação do partido à coligação da chapa encabeçada por Lula alterou o relacionamento entre os partidos nos Estados. O PDT passou a ser subordinado aos petistas no campo da esquerda.

O partido, que na eleição anterior não tinha apoiado nenhum candidato a governador petista, ofereceu seu apoio ao partido em oito Estados. Em contrapartida, o PT deixou de lançar candidato a governador no Rio de Janeiro para apoiar o candidato pedetista (Anthony Garotinho). Trata-se de um exemplo cabal das duas dimensões envolvidas na articulação de uma candidatura presidencial. Ao incorporar um novo parceiro no plano nacional, o PT teve que ceder no plano estadual como moeda de troca.

A articulação entre PT e PSB foi reforçada nas eleições de 1998. Houve um aumento na frequência de apoio entre os Estados, reforçando o papel de parceiro central

do PT. O partido apoiou candidatos petistas em sete estados e recebeu apoio em seis unidades. É interessante ressaltar que o apoio do PT às candidaturas peessebistas se deu basicamente no Nordeste. Quatro (AL, PB, PE e SE) de um total de seis candidaturas em que ocorreu o acordo se deram nessa região.

As eleições de 1998 se caracterizaram, entre outras coisas, pelo aumento da coesão do bloco de esquerda, expresso na mudança da relação do PDT com as legendas de centro-direita. Se nas eleições passadas o partido recebeu apoio para governador de uma série de legendas, ao entrar na coligação petista em nível nacional deixou de receber apoio desses partidos. Nenhum candidato pedetista nos Estados foi apoiado por legendas fora do seu campo ideológico.

O mesmo raciocínio é válido para o campo da centro-direita. Os partidos que no passado disputavam com os tucanos a hegemonia nesse campo político deixaram a disputa nacional e se tornaram subordinados ao PSDB.

Nota-se que esteve em curso um estreitamento das relações entre PSDB e PPB no plano estadual, decorrente da incorporação do PPB à aliança presidencial encabeçada pelos tucanos. O PPB (antigo PPR) apoiou os tucanos em dois Estados nas eleições para governador em 1994. Nas eleições de 1998, esse número passou a seis Estados. Além disso, o partido, que no ano anterior apoiou o PFL em apenas um Estado, ao ser incorporado na coalizão presidencial apoiou o PFL, outro parceiro tucano, em sete Estados.

Por sua vez, houve um estreitamento da relação entre PFL e PSDB. Os partidos estiveram juntos na competição para governador em sete Estados. Cinco Estados foram marcados pelo apoio do PFL a candidatos tucanos, ao passo que os últimos apoiaram candidaturas pefelistas em três Estados (AM, RN e TO).

O PMDB, nas eleições de 1998, não participou das eleições presidenciais, mas nem assim o partido ficou mais livre para se organizar, tendo em vista os interesses partidários nos 27 distritos. Essa neutralidade do PMDB na competição nacional fez com que o partido recebesse apoio no plano nacional de todos os partidos relevantes.

A estratégia de polarização entre PT e PSDB nos Estados se mantém. Todavia, em dois Estados da federação, houve um acordo entre os partidos. Os petistas apoiaram os tucanos no Piauí, ao passo que estes apoiaram o PT no Acre. Nesses casos, a lógica local

prevaleceu sobre os interesses partidários nacionais. É importante notar que se trata de dois distritos médios<sup>32</sup> e que possuem peso muito pequeno para a vitória nas eleições presidenciais.

A dinâmica das coligações eleitorais passou por uma profunda modificação com as eleições de 2002 e 2006. Essa polarização a que me referi passou a ter status mandatário entre os partidos que participaram das disputas presidenciais. Nessas duas disputas, as coligações eleitorais, no plano estadual, deveriam seguir a lógica presidencial obrigatoriamente. Isto é, os partidos que participaram das eleições presidenciais não poderiam fazer coligações com os partidos concorrentes no plano federal. Os partidos poderiam formar alianças apenas com os partidos parceiros no nível federal. O efeito central da alteração na legislação foi a diminuição de alternativas nas mãos das lideranças partidárias.

<b>Tabela 3.7</b>									
<b>Número de Estados em que partidos formaram coligações nas eleições para governador (2002)</b>									
Apoio\Cabeça	PT	PSB	PDT	PMDB	PSDB	PTB	PL	PPR/PPB/PP	PFL
PT		x*	x	x	x	x	0	0	0
PSB	x		x	x	x	x	0	0	0
PDT	x	x		x	x	5	0	0	1
PMDB	x	x	x		4	x	0	1	2
PSDB	x	x	x	6		x	0	1	3
PTB	x	x	4	x	x		0	1	1
PL	17	x	x	x	x	x		1	1
PPR/PPB/PP	0	2	3	3	5	2	0		4
PFL	0	0	0	0	6	2	0	1	

**Fonte:** dados coletados pelo autor [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br) base de dados TSE

X\* = coligação proibida devido à regra da verticalização.

As casas marcadas com o “x” na tabela representam interações proibidas pela resolução do TSE. A nova regra deu maior coerência entre a coligação presidencial e as alianças nos Estados ao diminuir o número de opções para os partidos.

Assim sendo, qual teria sido a dinâmica das alianças para governador no interior dos dois campos políticos que viemos trabalhando até aqui?

O pleito de 2002 foi marcado pela quebra das coligações que sustentaram os campos políticos capitaneados por PT e PSDB. De um lado, no polo da esquerda, o PT

<sup>32</sup> De acordo com a classificação de Nicolau (1996).



perdeu o apoio de PDT e PSB; por outro, o PSDB perdeu o apoio de PTB e PFL e incorporou o PDT em sua base de apoio. A verticalização das coligações, dessa forma, provocou um rearranjo do padrão de alianças no nível estadual.

O PT disputou as eleições presidenciais aliado a PL, PC do B e PMN. A participação direta desses partidos nas eleições majoritárias nos Estados foi irrisória. Assim, o partido teve que construir seu palanque eleitoral recrutando membros de sua base. Os demais partidos da coligação eleitoral deram suporte político à estratégia petista. Além do PL, que apoiou o PT em 17 Estados, o PC do B esteve aliado ao partido em 23 Estados, e o PMN, em 20 unidades da federação.

Interessante notar a influência das eleições presidenciais na construção da estratégia de entrada em nível estadual. O PL esteve longe de ser um partido tradicionalmente aliado ao PT nos Estados, mas uma vez que a aliança se configurou no plano presidencial, essa lógica se espalhou pelos distritos estaduais.

Nota-se a mudança na estratégia presidencial adotada pelo partido. O PT não conseguiu coordenar uma estratégia nacional com seus históricos aliados PSB e PDT, que preferiram tomar outras estratégias para entrar na competição nacional. Dessa forma, o partido não esteve constrangido em ceder à disputa em determinados Estados, pois seus parceiros não tinham ambição executiva.

O PSB, ao encabeçar uma chapa aliando-se a PGT e PTC na disputa para o Executivo federal, teve que recrutar candidatos de sua própria base. O partido não apoiou nenhum candidato filiado a essas legendas nas disputas para o Executivo estadual. O PGT concorreu em seis Estados sem apoio peessebista, sendo que em quatro Estados houve competição entre eles. O PTC disputou eleições para governador sem o apoio do PSB em quatro Estados.

O PDT e o PTB trocaram seus parceiros nas eleições presidenciais e formaram a frente trabalhista, encabeçada pelo PPS. O PPS contou com o apoio nas eleições majoritárias desses partidos, respectivamente em três e cinco Estados. O PPS, por sua vez, apoiou os candidatos pedetistas em quatro Estados e em cinco oportunidades esteve aliado aos petebistas.

A verticalização das coligações eleitorais não alterou a dinâmica das coligações entre PSDB e PMDB. Os dois partidos tiveram durante toda trajetória apoio respectivos

em considerável número de Estados.

O pleito de 2006 mostrou uma adaptação dos partidos aos incentivos oriundos da verticalização das coligações. A restrição de alternativas características das eleições de 2002 se atenuou no pleito seguinte. As lideranças partidárias refizeram seus cálculos sobre a racionalidade da coordenação eleitoral sob as novas regulamentações. Grande parte dos partidos deixou de participar do pleito presidencial para ter maior liberdade de composição no âmbito dos Estados.

A separação entre os campos eleitorais não é mais tão nítida conforme o padrão estabelecido em 1994 e 1998. Os dois partidos que comandam a disputa presidencial recebem nas eleições para governador apoio de todos os partidos relevantes que abandonaram a disputa presidencial.

<b>Tabela 3.8</b>									
<b>Número de Estados em que partidos formaram coligações nas eleições para governador (2006)</b>									
Apoio\Cabeça	PT	PSB	PDT	PMDB	PSDB	PTB	PL	PPR/PPB/PP	PFL
PT		4	x*	2	X	0	0	0	x
PSB	8		0	1	1	0	0	0	0
PDT	x	2		0	X	0	1	0	x
PMDB	3	1	1		2	0	0	0	2
PSDB	x	0	x	4		0	0	1	2
PTB	5	3	1	4	10		0	1	1
PL	8	3	0	2	6	0		1	3
PPR/PPB/PP	1	2	3	5	5	1	0		4
PFL	x	0	x	5	9	1	0	0	

**Fonte:** dados coletados pelo autor [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br) base de dados TSE

X\* = coligação proibida devido à regra da verticalização

No interior do campo capitaneado pelo PT houve uma recomposição efetiva das alianças entre PT e PSB no plano estadual, ainda que os partidos não tivessem formalmente conectados na disputa nacional. O PDT optou por concorrer novamente à presidência.

No tocante ao campo liderado pelo PSDB, novamente não há uma recomposição total dos partidos de centro-direita em torno da candidatura presidencial tucana. O PFL

substituiu o PMDB como parceiro na presidencial, e PTB e PP (ex PPB) optaram pela neutralidade relativa ao pleito federal.

Assim, o padrão é de manutenção da oposição em nível estadual entre os participantes em nível federal e pluralidade de estratégias dos partidos que deixaram de participar das eleições presidenciais.

Os números mostram que as eleições presidenciais balizaram as estratégias nas eleições majoritárias. Há, contudo, uma diversidade de alianças partidárias em nível estadual, o que, à primeira vista, poderia ser interpretado como fraqueza das eleições presidenciais em servir de parâmetro para o plano estadual. De fato, eleições presidenciais não determinam inteiramente o comportamento das organizações partidárias na esfera estadual. Elas condicionam o comportamento daqueles partidos políticos que efetivamente apostam na entrada do mercado presidencial.

Esse é o ponto que gostaria de enfatizar. PT e PSDB têm como objetivo principal a busca pela presidência; ainda que por meio de estratégias distintas; eles constroem politicamente sua condição de atores relevantes no plano nacional. Essa construção política se dá na seleção de distritos em que o partido terá ou não candidaturas próprias.

Dado que esse mecanismo se reforça no tempo, os partidos acabam puxando as estratégias de entrada das demais legendas. Dessa forma, a entrada ou não em determinados mercados eleitorais, em nível estadual, é condicionada pela estratégia nacional.

Os dados mostraram variação na escolha dos parceiros estaduais em virtude do tipo do desenho das coligações presidenciais. Todavia, eles devem ser olhados com cautela, visto que não sabemos em que Estados os partidos estão deixando de lançar candidatos em virtude de escolhas no plano nacional.

O próximo passo é sistematizar o quanto cada partido que disputa as eleições presidenciais consegue replicar o conflito nacional nos Estados a partir das estratégias partidárias. Assim, selecionei as candidaturas mais relevantes nos pleitos a partir de 1994 e contei a frequência em que os partidos se enfrentam das disputas estaduais. Esse enfrentamento pode ocorrer pelas disputas diretas entre candidaturas dos partidos ou pela disputa entre coligações capitaneadas por outras legendas. O que as tabelas medem é a frequência em que os partidos estiveram em lados opostos nas disputas para governador.

<b>Tabela 3.9</b>				
<b>Número de Estados em que os partidos concorreram nas eleições para governador (1994)</b>				
	PT	PDT	PMDB	PSDB
PPR	14	16	12	12
PSDB	20	12	12	
PMDB	21	17		
PDT	16			

**Fonte:** dados coletados pelo autor. [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br)

A tabela 3.9 mostra a frequência de conflitos entre os partidos que disputavam a hegemonia no interior de cada campo político, apresentando as candidaturas mais relevantes nas eleições de 1994. Trata-se dos partidos em seus respectivos campos ideológicos. Os dados mostram que PT e PSDB estão em lados opostos em 20 Estados. Trata-se da expressão da reprodução do conflito nacional nos Estados. O PT ainda disputa com o PMDB em 21 unidades, e em 16 com o PDT.

Os números do PSDB informam que o PT foi o único partido no qual o PSDB fez oposição sistemática nas eleições para governador. Esses partidos foram adversários em 74% dos Estados. O conflito com as demais legendas não estava expresso no âmbito estadual. As demais legendas que lançaram candidaturas presidenciais estiveram do lado adversário aos tucanos em 44% dos Estados. Em outras palavras, PT e PSDB se trataram como reais adversários.

PMDB, PDT e PPR não conseguiram estabelecer essa lógica contra esses dois polos. As estratégias em âmbito distrital não serviram como mecanismo de articulação de uma candidatura nacional. Eles não se colocaram sistematicamente como campos políticos distintos. Em outros termos, dividiram palanques com seus adversários nas eleições nacionais.

Esse padrão de estratégia para governador nas eleições de 1994 contribui para a explicação da prevalência de PT e PSDB no pleito presidencial. O número efetivo de partidos nas eleições nacionais de 1994 (2.65) é, em parte, decorrente do fato de que apenas PT e PSDB se mostram capazes de nacionalizar o conflito, reduzindo a força

política das demais candidaturas.

	PT	PSDB
PPS	15	13
PSDB	23	

**Fonte:** dados coletados pelo autor. [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br)

Os dados da tabela 3.10 mostram que esse padrão se tornou ainda mais evidente nas eleições seguintes. Os partidos estiveram em campos opostos nas eleições estaduais em 85% dos Estados (23/27). A terceira força naquele pleito, o PPS, não conseguiu repetir o conflito nos Estados de forma sistemática, de modo a se lançar como alternativa efetiva aos partidos consolidados. Não por acaso, a fragmentação eleitoral diminuiu ainda mais, atingindo 2.53 partidos efetivos.

A articulação das entradas nas disputas majoritárias estaduais nas eleições de 2002 se deu sob restrição da verticalização das coligações. Essa capacidade de articular os pleitos, que nos anos anteriores foi oriunda das respostas dos partidos, a partir de 2002 passou a ser exigência da legislação eleitoral.

	PT	PSDB	PSB
PPS	20	16	17
PSB	20	19	
PSDB	21		

**Fonte:** dados coletados pelo autor.

Nota-se que, de fato, os partidos que disputaram a presidência passaram a ficar de forma mais efetiva em lados opostos nas disputas estaduais. A verticalização, de fato, reforçou a nacionalização do conflito presidencial nos Estados ao eliminar as estratégias que seriam contrárias ao padrão de conflito nacional. Nas eleições de 1994 e 1998, esse

padrão era restrito a PT e PSDB –partidos que mantiveram a estratégia de privilegiar as eleições presidenciais– e nas eleições de 2002, essa foi a regra.

Nota-se que o número efetivo de partidos nas eleições presidenciais aumentou para 3.17. Esse resultado está no padrão esperado pelo argumento da tese. O grau de fragmentação da competição presidencial está associado, em boa medida, ao padrão estratégico que os concorrentes na disputa nacional desenvolveram nos Estados. O contraste com as eleições anteriores é notório. O PSB e, em menor medida, o PPS em 2002 conseguiram, diferentemente do PMDB, PDT e PPR em 1994, um padrão de articulação entre os pleitos majoritários, que permitiu nacionalizar suas candidaturas contribuindo para o aumento da fragmentação da disputa presidencial.

As eleições de 1989 mostraram a importância da nacionalização eleitoral dos votos, uma vez que PT e PRN, partidos que foram ao segundo turno, tiveram um padrão nacional do voto. A concomitância entre as eleições majoritárias faz com que essa articulação das candidaturas presidenciais seja consumada pelas articulações com as eleições estaduais.

<b>Tabela 3.12</b>		
<b>Número de Estados em que partidos concorreram nas eleições para governador (2006)</b>		
	PT	PSDB
PDT	15	14
PSDB	21	

**Fonte:** dados coletados pelo autor.

As eleições de 2006 expressam os custos de articulação política da eleição nacional. O PDT, que mais uma vez tentou penetrar no mercado eleitoral, não articulou sua candidatura, mesmo com as amarras impostas pela verticalização. Os partidos mais significativos deixaram de participar da eleição nacional em 2006, de modo a maximizar seus resultados em nível estadual. Trata-se de uma adaptação aos constrangimentos da verticalização.

O próximo passo é olhar mais de perto as estratégias partidárias no plano estadual para entender os dilemas enfrentados e as escolhas feitas pelos partidos. A clivagem PT-PSDB se estabeleceu nas eleições de 1994 e teve seu teste efetivo nas eleições de 2002.

Se meu argumento estiver correto, iremos encontrar parte da resposta para esses dilemas no momento da coordenação estratégica.

### **3.4 Estratégias partidárias: a construção das candidaturas presidenciais**

O argumento da tese é de que o domínio de PT e PSDB nas eleições presidenciais está associado à capacidade que esses partidos tiveram de construir estratégias de entrada em nível estadual que reproduzam nas eleições para governador o conflito nacional. A fim de cotejar mais evidências empíricas, esta seção descreve a dinâmica da entrada de governador dos partidos de forma a sustentar a articulação entre os pleitos.

Iniciarei a análise da construção política das candidaturas presidenciais pelo comportamento daqueles partidos que centralizaram a disputa. Vejamos o caminho petista.

O gráfico abaixo mostra o número de Estados em que o partido lançou candidatura própria, apoiou outra legenda ou esteve ausente da disputa para governador. A trajetória do PT mostra que o partido, a partir de 1994, deixa de lançar candidaturas próprias em alguns Estados devido à articulação em nível nacional. Essa tendência é revertida nas eleições de 2002, em função da saída de PSB e PDT da coligação nacional, bem como das amarras impostas pela verticalização das coligações, que restringiu as escolhas possíveis do partido. As eleições de 2006 retornam à trajetória anterior, na qual o partido apoiou candidaturas de outros partidos tendo em vista a construção nacional de sua candidatura por meio da polarização com candidaturas ligadas a seu adversário nacional.

O PT<sup>33</sup> foi ao segundo turno das eleições de 1989 em uma disputa acirrada com o PDT em torno da hegemonia no campo da esquerda. O primeiro ponto a ser observado é o que aconteceu com a estratégia dos partidos para o Executivo federal no momento em que ela passou a ser concomitante com as eleições presidenciais. A coligação encabeçada por Lula em 1994 reuniu PSB, PC do B, PPS, PV e PSTU. A comparação entre o comportamento do partido nas eleições para governador entre 1990 e 1994 mostra que ele deixou de lançar candidatos em alguns Estados como forma de construção de sua

---

<sup>33</sup> Ver anexo o quadro descritivo do comportamento dos partidos que serão analisados adiante nas eleições para governador.

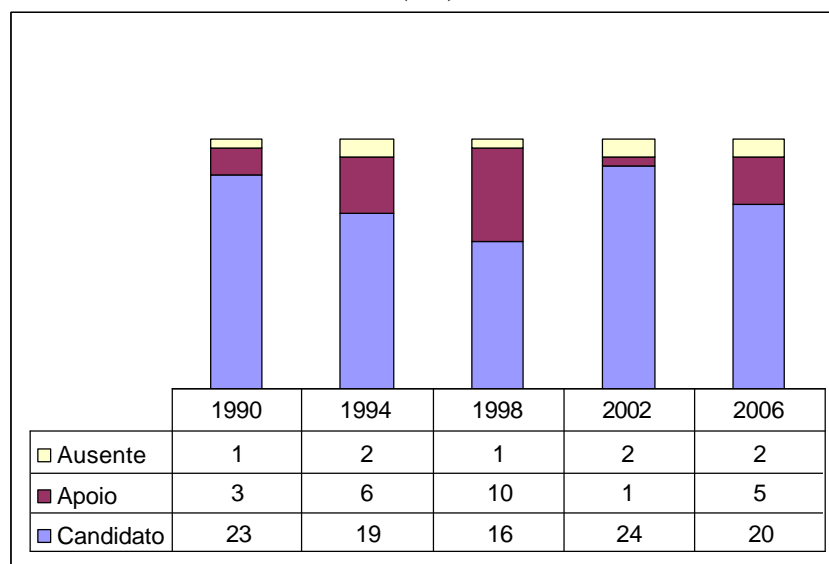
candidatura presidencial. A frequência de entrada nas eleições para governador recuou de 85% para 70%.

O partido abriu mão de lançar candidatos para governador em sete Estados, a saber: Alagoas, Amapá, Bahia, Maranhão, Mato Grosso, Pernambuco e Sergipe, e buscou composição com outros partidos que pudessem ser mais efetivos na disputa com outras candidaturas ligadas ao campo político encabeçado pelo PSDB.

Em Alagoas, o partido apoiou a candidatura do PSB, que polarizou a disputa estadual com PMDB. Além disso, os peesebistas ganharam apoio petista em Pernambuco, onde a candidatura Arraes se contrapôs à candidatura do PFL, que contava com o apoio do PSDB e, por fim, no Amapá, onde a candidatura de João Capiberibe, do PSB, se opôs à candidatura liderada pelo PTB com o apoio tucano.

A articulação entre PT e PSB nesses Estados foi importante para a candidatura nacional, visto que nos três casos havia uma candidatura concorrendo que era ligada aos adversários no âmbito presidencial.

**Gráfico 3.3**  
**Estratégias de entrada no mercado Executivo estadual**  
**(PT)**



Em outros Estados, o parceiro local escolhido para construir a base estadual da



candidatura petista foi o PDT. No Sergipe, o PT apoiou a candidatura de Jackson Barreto, que se confronta com a candidatura tucana, liderada por Albano Franco.

Há dois Estados que expressam falhas de coordenação eleitoral, do ponto de vista da candidatura nacional. O partido deixa de participar da disputa majoritária estadual seja por candidatura direta ou coligada nos Estados do Maranhão e da Bahia. A ausência na Bahia, de fato, mostra um erro estratégico do partido ao abandonar a disputa no quarto maior colégio eleitoral do país, que contava naquele ano com candidaturas de PFL e PSDB, rivais nas disputas presidenciais.

A estratégia petista na campanha de 1994 foi lançar o maior número de candidatos possíveis recrutados no interior da legenda e abrir espaço para acomodar aliados, especialmente o PSB, que poderiam polarizar em alguns Estados contra a coligação adversária em nível federal.

Essa estratégia se aprofundou nas eleições de 1998 ao incorporar o PDT no âmbito da coligação presidencial. O PT lançou novamente a candidatura Lula, agora com apoio de PDT, PSB e PC do B.

No pleito de 1998, o partido continuava a sacrificar determinados Estados em nome da disputa presidencial. A legenda deixa de lançar candidatos para governador no Amazonas, no Espírito Santo, no Pará, na Paraíba, no Paraná e no Rio de Janeiro. A desistência dessas candidaturas segue o padrão válido para as eleições anteriores: acomodar aliados e deixar de lançar candidatos nos Estados em que seus aliados na coligação presidencial possuem candidatos fortes para polarizar com seu rival. Curiosamente, essa estratégia não foi utilizada no Espírito Santo, mesmo com uma candidatura do PSB.

Assim, o partido não lança candidato no Amazonas para apoiar a candidatura Eduardo Braga, que aparece como adversário de Amazonino Mendes –candidato do PFL, com o apoio do PSDB. Os petistas utilizam as candidaturas do PSB para se contrapor, nos Estados, a seus rivais nas eleições presidenciais tanto no Pará, onde o PSB lançou o nome de Ademir Andrade para rivalizar com o tucano Almir Gabriel, como na Paraíba, onde Gilvan Freire disputou com José Marinho, do PMDB, representando o grupo de centro-direita. O partido manteve seu apoio ao PSB em Alagoas e Pernambuco, polarizando com a candidatura de Jarbas Vasconcelos, do PMDB, apoiado pelo PSDB.

Esse raciocínio explica o apoio petista ao peemedebista Roberto Requião, que era adversário da coligação PFL-PSDB, personificada, naquele ano, em Jaime Lerner.

Por fim, o Rio de Janeiro expressa a moeda de troca que trouxe o PDT para o seio da candidatura lulista. A necessidade de um candidato forte no terceiro colégio eleitoral do país fez com que o PT recorresse à candidatura Garotinho para governador em detrimento da candidatura própria.

As eleições de 2002 rompem com esse padrão de coordenação eleitoral da esquerda nas disputas presidenciais. PDT e PSB buscam outras formas de entrada no mercado presidencial. Não por acaso, essas são as eleições que afetaram de maneira mais contundente a clivagem PT/PSDB. Quando houve uma alteração no padrão da coordenação eleitoral, a dinâmica das eleições presidenciais se alterou de forma mais sistemática.

Dessa forma, o recrutamento das candidaturas se deu no interior da legenda, o que explica o aumento na frequência de candidaturas para governador naquele ano.

Em 2006, a trajetória da coordenação eleitoral retornou rumo à trajetória anterior, a verticalização das coligações. O PT deixou de lançar candidatos no Amazonas, no Ceará, em Goiás, no Maranhão, na Paraíba e no Rio Grande do Norte. À exceção do Amazonas, em todos os demais casos, o PT desistiu de candidatura própria como mecanismo de se contrapor de forma mais efetiva a candidaturas locais com ligações políticas com o polo oposto da disputa presidencial.

O PSB foi o parceiro preferido do PT na articulação na campanha presidencial. O partido recebeu o apoio petista no Ceará, em Goiás, no Maranhão e no Rio Grande do Norte. No Ceará e no Rio Grande do Norte, o PSB polarizou diretamente com o PSDB; ao passo que em Goiás o adversário foi o PP, e no Maranhão, o PFL, em ambos os Estados com apoio tucano.

Do ponto de vista regional, o PT recorreu a candidaturas fora do partido para a articulação presidencial, especialmente no Nordeste. Se tomarmos apenas as eleições a partir da unificação do calendário eleitoral, veremos que o peso relativo das candidaturas próprias é mais baixo na região –64%. O principal parceiro na penetração da candidatura petista foi o PSB, que assumiu um papel importante na candidatura petista. Nas demais regiões, o índice de candidaturas petistas foi ainda mais elevado e nenhum dos casos

atingiu menos que 70%.

Vejamos agora a estratégia do PSDB.

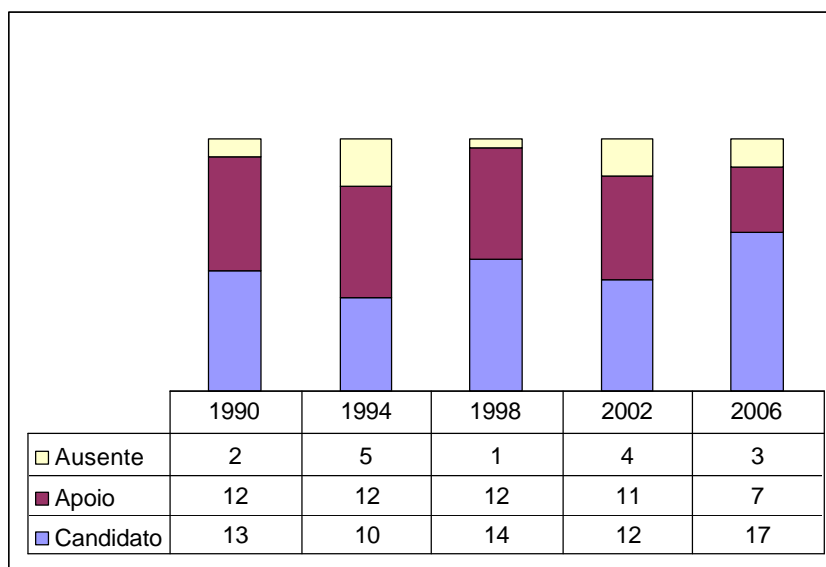
Em termos gerais, a estratégia de polarização do partido contra candidaturas ligadas aos petistas se caracterizou por seu caráter não partidário. O PSDB recorreu sistematicamente ao apoio de candidaturas nos Estados de partidos que não estavam formalmente em sua coligação nacional.

FHC, em 1994, é lançado como nome para a disputa presidencial, apoiado por PFL e PTB. O padrão de apoio dos tucanos nos Estados era recorrer a outros partidos que pudessem se contrapor às candidaturas ligadas à esquerda, especialmente ao PT e a membros de sua coligação. O PMDB foi o partido que mais se beneficiou dessa estratégia anti-PT. O partido recebeu apoio tucano em seis Estados.

No Acre, o PSDB apoiou Flaviano Melo em disputa com o petista Sebastião Neves; no Mato Grosso do Sul, Wilson Martins concorreu com Pedro Turiel; na Paraíba, o nome de Antonio Mariz concorreu com José das Neves; no Piauí, Francisco Souza versus José Fonteneles; no Rio Grande do Sul, Antonio Britto versus Olívio Dutra e, por fim, em Rondônia, Valdir Raupp versus José Streit.

O PP, em Goiás, por meio da candidatura de Lucia Vânia, o PFL, em Pernambuco (Gustavo Krause) e o PPR no Tocantins (Siqueira Campos) foram outros aliados peessedebistas na articulação da campanha nacional.

**Gráfico 3.4**  
**Estratégias de entrada no mercado Executivo estadual**  
**(PSDB)**



A estratégia adotada pelo PSDB teve implicações não apenas para os resultados eleitorais nesses distritos mas também para a consolidação da clivagem presidencial PSDB/PT. Ao incorporar o apoio, em diversos Estados, de candidaturas ligadas a seu adversário político nacional, o PMDB permitiu que esses Estados, na pior das hipóteses, estivessem neutros em relação à disputa federal. O partido não poderia polarizar de forma explícita contra o PSDB nas eleições nacionais, uma vez que era aliado do Estado. O partido minou as bases para uma diferenciação em relação aos tucanos. Da perspectiva do PSDB, o apoio a candidaturas peemedebistas deve ser lido menos como um sinal de fraqueza organizacional e mais como uma estratégia racional de ação para se contrapor ao seu adversário nacional.

O partido nas eleições de 1998 ainda recorreu à estratégia de buscar articulação política fora dos quadros da coalizão eleitoral presidencial, especialmente no PMDB.

O PSDB apoiou candidatos do PMDB para se contrapor a candidaturas ligadas ao PT em quatro Estados. No Amapá, o partido se coligou com a candidatura de Gilvan Borges, que disputou com João Capiberibe, do PSB, que era ligada à candidatura petista no plano nacional; na Paraíba, o peemedebista José Marinho; no Rio Grande do Sul, novamente com um peemedebista \_Antonio Brito\_ e, finalmente em Rondônia, os tucanos apoiaram Valdir Raupp contra a candidatura da esquerda encabeçada por José Neumar.

O PFL foi o segundo partido que mais recebeu apoio do PSDB para formar

candidaturas de centro-direita que pudessem se contrapor ao grupo político liderado pelo PT. Os pefelistas receberam apoio em três Estados, a saber: Amazonas (Amazonino Mendes), Rio Grande do Norte (Agripino Maia) e Tocantins (Siqueira Campos). Em Alagoas, o partido apoiou a candidatura petebista de Manoel Gomes contra a candidatura de Ronaldo Lessa (PSB), apoiada pelo PT.

Curiosamente, o acordo PSDB-PFL em nível nacional não se manifestou na Bahia –tradicional reduto pefelista–, visto que o PSDB apoiou a candidatura de João Durval Carneiro (PMN), que disputou a vaga com a candidatura de Cesar Borges. A estratégia peessedebista parece ter sido dar suporte a uma candidatura rival no campo político petista, dividindo o eleitorado de esquerda ao mesmo tempo em que fortalecia a candidatura pefelista.

A verticalização das coligações eleitorais alterou o perfil da composição da articulação peessedebista em nível federal. A candidatura José Serra foi apoiada apenas pelo PMDB, que é um partido ativo no mercado majoritário estadual. Dessa forma, o número de candidaturas peessedebistas para governador lançadas em 2002 foi ligeiramente menor em comparação com a eleição anterior.

O partido deixou de lançar candidatos no Distrito Federal, em Pernambuco, no Piauí, no Rio de Janeiro, em Roraima e em Sergipe. À exceção de Roraima, o partido cedeu espaço para reforçar seu contraponto à candidatura petista. Foi beneficiado pelo apoio do tucano Joaquim Roriz (PMDB) no Distrito Federal (versus Geraldo Magela, do PT); de Jarbas Vasconcelos (PMDB) em Pernambuco (versus Humberto Costa, do PT); de Hugo Napoleão (PFL) no Piauí (versus Wellington Dias, do PT); de Solange Amaral (PFL) no Rio de Janeiro (versus Benedita da Silva-PT); e de João Alves (PFL) no Sergipe (versus Marcelo Deda, do PT). Há em comum em todos esses Estados o fato de o PT ter um capital eleitoral importante neles, vencendo no Piauí e em Sergipe.

Além disso, Rio de Janeiro e Pernambuco são Estados importantes do ponto de vista do tamanho do eleitorado e, portanto, é imperativo o lançamento de candidaturas para o governo do Estado com capital eleitoral significativo, ainda que não sejam encabeçadas pelo próprio partido.

As eleições de 2006 mostram a trajetória histórica do trajeto do PSDB em escolher apoios, nos Estados, em partidos que não pertenciam à coligação presidencial. A

chapa encabeçada pela candidatura Geraldo Alckmin recebeu o apoio do PFL. Mais uma vez, o partido não reservou tratamento prioritário a seu parceiro em se tratando de eleições para governador. O PSDB recorreu ao PMDB em quatro Estados (Rondônia, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo e Santa Catarina), e apenas duas vezes ao PFL.

O que chama atenção nas eleições de 2006 é o fato de o partido não ter participado das eleições para governador em dois Estados importantes, a saber: Bahia e Paraná. Esses Estados contaram com candidaturas petistas e responderam por 12.9% da votação petista, um patamar muito significativo.

A construção das estratégias em alguns Estados por parte do PSDB nas eleições majoritárias tem características importantes para o entendimento da articulação entre os pleitos para o Executivo, do ponto de vista da entrada estratégica. As eleições para governador no Maranhão e em Rondônia, em 1998; no Piauí e em Tocantins, em 2002; e em Rondônia e Goiás, em 2006 têm em comum o fato de o partido ter concorrido com seu parceiro nas eleições presidenciais ou ter apoiado um candidato que não pertencia a seu partido.

Esses exemplos poderiam significar a preponderância da lógica estadual vis-à-vis as necessidades da candidatura nacional. Do ponto de vista das candidaturas nacionais, a existência de duas candidaturas no plano estadual, ligadas a sua coligação no plano nacional, não é um obstáculo relevante para o desenho da candidatura nacional.

O importante para o partido é ter palanques eleitorais que se contraponham a candidaturas ligadas a seu adversário no plano estadual. O mesmo raciocínio é válido para o caso de “traições” locais de seus parceiros em nível presidencial. Da ótica do partido nacional, o apoio de um candidato contrário a seu coligado federal não pode ser tomado como insubordinação das instâncias locais a suas diretrizes. O que a instância nacional quer é uma base política nos Estados, e não necessariamente o respeito *stricto sensu* dos parceiros nacionais em nível local. Na verdade, menos do que essa congruência, o partido quer candidaturas com capital eleitoral para fortalecer sua posição política.

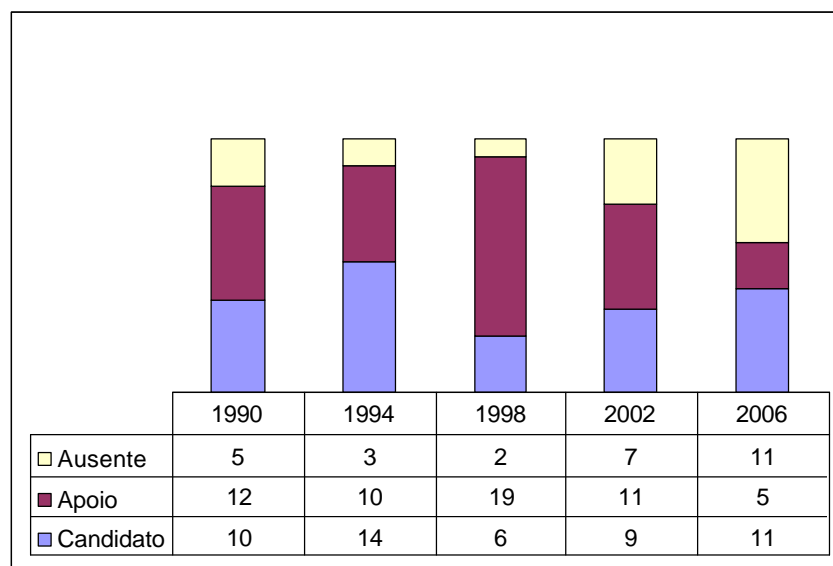
O sinal de que as estratégias estaduais do partido se sobrepuseram à lógica presidencial aparece nos casos anteriormente citados (BA e PR), quando o partido não participa das eleições para governador mesmo com candidaturas estaduais de partidos

coligados no plano nacional.

Nota-se, do ponto de vista geográfico, que o PSDB precisa recorrer a outros partidos para fortalecer politicamente sua candidatura em nível federal em todas as regiões, à exceção da região Sudeste, onde o partido lança candidatos próprios em 87,5% dos casos e, em menor medida, na região Centro-Oeste (62,5%). A situação mais espinhosa para o partido se encontra nos Estados sulistas, onde o partido lança candidatos em 17% das eleições e no Nordeste (38%).

A discussão desenvolvida até aqui permitiu identificar os mecanismos que propiciaram aos dois partidos estabelecer domínio a longo prazo, no que diz respeito às eleições presidenciais. Acredito ter demonstrado a importância da estratégia de construção nacional das candidaturas para o Executivo federal por meio das alianças nos Estados. Passemos agora a analisar o comportamento de três atores importantes para entendermos um dos períodos cruciais na bipolarização entre PT e PSDB. Quais foram as estratégias perseguidas por PDT, PMDB e PPR, que perderam fôlego na disputa em torno das eleições presidenciais? Começemos pelo PDT.

**Gráfico 3.5**  
**Estratégias de entrada no mercado estadual**  
**(PDT)**



Nas eleições de 1994, o desafio do partido era disputar com o PT a hegemonia no

campo da esquerda. Um rápido olhar para as bases da articulação política mostra que o partido não foi bem-sucedido nesse processo. A candidatura Brizola não teve suporte de nenhum partido. O desafio de construir a base nos Estados recaía inteiramente sobre os ombros do PDT. Havia dois caminhos possíveis: espalhar bases políticas selecionando candidatos internamente ou recorrer a outros partidos.

O caminho escolhido pelo partido nas eleições de 1994 não gerou êxito em nenhuma das duas frentes. O partido saiu de um patamar relativamente baixo de entradas para governador em 1990 e não conseguiu de maneira satisfatória elevar o patamar de bases estaduais que pudessem consolidar as eleições presidenciais. O partido lançou candidatos para governador em oito Estados em que não havia lançado em 90 (RO, RR, AL, MA, SE, MT, SP, PR). Contudo, o partido abandonou a disputa em três Estados (AP, GO e ES). Em três Estados, o partido não participou das eleições para governador (GO, ES e MG). Dessa forma, a legenda lançou candidato em somente 52% dos Estados.

No tocante à busca por apoio externo, os pedetistas apoiaram candidaturas alheias em sete Estados –Acre, Amazonas, Ceará, Mato Grosso do Sul, Piauí, Pará e Tocantins. Entre esses casos, apenas em um deles o partido apoiado não era seu concorrente no plano presidencial. O partido dividiu o palanque com o PSDB em nada menos do que cinco Estados, a saber: Ceará, Pará (candidaturas tucanas), Acre, Piauí e Tocantins (candidaturas do PMDB que contaram com o apoio de pedetistas e peessedebistas).

Essa estratégia não permitiu a nacionalização da candidatura Brizola, que se colocava como desafio dada a concentração de votos do partido nas eleições de 1989<sup>34</sup>. Argumentei acima que dividir palanque não é o pior dos mundos, a partir da visão da estratégia nacional, o problema é que, no caso pedetista, a estratégia não permitiu ao partido se diferenciar e polarizar a disputa, uma vez que o partido teve bases próprias muito acanhadas. O partido, então, não apareceu nem como o candidato que poderia polarizar com o PSDB em âmbito nacional, visto que essa contraposição não aparecia de forma frequente nos Estados.

Na outra entrada do partido na disputa presidencial, em 2006, sofreu de problemas de construção de bases nos Estados semelhantes àqueles enfrentados pelo partido no momento da confirmação de PT e PSDB como os atores relevantes nas eleições

---

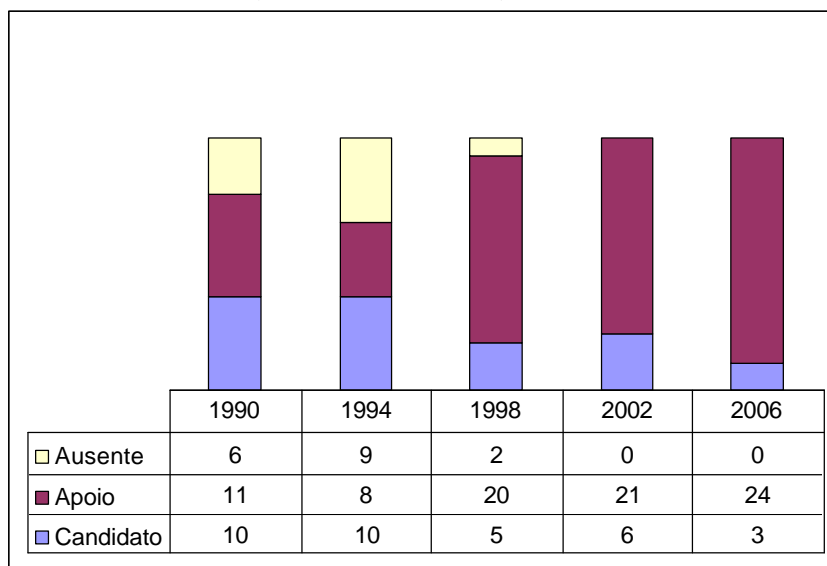
<sup>34</sup> Ver Tabela 3.2.



presidenciais. Na verdade, esse problema foi ainda mais acentuado, uma vez que a consolidação PT-PSDB se reforçou a cada eleição. Há um custo maior ainda para tentativas de entrada “tardias”. O partido não participou das eleições em nove Estados, ou seja, 1/3 do total, incluindo dois dos maiores colégios eleitorais da federação: Bahia e Minas Gerais.

O PPR foi outro partido que se manteve nas duas primeiras disputas e foi ultrapassado no pleito presidencial, em parte devido a seu caráter localista.

**Gráfico 3.6**  
**Estratégias de entrada no mercado Executivo estadual**  
**(PDS/PPR/PPB/PP)**



O desafio do PPR era tornar nacional sua candidatura, que esteve basicamente vinculada exclusivamente a São Paulo. Nesse sentido, a candidatura de Esperidião Amin foi um fracasso, o que podemos notar por seu pífio desempenho. Trata-se novamente de uma candidatura não construída politicamente em âmbito nacional.

Uma candidatura unipartidária tem o desafio de aumentar suas bases eleitorais com seus esforços individuais ou buscando o apoio de outros aliados. O PPR não teve

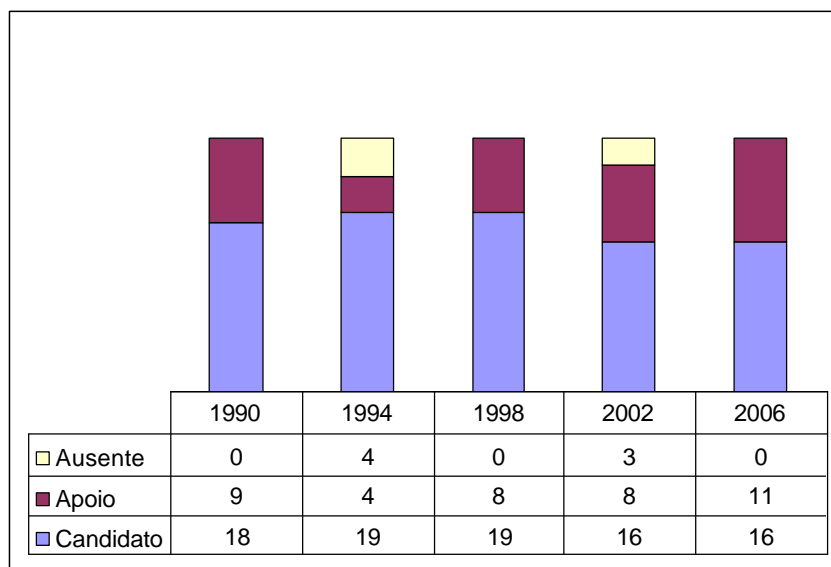
fôlego suficiente para aumentar suas bases próprias, visto que, a despeito de o partido ter lançado candidatos a governador em cinco Estados (AM, MA, MS, PA e SC) \_o que não havia feito nas eleições anteriores\_, também deixou de lançar em quatro Estados (CE, RN, RR e SP).

O traço mais relevante da estratégia do PPR é que o partido não conseguiu, mesmo recorrendo a candidaturas de outros partidos, montar bases para sua candidatura presidencial. O partido não teve poder de atração, tampouco pareceu ser um parceiro importante, mesmo em nível estadual. A baixa capilaridade da candidatura Amin pôde ser constatada na ausência (lançando candidatos ou apoiando) do partido na corrida para governador em nove Estados, entre eles Bahia, Minas, Paraná, Pernambuco e Rio de Janeiro. Os dados mostram que foi uma candidatura muito mais personalista do que uma tentativa de entrada minimamente consistente.

A entrada do PPB (nova sigla oriunda da fusão entre PPR e PP) na coalizão encabeçada pelo PSDB foi importante tanto para a vitória tucana como para a estabilidade da clivagem presidencial nas eleições de 1998. O PPB dava à candidatura força ainda mais importante no principal colégio eleitoral do país –São Paulo. O partido obteve 60% dos votos em São Paulo, o que contribuiu para os mais de 10 milhões de votos ao partido.

Teria o PMDB recorrido a estratégias de entrada equivocadas, do ponto de vista do fortalecimento da candidatura presidencial?

**Gráfico 3.7**  
**Estratégias de entrada no mercado Executivo estadual**  
**(PMDB)**



O exemplo do PMDB é um desafio para o argumento aqui desenvolvido. A narrativa da dinâmica das eleições presidenciais e das estratégias de entrada dos partidos nas eleições majoritárias nos Estados está apoiada no argumento de que a entrada nas eleições para governador é o mecanismo central na construção das candidaturas nacionais. Argumentei que diversas legendas falharam em suas tentativas de penetrar no mercado presidencial em virtude dessa articulação entre os pleitos majoritários.

O PMDB, em tese, “fez a lição de casa”. Esteve presente em quase todos os distritos eleitorais e buscou candidatos alternativos em determinados distritos. O que explicaria o desempenho eleitoral tão acanhado obtido pela candidatura Quércia e que permitiu ao PSDB e PT monopolizarem o mercado presidencial?

O argumento é que o partido lançou candidaturas de forma sistemática nos Estados, mas parece ter pensado mais nas vitórias em cada distrito e menos na instrumentalização das candidaturas para governador como estratégias para vencer a Presidência. O PMDB constantemente aceitou o apoio tuano a seus candidatos nos Estados, o que diminuiu a capacidade do partido em relação ao PSDB. Não havia racionalidade a partir das eleições presidenciais nesse tipo de apoio, uma vez que, dessa forma, o partido ofereceu bases de apoio para uma candidatura concorrente à sua no plano federal. Em outros termos, essa estratégia permitiu ao partido desenvolver, em

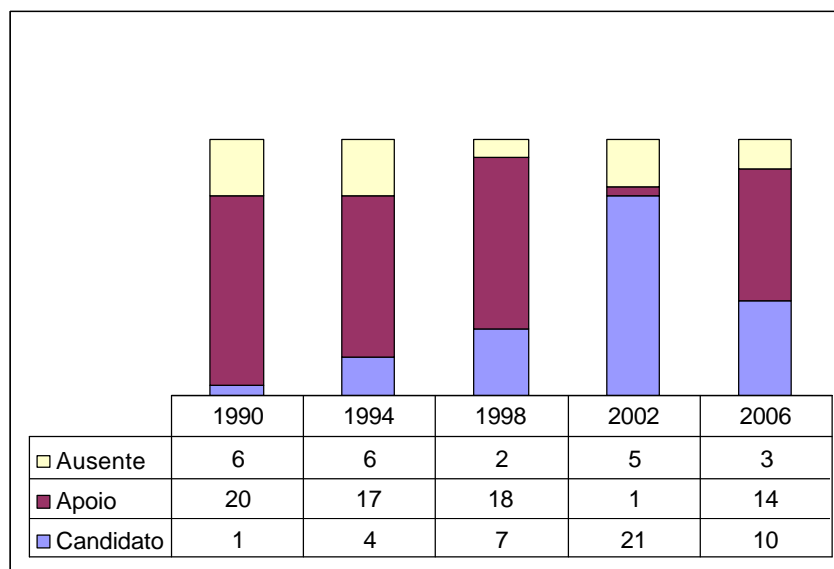
âmbito local, uma associação entre candidatos do PMDB no Estado e o candidato tucano na disputa presidencial.

Ora, mas por que essa estratégia de ligar um candidato presidencial a um candidato local, que é seu concorrente em nível federal, funcionou para o PSDB? O desafio do PSDB era justamente criar bases nos Estados, visto que seus parceiros em nível federal não eram suficientes e que sua capacidade de recrutar candidatos em seus quadros internos era relativamente pequena. O PSDB precisava construir sua campanha polarizando em todos os distritos (especialmente nos maiores) com candidaturas ligadas aos petistas. O PMDB acabou sendo um instrumento para o PSDB.

O partido parece não pagar o risco de montar uma estratégia para entrar no mercado presidencial e possivelmente perder sua força nos Estados. Condições políticas para uma disputa efetiva o partido tem, mas essa opção não foi mais seguida pelo PMDB, reforçando a identidade dos principais atores no mercado presidencial.

Ora, vimos as estratégias de entrada dos partidos que estavam participando do pleito presidencial no momento da transição entre um padrão disperso da competição presidencial. Se o argumento aqui apresentado tiver alguma capacidade de entender substantivamente a dinâmica presidencial, ele deverá dar sua contribuição na análise do movimento de fragmentação nas eleições de 2002, que afetou a estabilidade da clivagem PT/PSDB. A natureza do argumento é que estratégias partidárias alteraram o padrão da oferta no mercado presidencial. Se isso for verdade, os partidos que competiram em 2002 fizeram estratégias de entradas distintas das que as legendas que visavam às eleições de 1994 fizeram.

**Gráfico 3.8**  
**Estratégias de entrada no mercado Executivo estadual**  
**(PSB)**



O PSB, em 2002, rompeu um padrão de coordenação eleitoral que vinha se consolidando no interior da centro-esquerda. O PT, na cabeça de chapa, formava coalizões de centro-esquerda e apoiava o PSB em alguns Estados, sobretudo no Nordeste. O partido decidiu, então, participar das eleições presidenciais por meio de candidatura própria. O nome escolhido para articular esse caminho foi o do ex- governador do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho. A coligação eleitoral que deu suporte a essa candidatura juntou, além do PSB, o PGT e o PTC.

Tratava-se de um partido com pouca ambição executiva, conforme a tabela 24. Seus aliados em nível federal eram tão somente micropartidos de relevância nula no tocante ao poder eleitoral. Dessa forma, o partido deveria construir o suporte de sua candidatura em seus próprios quadros. O partido se mostrou exitoso na estratégia. Lançou 16 candidatos para governador a mais do que na eleição anterior. A candidatura ficou sem palanque apenas nos Estados do Acre, de Roraima, do Maranhão e de Sergipe. O peso relativo desses Estados no eleitorado nacional é bem pequeno (4.4%), insuficiente para dizer que faltou penetração nacional da candidatura Garotinho.

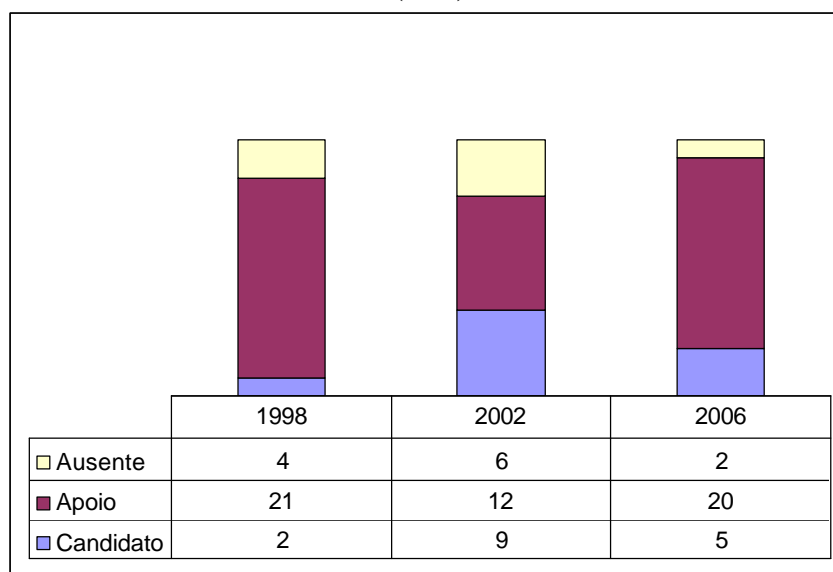
A chamada verticalização eleitoral proibiu os partidos de apoiarem nos Estados os candidatos concorrentes no plano federal nas eleições estaduais, formalizando a clivagem presidencial nos Estados, não mais por estratégias dos partidos, mas por constrangimentos institucionais. A lei das coligações eleitorais preveniu o partido de

cometer o mesmo cálculo equivocado, à luz das eleições presidenciais, cometido pelo PMDB em 1994. O partido lançou candidatos ao governo dos Estados para polarizar com os demais postulantes ao cargo presidencial.

O partido seguiu a “receita” de uma candidatura presidencial bem-sucedida. De fato, em um contexto marcado por forte domínio de PT e PSDB, 17% logo nas primeiras eleições é um resultado considerável. O partido, no entanto, desistiu de participar diretamente do pleito já nas eleições seguintes, o que mostra que o custo de entrada nas eleições presidenciais é, necessariamente, muito elevado.

Os números de candidaturas efetivas nas eleições presidenciais em 3.17<sup>35</sup> mostram que houve outra força com razoável desempenho legislativo. Trata-se do PPS. Vejamos seu padrão de estratégia no tocante às entradas para governador.

**Gráfico 3.9**  
**Estratégias de entrada no mercado Executivo estadual (PPS)**



O PPS fez o movimento de saída da coligação petista para a entrada autônoma no mercado presidencial em um movimento anterior ao PSB. Já em 1998, o partido não manteve seu acordo com os petistas e lançou a candidatura de Ciro Gomes. O partido não conseguiu angariar legendas de peso, do ponto de vista eleitoral, e fechou a coalizão com o Prona e o PL. Trata-se de partidos com baixa participação em eleições executivas e que,

<sup>35</sup> Ver tabela 10.

portanto, pouco auxiliaram na nacionalização da campanha do PPS. O partido foi mal sucedido nesse processo de capilarização da candidatura de Ciro Gomes.

A candidatura nacional contou com suporte partidário somente no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul. Além disso, nas eleições estaduais, o partido apoiou candidatos de partidos concorrentes no plano federal. O PPS apoiou candidatos tucanos em quatro Estados (Ceará, Distrito Federal, Pará, Sergipe) e o PT em duas oportunidades (Acre e São Paulo). Ora, em um partido que busca adentrar um mercado fortemente dominado por esses partidos, tal tipo de coligação dificulta a polarização nacional com os dois concorrentes. Ainda assim, o partido obteve 11% dos votos nacionais, o que lhe permitiu ser a terceira força nas eleições presidenciais naquele ano.

A candidatura do PPS em 2002, paradoxalmente, foi mais mal sucedida em sua construção política. Novamente tendo como candidato Ciro Gomes, o partido atraiu ex-parceiros peessedebistas e petistas para o âmbito de sua aliança federal. Assim, PPS-PDT-PTB foram a chamada “Frente Trabalhista”. O partido, em tese, estaria mais apto a construir apoios partidários, visto que vinha de uma experiência anterior e contava com partidos de maior peso como parceiros.

No entanto, a frente trabalhista não participou das eleições majoritárias em seis Estados, a saber: Bahia, Ceará, Espírito Santo, Minas Gerais, Paraíba e Pernambuco. À exceção da Paraíba, todos esses Estados são importantes nas eleições presidenciais em vista do eleitorado. Em outros termos, o partido deixou de participar e, assim, rivalizar em Estados com vasto mercado eleitoral. Se acrescentarmos a isso o fato de que a base eleitoral da candidatura em São Paulo –a candidatura petebista de Cabreira Filho– foi insignificante eleitoralmente e que a candidatura Garotinho tinha suporte no Rio de Janeiro (o PSB obteve 42% no Estado), podemos entender os motivos da estagnação eleitoral no mercado presidencial.

### **Considerações finais**

O capítulo teve como objetivo final entender a estabilidade das identidades partidárias que serviram como ponto de gravidade da competição presidencial. Por que estes dois partidos (PT e PSDB) e não outros vieram a controlar esse mercado? Qual foi o

mecanismo que permitiu a manutenção dessa clivagem?

A resposta desenvolvida no capítulo ressalta o que intitulei de *articulação política das eleições presidenciais*. Essa construção se dá via articulação exitosa das eleições majoritárias nos Estados. A disputa para o Executivo estadual serve como espaço de apoio para que os partidos possam polarizar entre si e disputar o mercado eleitoral disponível. Os votos a serem conquistados estão nos Estados, a despeito da eleição ocorrer em distrito nacional.

Argumentei que os partidos bem-sucedidos são aqueles com maior capacidade de nacionalizar, via federalização, a disputa presidencial nos 27 distritos eleitorais. Do ponto de vista político, esse foi o fator diferencial que permitiu a PT e PSDB se reforçarem como os participantes efetivos no mercado presidencial.

As estratégias desses partidos nas eleições estaduais foram, então, ditadas pelo imperativo de nacionalizar a disputa presidencial. O objetivo desses partidos era minar a candidatura oposta. Se PT e PSDB eram adversários na candidatura presidencial, era preciso fazer com que a disputa para governador em âmbito local refletisse a contraposição entre esses grupos políticos. Essa estratégia era importante especialmente em Estados com grande eleitorado.

Ao desenvolver esse ponto, os dois partidos acabavam fechando o mercado presidencial, uma vez que suas estratégias se reforçavam. Em certa medida, os dois definiram os contornos do mercado eleitoral ao se escolherem como candidatos a serem batidos. O PT era o principal adversário do PSDB, e o PSDB, o principal adversário do PT. O sucesso e o reforço dessas estratégias dependiam da capacidade desses partidos de replicar e refletir essa clivagem nos Estados.

Como as disputas estaduais em grande parte dos Estados refletiam essa clivagem, tentativas de entrar no mercado eleitoral presidencial foram sistematicamente frustradas por falta de respaldo na maioria dos Estados.

A federalização das disputas locais não era levada a cabo, necessariamente, por via partidária. A ideia era que os partidos pudessem contar com palanques fortes para minar candidaturas adversárias e alavancar a própria. Para isso, por vezes tiveram que recorrer a aliados locais. Nesse sentido, os dados mostraram diferenças relevantes entre os partidos.



O PT federalizava campanha por meio de lançamento de candidaturas do próprio partido, e quando recorria a outros parceiros em determinados Estados, fazia-o no interior dos partidos coligados, especialmente o PSB. Trata-se de um partido que leva a sério a ideia de que, em sistemas presidencialistas, o prêmio de maior valor é a Presidência da República. No capítulo 2, vimos que, a despeito das baixas taxas de sucesso nas disputas para governador, o partido sistematicamente mantém a política de apresentar candidatos de sua legenda. Ao fazê-lo, tem êxito na federalização da campanha.

O PSDB nacionaliza sua campanha em bases não-partidárias, à exceção dos distritos do Sudeste e, em menor medida, do Centro-Oeste. Nas demais regiões, o partido recorre sistematicamente a outros partidos, mesmo que eles não estejam formalmente coligados. Essa foi uma prática comum entre os tucanos durante todo o período. Isso não significa dizer que a legenda é pouco coesa em nível nacional e que é a lógica estadual que guia a entrada nas eleições majoritárias locais. Trata-se de uma estratégia guiada pela perspectiva das eleições nacionais. O partido busca candidatos com força para polarizar com candidatos petistas e se fortalecer como “anti-PT”.

O argumento aqui apresentado, então, possui leitura semelhante para os dois momentos cruciais ao entendimento da estabilidade da competição presidencial. O primeiro se deu nas eleições de 1994, que estabeleceu esse padrão de competição, e o segundo, em 2002, quando a força dessa polarização foi posta à prova.

A leitura aqui desenvolvida é a de que a força das terceiras candidaturas está positivamente associada a sua capacidade de construção nacional das campanhas. Em 1994, as terceiras forças não tiveram êxito nesse processo. PDT, PMDB e PPR, por razões distintas, não conseguiram se projetar nacionalmente, sem fôlego para acompanhar as candidaturas petistas e peessedebistas. Em contrapartida, em 2002, o PSB e, em menor medida, o PPS tiveram algum êxito nesse processo, o que explica a maior fragmentação na disputa presidencial.

No tocante às considerações mais gerais, nossa visão das eleições presidenciais assume que mudanças no formato do sistema partidário podem ser explicadas, substancialmente, mais pelo tipo de entrada estratégica adotada do que por suposta fraqueza das organizações partidárias. Em sistemas de magnitude baixa, o custo elevado de participação nas eleições faz com que as ações da elite política tenham bastante efeito

nas opções à disposição do eleitor.

#### **Capítulo 4. Identidade partidária nas eleições executivas estaduais.**

Vimos no capítulo 2 que o formato eleitoral das eleições para governador no Brasil pós-Constituição de 1988 se encontra dentro dos limites esperados pelo argumento institucionalista resumido na regra “M+1” proposta por Cox (1997).

Ainda assim, o conhecimento convencional que reza que os sistemas partidários estaduais seriam caracterizados pela instabilidade, diferentemente do que ocorre no sistema partidário nacional<sup>36</sup>. As palavras de Melo (2006:168) ilustram bem o Estado da arte dos estudos sobre a dinâmica dos partidos em nível estadual:

*“Por mais que as eleições para o Executivo apresentem uma tendência à dualização, uma polarização que a cada momento se realize em torno de partidos distintos não propicia a estabilização de um determinado quadro de alternativas partidárias capaz de, por sua vez, influenciar o comportamento futuro do eleitor”.*

Esse quadro de instabilidade seria explicado pela intensa migração partidária das lideranças locais, expressão de fraqueza e baixa coesão das legendas em nível estadual. O ponto substantivo do autor ao olhar para as eleições majoritárias é menos seu interesse em sua dinâmica *per se*, e mais nos possíveis efeitos das eleições para governador na estabilização das eleições proporcionais.

Nesse sentido, o argumento que apresentarei difere tanto na motivação analítica como no diagnóstico sobre a dinâmica dos sistemas partidários no âmbito local. A preocupação da análise aqui desenvolvida é com a dinâmica própria das eleições executivas estaduais, bem com sua conexão com as eleições presidenciais. Minha leitura é que parte da dinâmica encontrada nos Estados decorre da construção das candidaturas presidenciais, que afetam a dinâmica na competição estadual. Sendo mais direto, o objetivo do capítulo é verificar em que medida as identidades dos competidores efetivos em âmbito estadual permanecem estáveis no tempo, tal como a dinâmica encontrada nas eleições presidenciais. Em que medida os mercados estaduais estariam “fechados”?

---

<sup>36</sup> Para uma análise que vincula a instabilidade do sistema partidário à fraqueza dos vínculos das organizações sociais, ver Mainwaring (2001). O autor também chama atenção para o papel do Estado no desenvolvimento dos partidos, bem como na legislação eleitoral.

A proposição do trabalho é que as eleições para os governos estaduais são mais cartelizadas do que pode parecer à primeira vista. Em outras palavras, não apenas as eleições estaduais têm formato bipartidário como também os atores relevantes são, em boa medida, os mesmos ao longo do tempo. A base da construção do ponto que apresentarei é semelhante ao desenvolvido para as eleições majoritárias. A magnitude do distrito serve como filtro das ofertas partidárias que chegam ao eleitorado, restringindo as opções disponíveis aos eleitores. Os partidos (elites partidárias), mesmo em nível estadual, influenciam as escolhas do eleitor por regularem a oferta de candidaturas.

O cenário estadual difere da disputa presidencial em algumas variáveis. A primeira delas é uma distinção de grau e diz respeito ao custo de entrada nas respectivas disputas. Esse custo é menor nas eleições estaduais *vis-à-vis* a competição no pleito à Presidência. Em parte, essa diferença decorre dos problemas de coordenação envolvidos em uma candidatura presidencial que, a despeito de ocorrer no distrito nacional, envolve coordenação partidária nos 27 distritos estaduais. Sendo assim, é razoável esperar maior instabilidade no plano estadual.

O outro ponto de distinção se refere à influência da competição presidencial na dinâmica estadual. O argumento do capítulo anterior é que a construção das candidaturas presidenciais passa pela instrumentalização das disputas para governador. A oferta de candidaturas em nível estadual está associada às estratégias partidárias em nível nacional. A quantidade de candidaturas em nível estadual de um partido está relacionada com a escolha dos parceiros na coligação eleitoral, bem como com a presença ou não do partido na disputa pela Presidência. Esse efeito das eleições federais contribui para a explicação da variação da identidade dos partidos que disputam e ganham as eleições para governador.

A terceira mudança diz respeito ao efeito das mudanças de partidos por parte das elites partidárias estaduais e/ou candidatos potenciais ao governo na estabilidade ou não das clivagens políticas que controlam os mercados estaduais. Esse rearranjo de lideranças encobre parte da estabilidade nas lideranças competitivas no plano estadual. Isto é, a instabilidade das identidades políticas nos Estados é mais nominal do que real. Trata-se de uma instabilidade mais aparente do que efetiva.

A mudança de legendas é indicativa das estratégias de entrada e consolidação em

diferentes distritos por parte dos partidos, em boa medida ditadas pela necessidade de conciliar as dinâmicas estadual e nacional. Ou seja, partidos buscam alternativas via recrutamento de lideranças para entrar em mercados políticos não explorados pela legenda ou mesmo retomar seu quinhão no bolo eleitoral nos diferentes distritos.

O capítulo se inicia com a descrição do fenômeno a ser estudado, qual seja, a existência de coordenação eleitoral das elites em nível estadual e o peso que essa variável teve na formação do sistema partidário-eleitoral estadual. Além disso, vejamos que os efeitos distributivos da coordenação eleitoral estão paulatinamente se concentrando em torno de PT, PSDB e PMDB.

A segunda etapa do capítulo é demonstrar a dinâmica da entrada dos partidos nas eleições para governador, visto que essa é a base para do argumento apresentado. Os dados mostram que há uma diferença no comportamento dos nove maiores partidos em relação às legendas pequenas. Os primeiros buscam acordos pré-eleitorais entre eles, de forma a maximizar sua participação nas eleições, ao passo que os micropartidos possuem lógica *sui generis* de entrada estratégica. Os maiores partidos são seletivos e coordenam suas escolhas a ponto de facilitar o entendimento do eleitor sobre o processo eleitoral.

Por fim, o capítulo mostra as evidências empíricas que mostram a estabilidade das clivagens políticas que dominam a competição nos distritos. Somente quatro Estados da federação estão fora do equilíbrio esperado em sistemas eleitorais de dois turnos.

O capítulo mostra que há uma associação entre Estados marcados por essa instabilidade e instabilidade na entrada dos partidos políticos. Além disso, esses Estados têm pouco peso nas eleições presidenciais. Entre os quatro Estados fora do equilíbrio, três (AL, ES e RO) são distritos médios (Nicolau, 1996), com baixo peso nas eleições presidenciais. A exceção é o Rio Grande do Sul.

Antes de passarmos para as evidências empíricas que sustentam a tese, cabe precisar o conteúdo do termo “estabilidade”. O número de partidos em equilíbrio esperados pela literatura de coordenação eleitoral em sistemas de maioria absoluta é de três. No limite, a identidade desses três partidos pode variar de uma eleição a outra e, ainda assim, de acordo com essa literatura, o sistema estará em equilíbrio<sup>37</sup>. Aqui, o termo

---

<sup>37</sup> Os supostos da ação estratégica na coordenação eleitoral supõem que elites e eleitores são míopes, isto é, calculam suas ações pensando apenas nas eleições seguintes (Cox, 1997).

“estável” denota mais do que isso. Trato o termo “estabilidade” como um atributo dos sistemas partidários estaduais caracterizados pela preponderância das mesmas duas ou três forças eleitorais ao longo do tempo.

#### **4.1 Efeitos distributivos da coordenação eleitoral nos Estados: a preponderância de PT, PSDB e PMDB**

Anteriormente (capítulo 2) vimos a existência de uma divisão de trabalho no interior do sistema partidário eleitoral brasileiro. Argumentei que existem três partidos com “ambição executiva”, ou seja, que participam sistematicamente do pleito estadual no subsistema majoritário estadual: PT, PSDB e PMDB. O capítulo também acercou a dinâmica das eleições presidenciais e mostrou como participar do mercado presidencial estimula o partido a nacionalizar a participação nas eleições para os Executivos estaduais. Assim, PT e PSDB são impulsionados em nível estadual em decorrência de sua centralidade em nível nacional. Argumentei que o PMDB possui uma densidade nos Estados que poderia dar condições políticas (leia-se de nacionalização da candidatura presidencial) para que o partido lançasse para disputa presidencial.

O ponto que gostaria de salientar é que paulatinamente a coordenação eleitoral existente no sistema político brasileiro em nível estadual passa a se concentrar nesses partidos, muito embora em menor grau do que ocorre em nível nacional. A questão é saber em que medida PT, PSDB e PMDB<sup>38</sup> controlam esse mercado.

---

<sup>38</sup> O PMDB, a despeito de não participar da competição presidencial, teria estrutura política para fazê-lo.

<b>Tabela 4.0</b>					
<b>Partidos e números de Estados que ganharam eleições para governador (1990-2006)</b>					
	<b>1990</b>	<b>1994</b>	<b>1998</b>	<b>2002</b>	<b>2006</b>
<b>PDS/PPR/PPB/PP</b>	2	3	2		1
<b>PMDB</b>	8	9	6	5	7
<b>PDT</b>	3	2	1	1	2
<b>PTB</b>	2	1			
<b>PFL</b>	7	2	6	4	1
<b>PSDB</b>	1	6	7	7	6
<b>PSC</b>	1				
<b>PTR</b>	2				
<b>PRS</b>	1				
<b>PT</b>		2	3	3	5
<b>PSB</b>		2	2	4	3
<b>PPS</b>				2	2
<b>PSL</b>				1	

Fonte: TSE dados coletados pelo autor

O primeiro passo é verificar a evolução da identidade dos vencedores. As eleições de 1990 são marcadas por relativa dispersão dos vencedores, indicada pelo número de micropartidos que ganharam cadeiras naquele ano. Somados, PSC, PTR e PRS ganharam quatro Estados em 1990, incluindo Minas Gerais –segundo maior colégio eleitoral. Três partidos fora dos chamados relevantes naquele ano ganham cadeiras para governador. As análises desse período (Lima Junior, 1993) apontavam uma tendência à fragmentação que naquele momento parecia ocorrer no sistema partidário brasileiro não apenas nas eleições legislativas mas também nas estaduais.

Todavia, essa tendência não se confirmou. A partir das eleições de 1994, apenas dois partidos fora do grupo das nove maiores legendas venceram candidaturas para o Executivo estadual. O PSL ganhou o governo de Rondônia em 2002, e o PPS, em 2002, no Amazonas e no Mato Grosso, e em 2006 novamente no Mato Grosso e em Rondônia

A tabela 4.0 mostra que os nove maiores<sup>39</sup> partidos de que estamos tratando na análise quase monopolizam os postos de governador no período. Isso reforça o êxito dos

<sup>39</sup> Ver introdução para a definição dos critérios, ver apresentação da tese. Os partidos relevantes para os fins do trabalho são: PMDB, PSDB, PT, PDT, PSB, PR (ex PL), PTB, PP e DEM (ex PFL).

partidos relevantes em fecharem esse mercado. A estratégia de coordenação pré-eleitoral contribui de forma significativa para o sucesso das legendas em disputas majoritárias.

A dominância de PT, PSDB e PMDB é ainda mais perceptível a partir da porcentagem dos votos válidos conquistados pelos partidos nas eleições para governador. Há uma paulatina e constante concentração de votos em torno desses três partidos caracterizados por sua ambição executiva.

	<b>PT</b>	<b>PSDB</b>	<b>PMDB</b>	<b>%</b>
<b>1990</b>	0.10	0.12	0.22	0.44
<b>1994</b>	0.12	0.23	0.17	0.52
<b>1998</b>	0.14	0.20	0.23	0.57
<b>2002</b>	0.28	0.23	0.13	0.64
<b>2006</b>	0.22	0.30	0.18	0.70

Fonte: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br) e banco de dados Iuperj

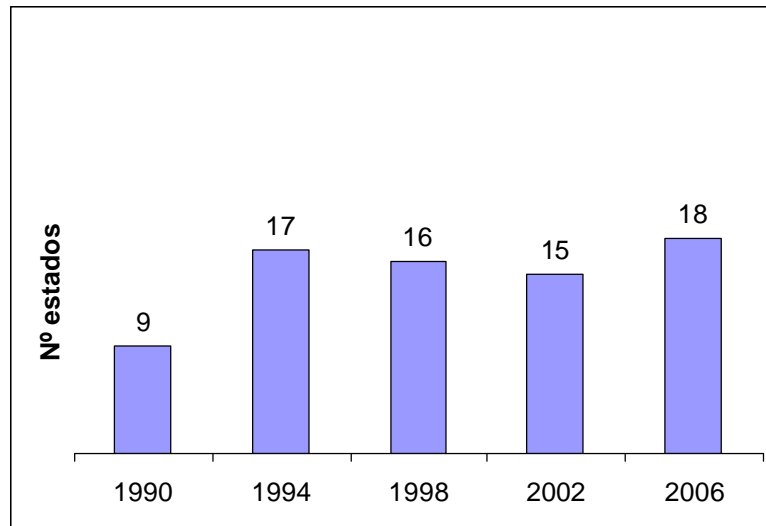
PT e PSDB, impulsionados pelas candidaturas presidenciais, passam por um processo de crescimento de suas candidaturas em nível estadual. A participação efetiva na disputa federal tem como imperativo a nacionalização dessas candidaturas, o que faz com que os incentivos para os partidos entrarem no mercado estadual aumentem e, portanto, o mesmo ocorra com a quantidade de votos recebidos por essas legendas.

Nota-se uma associação entre bom desempenho nas eleições nacionais e a quantidade de votos para governador. O PMDB no início do período possuía a parcela mais significativa entre os três partidos nas eleições para governador, e paulatinamente foi perdendo terreno para PT e PSDB.

O gráfico abaixo expressa a mesma tendência, só que apresentada na forma de número de Estados conquistados pelos três partidos.



**Gráfico 4.1**  
**Somatório do número de Estados conquistados por PT, PSDB e PMDB (1990-2006)**



O gráfico mostra o crescimento do número de Estados conquistados pelos três partidos. Entre 1990 e 2006, os partidos aumentaram em 50% o número de Estados conquistados, chegando a responder por dois terços dos distritos do Brasil. Os principais responsáveis por essa concentração foram PT e PSDB, que conseguiram adentrar de forma sistemática um mercado eleitoral dominado pelo PMDB em meados da década de 80, tornando as eleições majoritárias estaduais um sistema com três polos.

A tabela abaixo visa relacionar o desempenho das três legendas com o tipo de magnitude do distrito. Os três partidos têm maior participação relativa nos maiores distritos que concentram grande parte do eleitorado. O menor grau de cartelização nos distritos médios por parte de PT, PSDB e PMDB liga-se ao peso menor que esses Estados possuem na disputa presidencial visto que o peso relativo do total do eleitorado é muito pequeno. Vimos que nesses Estados há uma tendência de instabilidade na oferta partidária. Trata-se de distritos em que os partidos maiores, especialmente PT e PSDB, deixam de lançar candidatos próprios para apoiar outras legendas que são coligadas no plano nacional.

<b>Tabela 4.2</b> <b>Soma das eleições vencidas por PT, PSDB e PMDB por tamanho do distrito (1990-2006)</b>	
<b>Magnitude do Distrito</b>	<b>Vitória/Eleição</b>
Mega	12/20 (60%)
Grande	25/40 (62,5%)
Médio	37/75 (49%)

**Fonte:** dados coletados pelo autor [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br) Banco de dados Iuperj.  
<http://jairicolau.iuperj.br/>

A fim de medir o peso dos três partidos que cartelizam os mercados Executivos estaduais, contei o número de eleições que contam com pelo menos um dos três partidos nos dois primeiros lugares. No total de 135 eleições, em 67 delas ou PT ou PSDB aparecem em primeiro lugar. A incorporação do PMDB demonstra que, de fato, a competição para governador está centrada nesses três partidos, uma vez que 78% das disputas contam com pelo menos uma dessas três forças.

<b>Tabela 4.3</b> <b>Quantidade de eleições em que PT, PSDB e PMDB aparecem entre os dois primeiros, em % (1990-2006)</b>	
<b>Partidos</b>	<b>%</b>
PT ou PSDB	67/135 (49%)
PT ou PSDB ou PMDB	106/135 (78%)

**Fonte:** dados coletados pelo autor [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br) Banco de dados Iuperj.  
<http://jairicolau.iuperj.br/>

Uma evidência mais contundente sobre a centralidade assumida por esses três partidos nas disputas para o governador diz respeito ao padrão das coligações dos candidatos vencedores nas eleições estaduais. Será que o apoio desses três partidos contribui de forma positiva para a vitória de candidatos das demais legendas? Será que a clivagem nacional de alguma forma serve como impulso para candidaturas de outros partidos?

A fim de responder a essas perguntas, contei, entre os candidatos vencedores das eleições para governador a partir de 1994 em todos os distritos, o número de candidatos vencedores que pertenciam ao PT e ao PSDB ou a candidaturas apoiadas por essas duas legendas. De um total de 108 eleições para governador realizadas no período, em 62 o vencedor pertencia às fileiras desses partidos ou era apoiado por eles.

Isso significa que em 57% das eleições para governador o vencedor esteve diretamente relacionado com a clivagem da disputa presidencial. Em outros termos, candidatos de outras legendas que são apoiados por PT ou PSDB tendem a aumentar sua chance de vitória em nível estadual.

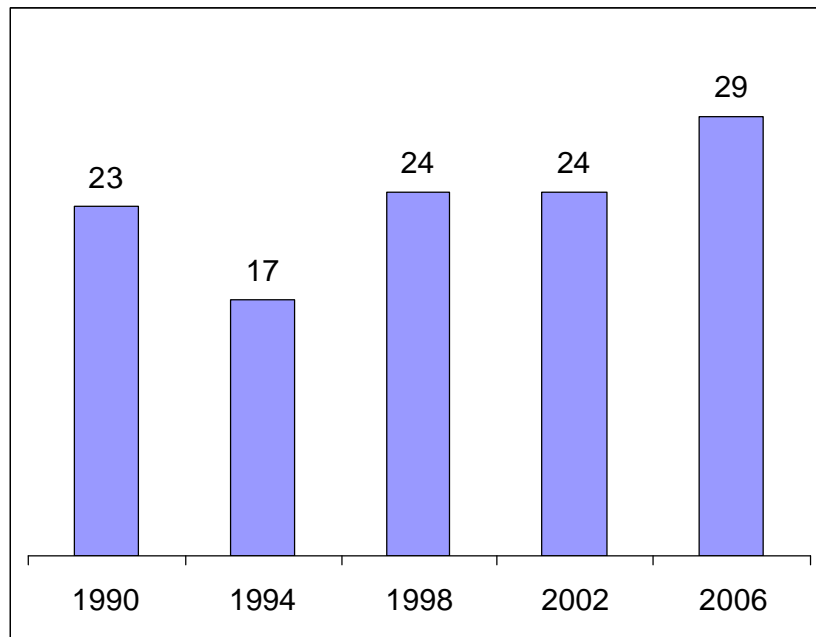
O mesmo exercício foi feito incluindo o PMDB. Os resultados reforçam a centralidade dessas legendas no plano estadual. Os vencedores para governador em 74% dos casos (80/108) saíram ou de candidaturas desses três partidos ou foram apoiados por pelo menos uma das legendas.

Vejamos agora a influência da dinâmica da coordenação pré-eleitoral na estabilidade do sistema partidário-eleitoral nos Estados.

#### **4.2 Oferta de candidaturas nas eleições estaduais**

Se, de fato, a definição da oferta estratégica é uma variável importante na definição do formato e das identidades dos partidos que participam efetivamente da disputa majoritária nos diferentes distritos, então o número de candidaturas para governador deveria diminuir com o tempo. Os partidos deveriam adaptar suas estratégias em função dos resultados obtidos. Partidos sem chances reais de chegar ao poder preferem não pagar o alto custo de entrada dado pela baixa magnitude.

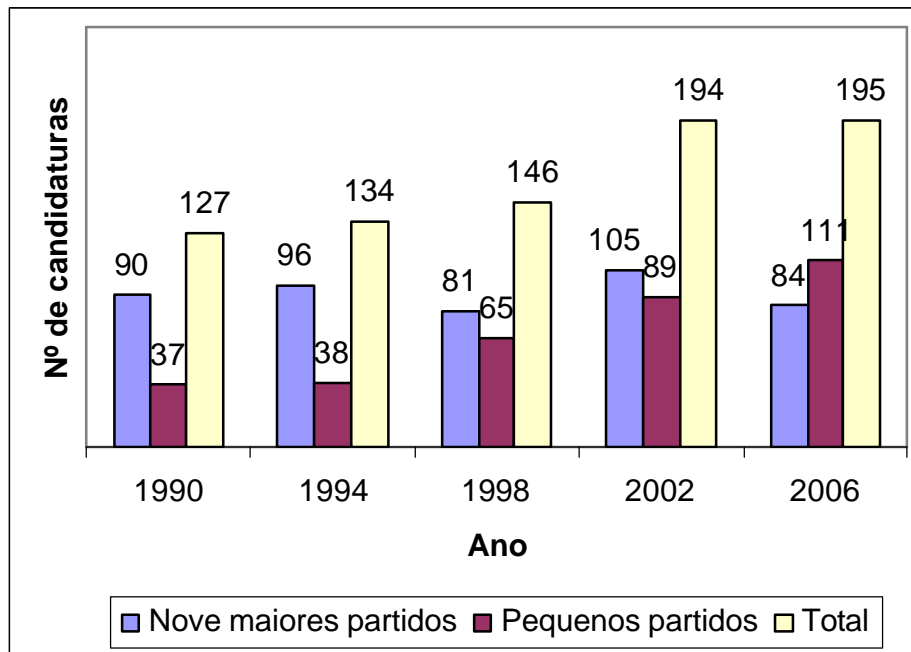
**Gráfico 4.2**  
**Número de partidos que lançaram candidaturas para governador**



O gráfico 4.2 mostra que, contrariamente ao esperado pelo argumento de que a magnitude baixa inibiria a participação dos partidos nas eleições majoritárias, a trajetória do número de partidos que lançam candidatos a governador é ascendente. Esse fato, à primeira vista, poderia ser tomado como sinal de que o mercado para governador é acessível à entrada de novas forças e que, portanto, haveria incentivos para que os partidos continuassem a lançar candidatos nos diferentes distritos.

Há duas lógicas distintas presentes no sistema partidário brasileiro no que diz respeito à entrada estratégica dos partidos políticos. As pequenas legendas não participam do processo de coordenação eleitoral. Trata-se de candidaturas que parecem ser instrumentos para novos postulantes à carreira política. Os competidores mais efetivos levam em consideração os custos de entrada na decisão de lançar ou não candidatos.

**Gráfico 4.3**  
**Número de candidatura para governador por grupo de partido (1990 2006)**



O gráfico acima mostra que há uma diferença substantiva no comportamento dos partidos mais relevantes do sistema partidário-eleitoral brasileiro. A responsabilidade pelo crescimento das candidaturas é exclusiva das estratégias levadas a cabo pelos menores partidos. Essas legendas ou são pouco atraídas pela possibilidade de formação de coligações eleitorais ou não são parceiras muito atraentes para os maiores partidos<sup>40</sup>. Curiosamente, houve um *boom* de candidaturas de micropartidos no momento da adoção da verticalização eleitoral. Era de se esperar que esses partidos fossem menos sensíveis às amarras impostas pela legislação, uma vez que eles participam menos das eleições presidenciais e têm presença territorial mais restrita.

Os partidos mais relevantes sabem que o custo de estratégias pré-eleitorais equivocadas não é pequeno em se tratando de eleições do tipo o “vencedor ganha tudo”.

<sup>40</sup> O comportamento dos micropartidos poderia ser decorrência de uma estratégia de maximização da representação nas eleições legislativas devido aos *coattails effects* do calendário eleitoral (Shugart e Carey, 1992) ou expressariam escolhas mais personalistas de indivíduos querendo crescer na carreira política e utilizariam a visibilidade das eleições majoritárias como porta de entrada para a vida política. Outra possibilidade é a de que essas legendas sejam instrumentos para entrada de indivíduos no mercado político. Dessa forma, esses partidos lançam candidatos para governador, dada a visibilidade e a projeção decorrentes da campanha estadual

Na verdade, o número de candidaturas dos maiores partidos está em declínio mesmo com as amarras da verticalização, o que demonstra que os custos de entrada levam à coordenação entre as elites. Esse número atinge o auge em 105 candidaturas dos partidos relevantes, nas eleições de 2002, mas esse nível não se sustenta nas eleições de 2006, visto que o número de entradas dos partidos relevantes retorna a patamares mais baixos do que aqueles encontrados em 1990.

A fim de reforçar nosso ponto de que os grandes partidos buscam estratégias de coordenação eleitoral e reduzem os lançamentos de candidaturas, mostrarei a redução do peso relativo das entradas dessas legendas.

Os partidos mais relevantes, dessa forma, facilitam a vida do eleitor ao diminuírem a oferta de candidatos.

Assim, ainda que o número bruto de candidaturas nominais seja alto e crescente, essa tendência de crescimento não resiste quando separamos os partidos grandes em relação às microlegendas. Essa separação mostra que a oferta de candidaturas segue tendências opostas. De um lado, as candidaturas de micropartidos estão em movimento crescente; de outro, os grandes partidos apresentam tendência declinante.

A queda da oferta por parte das grandes legendas é indicativa da importância da coordenação pré-eleitoral. Grandes partidos deixam de lançar candidaturas e estão se agrupando sob coligações comandadas por outros grandes partidos.

Nota-se que essa estratégia dos micropartidos não é recompensada do ponto de vista eleitoral. As microlegendas não alteraram significativamente sua participação no bolo do mercado eleitoral estadual.

Vejamos de forma desagregada a quantidade de candidaturas por Estado.

<b>Tabela 4.4</b>						
<b>Quantidade de candidaturas lançadas ao governo estadual pelos nove maiores partidos (1990 -2006)</b>						
	1990	1994	1998	2002	2006	Média
NO						
AC	5	3	3	2	2	3
AP	5	4	3	4	4	4
AM	2	3	1	3	4	2.6
PA	3	3	3	5	3	3.4
RO	3	5	4	5	3	4
RR	4	5	4	1	3	3.4
TO	3	3	3	4	2	3
NE						
AL	1	3	2	3	3	2.4
BA	3	3	3	4	2	3
CE	3	3	3	6	3	3.6
MA	2	3	3	3	4	3
PB	4	4	2	3	2	3
PE	4	4	4	4	3	3.8
PI	3	3	3	4	3	3.2
RN	3	4	3	4	2	3.2
SE	2	2	3	2	3	2.4
CO						
DF	3	4	3	4	3	3.4
GO	3	3	3	4	4	3.4
MT	4	2	3	3	2	2.8
MS	3	3	3	5	2	3.2
SE						
ES	4	2	4	4	2	3.2
MG	4	3	3	4	2	3.2
RJ	4	4	3	4	4	3.8
SP	4	4	5	6	5	4.8
SUL						
PR	3	3	2	5	3	3.2
RS	4	4	3	5	6	4.4
SC	4	4	3	4	4	3.8
<b>TOTAL</b>	<b>90</b>	<b>91</b>	<b>82</b>	<b>105</b>	<b>83</b>	
<b>Média</b>	<b>3.33</b>	<b>3.37</b>	<b>3.03</b>	<b>3.88</b>	<b>3.07</b>	

Fonte: TSE

A tabela 4.4 expressa o processo de coordenação entre os nove maiores partidos nas eleições para governador de forma a restringir o leque de escolhas para o eleitor. Retomemos o argumento institucionalista. Nos sistemas de maioria de dois turnos,

deveríamos encontrar no máximo três partidos/candidaturas efetivas por distrito.

De um total de 135 eleições, 55 tiveram mais do que três candidaturas encabeçadas pelos nove partidos mais relevantes. Trata-se de um universo de 40%. Essa media é puxada para cima devido ao caráter excepcional das eleições de 2002. A disputa de 2002 foi responsável por 30% das eleições para governador que tiveram mais de três candidaturas dos partidos grandes.

Assim, em 60% das eleições para governador no distrito, os grandes partidos no momento pré-eleitoral já chegam ao nível de candidaturas efetivas esperadas pela literatura.

O movimento é de queda com pico em 2002, um *outlier* provavelmente relacionado à verticalização.

Ora, o que a tabela mostra é que, antes do momento eleitoral, esse processo de restrição da competição política em torno de três forças já está delineado. O número de candidaturas dos maiores partidos está muito próximo do limite de partidos esperados nas disputas estaduais.

Isso significa dizer que o estoque informacional –componente central para o voto estratégico– necessário para o eleitor conseguir mapear as chances reais de vitória dos partidos é razoavelmente pequeno.

Até aqui, o trabalho foi verificar que os efeitos da baixa magnitude dos distritos, de fato, são efetivos, conforme esperamos pela conjunção dos fatores mecânicos e psicológicos presentes e decorrentes do formato da disputa.

#### **4.3 Mercados Executivos estaduais: cartelizados ou em mutação?**

O primeiro passo para verificarmos o grau de estabilidade do sistema partidário-eleitoral nos Estados é verificarmos o padrão de entrada dos partidos nos diferentes distritos. A maior instabilidade na dinâmica da oferta partidária disponível aos eleitores expressa o elevado custo dos partidos em apresentar candidatos próprios nos diferentes distritos, o que significa que poucos partidos têm condições de se estabelecer nesses mercados.

Vejamos os dados sobre a oferta de partidos nas eleições para governador no



período. A tabela abaixo mostra o número de candidaturas encabeçadas pelos nove maiores partidos, separadas pelo número de eleições. Dessa forma, cada entrada da tabela expressa o número de partidos que lançaram candidatos em três, quatro e cinco eleições no período. A ideia é verificar quantas legendas lançam candidatos nos distritos de forma sistemática, buscando entender o padrão do formato assumido pelo sistema partidário.

<b>Tabela 4.5</b>			
<b>Número de partidos que lançaram candidatos, por número de eleição (1990-2006)</b>			
	<b>Número de Eleições</b>		
	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
<b>NO</b>			
<b>AC</b>	2	2	2
<b>AP</b>	3	2	0
<b>AM</b>	1	0	0
<b>PA</b>	4	1	1
<b>RO</b>	4	2	0
<b>RR</b>	3	1	0
<b>TO</b>	2	1	1
<b>NE</b>			
<b>AL</b>	2	0	0
<b>BA</b>	3	1	1
<b>CE</b>	4	2	1
<b>MA</b>	2	1	1
<b>PB</b>	2	1	1
<b>PE</b>	4	2	0
<b>PI</b>	4	3	1
<b>RN</b>	3	1	0
<b>SE</b>	2	1	0
<b>CO</b>			
<b>DF</b>	2	1	0
<b>GO</b>	2	1	1
<b>MT</b>	2	2	0
<b>MS</b>	2	1	1
<b>SE</b>			
<b>ES</b>	3	0	0
<b>MG</b>	3	2	2
<b>RJ</b>	4	3	1
<b>SP</b>	4	3	3
<b>SUL</b>			
<b>PR</b>	3	2	0
<b>RS</b>	3	3	2
<b>SC</b>	4	2	1

Fonte: fonte primária TSE dados organizados pelo autor

A mensagem da tabela 4.5 é que as tentativas de entrada dos partidos nos diferentes mercados estaduais estão longe de ter alguma estabilidade no tempo para parte significativa dessas legendas relevantes. O que essa tabela mostra é um intenso processo de coordenação eleitoral entre os maiores partidos. Quanto maior o grau de “exigência” que assumimos, menor o número de legendas. O número de partidos vai decaindo nas linhas, o que expressa a dificuldade de entrar de forma sistemática nos Estados.

Na verdade, em 44% (12/27) dos distritos não há nenhuma legenda que lançou candidatos em todas as cinco eleições ocorridas no período, o que expressa a dificuldade dos partidos em se estabilizarem nos distritos. Em 11 unidades da federação (40%) há ao menos um partido que lança candidato em todas as eleições, ao passo que em três Estados há dois competidores permanentes na disputa executiva estadual. São Paulo é a exceção entre os distritos, visto que três partidos participam sistematicamente de todos os pleitos.

Isso significa que poucas forças atuam de forma estável nos Estados. Os partidos mais relevantes do sistema levam em conta os altos custos de participação de pleitos do tipo “o vencedor ganha tudo” e agem de forma bastante seletiva ao definir sua entrada estratégica. Há uma tendência à cartelização dos sistemas partidários estaduais, vista a partir da estabilidade das ofertas dos partidos, já que poucos partidos têm condições de ser presença constante nos Estados.

A instabilidade na oferta de candidaturas não apenas indica a cartelização da competição nos Estados mas também sugere um dinamismo na coordenação pré-eleitoral das elites políticas estaduais na medida em que partidos buscam entrar nos Estados, mas poucos conseguem se estabelecer em longo prazo. A questão a ser tratada no restante do capítulo é mensurar a real natureza dessa variação nas disputas estaduais.

Poder-se-ia argumentar que, se há uma quantidade significativa de Estados que não possuem nenhuma legenda que disputa todas as eleições, não haveria condições para a cartelização do sistema político.

Pretendo demonstrar que essa instabilidade da oferta nos Estados não é suficiente para sustentar que os distritos estaduais seriam marcados pela ausência de grupos políticos dominantes. Há uma variação mais nominal do que real.

A tabela abaixo mostra esse dinamismo discriminado por Estado, no tocante ao número de partidos que participaram de todas as eleições no período, com o intuito de

melhor visualizar dados dos Estados que serão “problemáticos” do ponto de vista do grau de fluidez de seu mercado eleitoral.

<b>Tabela 4.6</b>				
<b>Número de partidos com candidatos a governador em todas as eleições, por tipo de distrito (1990-2006)</b>				
<b>Tipo do Distrito<sup>41</sup></b>	<b>Número de Partidos</b>			
	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>
Mega	-	BA RJ	MG	SP
Grande	PR PE	CE GO MA PA SC	RS	-
Médio	AL AP AM ES MS PI RN RO RR SE	DF MS PB TO	AC	-
Frequência	12	11	3	1

**Fonte:** dados coletados pelo autor [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br) Banco de dados Iuperj.  
<http://jaironicolau.iuperj.br/>

A perspectiva do trabalho é que há uma relação inversa entre o número de partidos que participaram sistematicamente das eleições durante todo o período e o grau de instabilidade do mercado Executivo estadual. Dessa forma, esperamos que os Estados que não tiveram nenhum partido lançando candidatos em todas as eleições estejam mais sujeitos à abertura dos seus mercados. Se nenhum partido lança candidatos com essa frequência, isso significa que nenhuma organização conseguiu se consolidar no distrito e, portanto, há espaço para investimento de novos atores.

Nota-se que grande parte dos Estados nos quais não há nenhum partido que lançou candidaturas em todas as eleições tem colégio eleitoral pequeno. Trata-se de uma dinâmica característica dos distritos médios, de acordo com a classificação proposta por Nicolau (1996). Amapá, Alagoas, Mato Grosso, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Sergipe, Alagoas, Espírito Santo e Piauí estão entre os Estados de baixa magnitude. Paraná e Pernambuco é que fogem à regra, devido a mudanças de partido de suas lideranças (PR) ou por serem moedas de troca nas candidaturas para as eleições

<sup>41</sup> Trata-se da clássica classificação desenvolvida por Nicolau (1996). A classificação do autor é a seguinte: Mega Distritos: SP, MG, RJ e BA.; Grande Distritos: RS, PR, PE, CE, MA, PA, GO e SC; Distrito Médio: PB, ES, PI, AL, RN, MT, MS, DF, AM, SE, RO, AC, AP, RR.

presidenciais (PE<sup>42</sup>). De toda forma, não há nenhum mega distrito sem nenhuma legenda participando de todas as eleições.

A hipótese do trabalho é que parte dessa baixa estabilidade na oferta de partidos em número significativo de Estados se deve à articulação entre as eleições majoritárias estaduais e o pleito à Presidência. Nesse sentido, a concentração de Estados pequenos entre aqueles com maior instabilidade de ofertas estaria associado a seu peso relativo diminuto nas eleições para presidente. Esses Estados pequenos são acessórios para a construção de candidaturas vitoriosas; assim, os partidos que sistematicamente lançam candidatos pelos distritos podem deixar de entrar ou mesmo abrir espaço para seus coligados na disputa desse local.

Ora, mas se essa relação, de fato, se comprovar verdadeira, iremos concluir pela instabilidade da política estadual. Ainda persistem as dificuldades da tese aqui delineada. A próxima etapa diz respeito a verificar o número de partidos que vencem eleições, para verificar se essa aparente abertura, fruto da não-estabilidade dos concorrentes, reflete-se em variação dos que, de fato, são vitoriosos.

A tabela abaixo mostra a frequência de Estados que apresentaram determinados números de partidos vencedores para governador no período, bem como os discrimina por tipo de distrito.

<b>Tabela 4.7</b>				
<b>Número de Partidos Vencedores para governador por magnitude do distrito (1990-2006)</b>				
<b>Tipo do Distrito</b>	<b>Número de Partidos Vencedores</b>			
	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
Mega	BA SP	MG	RJ	-
Grande	CE MA	GO PA PR PE SC	RS	-
Médio	AC PB	AP MS PI RN TO	AL AM DF MT RR SE	ES RO
Frequência	6	11	8	2

**Fonte:** dados coletados pelo autor [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br) Banco de dados Iuperj.  
<http://jairicolau.iuperj.br/>

<sup>42</sup> Ver capítulo anterior

Relembremos os critérios que informam o conceito de estabilidade com o qual estamos trabalhando. Os Estados com sistemas partidários instáveis, do ponto de vista da instabilidade, são aqueles que tiveram mais de três partidos obtendo vitórias. Isso se deve ao fato de que, em sistemas de dois turnos, a magnitude da disputa, em primeiro turno é de três partidos, conforme previsão da regra “M + 1”.

Por esses critérios, teríamos dez Estados supostamente caracterizados pela instabilidade das identidades dos atores relevantes. Alagoas, Amazonas, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Roraima, Sergipe, Espírito Santo e Rondônia formam o universo dos nossos Estados problemáticos<sup>43</sup>.

Entre os dez Estados classificados como instáveis por meio desse critério, oito pertencem ao universo dos chamados distritos médios, que têm peso relativo diminuto para as eleições presidenciais. Assim, a explicação sugerida pela tese é que, dado o peso irrisório desses Estados no plano nacional, os partidos que atuam na disputa nacional não têm interesse fundamental de participar diretamente das disputas nesses distritos.

Esses Estados têm mais chances de receber candidaturas fora da clivagem presidencial, uma vez que servem como moeda de troca com partidos satélites na disputa presidencial. Uma candidatura vitoriosa nesses distritos traz benefícios pontuais para os partidos que polarizam a competição federal. Quanto mais “federalizada” a disputa no Estado, maior a chance de estabilidade dos atores preponderantes em nível local.

Se tomarmos como base os candidatos vencedores, e não os partidos, iremos perceber que essa suposta instabilidade do sistema partidário é bem menor do que a revelada até aqui.<sup>44</sup> Em outros termos, as migrações partidárias da elite local superestimam as mudanças ocorridas no cenário político local. Se seguirmos candidatos e seus grupos políticos nos Estados, veremos que poucos são os competidores efetivos em cada distrito.

Os políticos dominantes nos Estados venceram disputas por partidos diferentes no período analisado. Há um dinamismo do ponto de vista das legendas que ascendem ao

---

<sup>43</sup> Nota-se que, se medirmos instabilidade pelo critério institucionalista que toma como indicador apenas o formato partidário, independentemente das identidades dos partidos, os Estados problemáticos seriam: Amapá, Rondônia, Distrito Federal, Rio de Janeiro e São Paulo, pois a média do número efetivo de partidos no período seria maior do que três.

<sup>44</sup> O suposto da análise é que os diferentes candidatos representam diferentes grupos políticos. Dessa forma, os termos serão utilizados de forma intercambiáveis no texto.

poder que esconde essa estabilidade das lideranças estaduais.

O que se segue é uma descrição do processo migratório das lideranças naqueles Estados que apresentaram um padrão alternância de partidos no poder fora do que era esperado pela perspectiva adotada pelo trabalho.

Em Rondônia, uma dessas mudanças de partido deve-se à migração partidária do governador Ivo Cassol, que foi eleito pelo PSDB, em 2002, e se reelegeu pelo PPS. O mesmo cenário é válido para o Espírito Santo. O atual governador Paulo Hartung se elegeu pelo PSB em 2002 e disputou a eleição seguinte pelo PMDB.

No Amazonas, o número real de grupos políticos com acesso ao controle do Estado está, no fundo, restrito a três partidos, uma vez que o ex-governador Amazonino Mendes foi eleito uma vez pelo PPR (1994) e posteriormente pelo PFL (1998). O mesmo aconteceu com o atual governador Eduardo Braga, que mudou do PPS para o PMDB entre 2002 e 2006.

O cenário no Distrito Federal apresentou a mudança de partido do governador Joaquim Roriz, que foi eleito pelo PTR, em 1990 e posteriormente retomou o controle do governo pelo PMDB, em 2002. No Mato Grosso, no fundo, três partidos diferentes venceram eleições no Estado, já que o ex-governador Dante Oliveira migrou do PDT para o PSDB entre 1994 e 1998.

No Rio de Janeiro, no fundo, três grupos políticos se alternaram no poder. A eleição de Rosinha Garotinho pelo PSB em 1998 foi fruto da mudança de partido de seu marido e articulador político, Anthony Garotinho, governador do Estado eleito pelo PDT. Em Roraima, temos no fundo três candidatos com acesso ao governo, já que dois governadores eleitos o fizeram em partidos diferentes. Ottomar Pinto venceu as eleições em 1990 pelo PTB, e em 2006 assumiu o poder pelo PSDB. O ex-governador Neudo Campos se elegeu em 1994 pelo PTB, mas se reelegeu filiado ao PPB após mais uma migração partidária.

O mesmo fenômeno torna mais nítido o cenário estadual em Estados que apresentaram uma instabilidade mais moderada. Em Sergipe, o ex-governador João Alves se elegeu pela primeira vez em 1990 pelo PMDB, e alcançou um segundo mandato, em 2002, pelo PFL.

No Paraná o ex-governador Jaime Lerner se elegeu pelo PDT, em 1994, e se

reelegeu pelo PFL em 1998. O ex-governador Siqueira Campos, do Tocantins, fez um movimento semelhante ao trocar o PPR, legenda que o elegeu em 1994, pelo PFL, onde obteve sua reeleição.

A tabela abaixo sintetiza a classificação da estabilidade das clivagens dominantes controladas pela mudança de legenda das elites partidárias, ou seja, estamos trabalhando não mais com partidos, mas com os “grupos políticos” das lideranças estaduais.

<b>Tabela 4.8</b>				
<b>Número de “grupos políticos” vencedores nas eleições para governador, por tipo de distrito (1990-2006)</b>				
<b>Tipo do Distrito</b>	<b>Número de “grupos políticos”</b>			
	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
Mega	BA SP	MG RJ	-	-
Grande	CE MA PR	GO PA PE SC	RS	-
Médio	AC PB TO	AM AP DF MT MS PI RN RR SE	AL ES RO	-
Frequência	8	15	4	0

**Fonte:** dados coletados pelo autor [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br) Banco de dados Iuperj.  
<http://jaironicolau.iuperj.br/>

O dado mais relevante a ser notado na tabela 4.8 é a alteração na frequência do número de vencedores por distrito em comparação com a tabela anterior. Quando trabalhamos com os partidos como unidades, tal como na tabela 4.7, dez unidades da federação estariam fora do limite esperado pela perspectiva da literatura. Aqui, uma vez que tomamos as mudanças de partido das lideranças estaduais, temos apenas quatro (AL, ES, RO e RS) distritos fora do limite esperado a partir do conceito de estabilidade utilizado no trabalho. Nota-se que nenhum desses Estados faz parte do grupo dos mega distritos.

A existência de três forças políticas participando efetivamente da disputa nos Estados condiz com o modelo da coordenação eleitoral em sistemas de dois turnos. Esses três partidos não têm incentivos para deixar a disputa, visto que são efetivas suas chances de vitória. O mesmo raciocínio é válido para os eleitores dessas três forças. Do ponto de vista da ação estratégica, os simpatizantes dessas forças políticas deveriam votar de

forma estratégica no primeiro, turno vistas as possibilidades de vitória de seu candidato, que expressa sua primeira preferência.

De acordo com esse critério, teríamos, então, 85% dos Estados preenchendo os requisitos de estabilidade do sistema partidário-eleitoral.

O próximo passo é medir a estabilidade das clivagens a partir da alteração das duas principais forças políticas nos Estados.

<b>Tabela 4.9</b>				
<b>Número de Estados e tipo de mudança em relação ao pleito anterior, por ano (1994-2006)</b>				
	<b>1994</b>	<b>1998</b>	<b>2002</b>	<b>2006</b>
<i>Status Quo</i>	1	4	7	9
Mudança Parcial	13	16	15	11
Mudança Total	13	7	5	7

**Fonte:** dados coletados pelo autor [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br)

Tendo em vista esse objetivo, criei três grupos para agrupar o tipo de mudança estabelecida por uma eleição em relação ao resultado anterior relativo às duas primeiras posições nas eleições para governador em cada distrito. Em outros termos, o que acontece com a identidade dos partidos?

Para isso, contei o número de eleições em que houve alteração nos dois primeiros colocados. Quanto maior for o número de eleições que alteram a legenda dos dois primeiros colocados, maior o grau de instabilidade das identidades que dominam as disputas nos Estados. O grupo *status quo* se refere às eleições que mantêm a identidade dos partidos que estiveram nas duas primeiras posições. Mudança parcial ocorre quando há alteração de um dos partidos que polarizaram a disputa anterior. A categoria mudança total se refere à alteração completa dos dois primeiros lugares em relação à disputa anterior.

A tabela 4.9 permite apontar três características relativas à estabilidade das clivagens nos Estados. O primeiro ponto a ser destacado é que há um dinamismo maior nas disputas do que aquele encontrado nas eleições presidenciais. A mudança parcial concentra o maior número de Estados. A segunda tendência se refere ao declínio da frequência dos Estados com mudanças totais, o que mostra aumento da resistência das



clivagens estaduais, reforçadas pelo aumento do número de Estados que repetem integralmente a clivagem em relação à disputa anterior

Tomemos agora como unidade de análise as eleições realizadas no período em seu conjunto, e não mais para o número dos Estados, como na tabela anterior. Aqui, vamos trabalhar apenas com as eleições que apresentaram mudança total em relação ao pleito anterior. As 27 eleições realizadas em 1990 não serão computadas no universo de análise, visto que elas são o ponto de partida da análise. De um total de 135 eleições realizadas no período, o universo total é composto das 108 eleições realizadas no período.

Desse total, 32 eleições alteraram a clivagem política cristalizada na eleição anterior. Esse número representa um universo de 29% de eleições. Todavia, o número de eleições que representaram uma mudança total da clivagem estabelecida no pleito antecedente –indicador do grau de resiliência das clivagens estaduais– está superdimensionado, tendo em vista as mudanças. Se levarmos em consideração o processo de troca de legendas, veremos que, em dez delas, essa alteração pode ser explicada por estratégias das elites que migraram para outras agremiações. Isso significa dizer que em apenas 19% (20/108) essa alteração total expressou mudanças total das lideranças que polarizaram a disputa.

<b>Tabela 4.10</b>					
<b>Número de eleições com mudança total em relação ao pleito anterior, por tipo de distrito (1994-2006)</b>					
<b>Tipo do Distrito</b>	<b>Número de eleições</b>				
	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>
Mega	BA	MG SP	RJ	-	-
Grande	CE GO MA SC	PA PE RS	PR	-	-
Médio	PB PI TO	AC AP DF RN SE	MT MS RO RR	AL AM	ES
Frequência	8	10	6	2	1

**Fonte:** dados coletados pelo autor [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br) Banco de dados Iuperj.  
<http://jairnicolau.iuperj.br/>

A tabela 4.10 discrimina os Estados tendo como critério a quantidade de eleições caracterizadas pela mudança total em relação à clivagem resultante da eleição anterior. A tendência geral é de estabilidade das clivagens que dominam as eleições para governador. Em 18 (66%) unidades da federação, ou não houve eleição que alterasse completamente o alinhamento partidário anterior ou essa mudança mais expressiva ocorreu em apenas uma oportunidade. Alterações mais significativas nos dois primeiros lugares aparecem em 33% dos Estados.

Nota-se que os Estados que apresentaram maior variação pertencem à categoria de distrito médio. Além disso, Alagoas e Espírito Santo, que apareceram anteriormente como exemplos de distritos instáveis caracterizados por clivagens políticas pouco resilientes, novamente aparecem como exemplos de instabilidade do seu mercado eleitoral.

O padrão dessa tabela sofreria uma ligeira alteração se incluíssemos o número de eleições em que a estratégia eleitoral das elites estaduais incluiu mudança de partidos. O número de eleições com total mudança nos partidos que polarizaram as eleições cai no Amazonas e em Rondônia (duas eleições), no Espírito Santo, em Minas Gerais, no Mato Grosso, no Paraná, no Rio de Janeiro e em Roraima (uma eleição). Vejamos a distribuição dos Estados a partir do critério do número de eleições com mudança total em relação ao *status quo* anterior.

<b>Tabela 4.11</b>					
<b>Número de Estados com mudança total nos dois primeiros lugares em relação ao pleito anterior, por tipo de distrito (1994-2006)</b>					
<b>Tipo do Distrito</b>	<b>Número de eleições</b>				
	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>
Mega Grande	BA MG CE GO MA PB PI SC	RJ SP PA PR PE RS	-	-	-
Médio	AC AM TO RO	AP DF MT RN RR SE	MS	AL ES	-
Frequência	12	12	1	2	0

**Fonte:** dados coletados pelo autor [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br) Banco de dados Iuperj.  
<http://jaironicolau.iuperj.br/>

A tabela se organiza em cinco colunas, organizadas de forma a expressar um *continuum* de maior resiliência das clivagens estaduais em direção ao polo de instabilidade. Assim, em um extremo, na primeira coluna se encontrariam os casos com maior resistência de pelo menos uma das partes da clivagem política; na última coluna, estaria a total instabilidade das disputas nos Estados. A nova configuração mostra como há uma concentração dos Estados nas duas primeiras colunas, o que demonstra que não há alterações entre uma eleição e outra das legendas que polarizaram a disputa. No total de 24 Estados, ou não houve eleição com mudança total ou houve apenas em um caso. Isso significa que as mudanças nas clivagens dominantes nos Estados preservam pelo menos um dos polos.

Os números mostram que as alterações na clivagem dominante desenhada no pleito anterior são poucas e restritas àqueles Estados que apontavam para a instabilidade da clivagem dominante a partir das evidências da entrada estratégica nos Estados.

É interessante observar que Alagoas e Espírito Santo são Estados que continuam demonstrando um padrão de pouca resistência dos conflitos partidários nas eleições executivas. A tabela 4.11 mostra que não seria apenas a dinâmica da oferta de candidatos que explicaria a peculiaridade desses dois Estados. O eleitorado parece mais propenso a aceitar as novas alternativas que se apresentam a ele em cada eleição.

O Rio Grande do Sul continua a ser o Estado cujo padrão da competição majoritária não pode ser explicado pelo tipo de explicação fornecida por esta tese. O Estado tem características necessárias, no interior desse argumento (eleitorado grande e existência de oferta constante dos mesmos partidos lançando candidato a governador), para apresentar estabilidade das identidades partidárias que conquistam cadeiras.

### **Considerações finais**

O capítulo teve como objetivo demonstrar que o sistema partidário-eleitoral nos Estados, em sua dimensão majoritária, não apenas possui formato partidário dentro dos parâmetros considerados estáveis pela literatura institucionalista como estáveis mas também possui elevada resiliência das clivagens políticas que polarizam as disputas para governador.

O argumento da tese é que é a ação estratégica das elites locais que determinam o grau de consistência das clivagens nos Estados. As evidências empíricas cotejadas mostraram que paralelamente à concentração de votos e de Estados conquistados pelos três partidos com ambição executiva, ocorreu uma diminuição no número absoluto de candidaturas dos nove maiores partidos. Isso significa que os partidos mais relevantes do sistema partidário brasileiro estão criando estratégias coordenadas de entrada em mercados eleitorais cuja taxa de insucesso é significativamente elevada.

Em outros termos, é a primeira etapa do jogo eleitoral a variável chave para medir o grau de resiliência da clivagem nos Estados. Os partidos usufruem da vantagem *vis-à-vis* o eleitorado de fazer o primeiro movimento do jogo eleitoral. As elites políticas é que definem o que será oferecido aos “consumidores” no momento da eleição. A capacidade dos eleitores de encontrar alternativas efetivas caso eles estejam descontentes é razoavelmente pequena, visto que os partidos possuem um padrão instável de ofertas sistemática de candidaturas; poucos são os partidos que têm capacidade de lançar candidaturas de forma sistemática.

Assim, as clivagens políticas nos Estados possuem estabilidade na identidade, o que permite afirmar que o mercado é razoavelmente fechado e oligopolizado. Apenas quatro Estados estiveram fora do padrão de estabilidade das identidades das elites locais. Esses casos não expressam suposta fragilidade organizacional dos partidos, tampouco instabilidade das preferências dos eleitores devido às baixas taxas de identificação partidária que criaria vínculos entre partidos e eleitores (Mainwaring, 2001).

Os sistemas partidários estaduais possuem diferenças. Não se trata de um sistema equivalente ao sistema partidário presidencial, mas a diferença entre os dois níveis é tão somente de grau e não de tipo.

O maior dinamismo encontrado nos níveis locais era esperado devido aos custos de entrada, que são menores em nível estadual e, portanto, possuem efeito inibidor mais suave.

A eleição presidencial é outro fator que intervém na estabilidade das clivagens políticas em nível estadual por meio da influência no lançamento de candidaturas para governador como forma de sustentar uma campanha nacional. O efeito para a estabilidade da competição política nos Estados é dúbio. A direção do impacto das

eleições presidenciais varia com o tamanho do eleitorado que vai definir o grau de federalização da disputa. Os partidos que entram na disputa federal dão ênfase na disputa presidencial devido ao número de votos em jogo. Assim, os partidos tendem a estabilizar e aprofundar suas bases eleitorais nos grandes distritos, seja por meio de sua candidatura ou pelo apoio aos partidos com tradição em determinados Estados. Nos Estados menores, essa política é mais fluida. Eles servem como moeda de troca para atração parceiros que não têm condições de adentrar o mercado presidencial e se contentam em obter Estados específicos. Não por um acaso, Alagoas, Espírito Santo e Rondônia –três distritos pequenos– estão entre aqueles casos de instabilidade.

A migração partidária é outra variável que diferencia a estabilidade das identidades partidárias no plano federal e no estadual. Os Estados combinam estabilidade dos grupos políticos com migração partidária.

A leitura mais tradicional toma a migração como expressão da fraqueza do sistema partidário. O suposto do trabalho é que esse é um mecanismo de disputa de mercado desenhado pelos partidos políticos.

Esse não é o ponto central da discussão. O ponto é que as clivagens políticas são resistentes também no nível estadual.

## **Conclusão**

Esta tese buscou contribuir para o entendimento da evolução do sistema partidário-eleitoral brasileiro tendo como perspectiva analítica o olhar para a competição política a partir das eleições executivas, especialmente as eleições presidenciais. O pressuposto do trabalho é que essas eleições são as mais relevantes, tanto para as elites políticas como para os eleitores. Se isso é verdade, espera-se que os pleitos majoritários exerçam um peso importante da definição do formato da disputa eleitoral nos diferentes distritos.

Quando se parte das eleições legislativas, a característica marcante do sistema partidário brasileiro é a alta fragmentação. O foco nas eleições majoritárias revelou baixa fragmentação em virtude da existência de coordenação pré-eleitoral. Em outros termos, as eleições majoritárias transcorrem dentro do padrão esperado pela literatura institucionalista.

A baixa fragmentação das eleições presidenciais já havia sido notada e frisada por alguns analistas do cenário eleitoral brasileiro. Sendo assim, a modesta contribuição desta tese é a identificação de uma faceta pouco notada nas explicações correntes, chamando atenção para as complexas relações assumidas pelos partidos no interior do sistema político brasileiro.

A explicação para o processo de coordenação eleitoral encontrado nas eleições majoritárias apresentada na tese privilegiou o momento pré-eleitoral, isto é, a entrada estratégica dos partidos em diferentes competições e distritos. Se o jogo eleitoral é composto de dois momentos, minha opção analítica foi jogar luz no comportamento de nossas elites políticas.

O mecanismo explicativo apresentado tem origem nos custos de entrada decorrentes da baixa magnitude distrital em eleições marcadas pelo jogo do soma zero. Em eleições dessa natureza, dado o alto custo da participação nesses pleitos, a decisão estratégica relativa a participar ou não e em que distritos assume importância central.

A tese procurou demonstrar, em um primeiro momento, os efeitos decorrentes da baixa magnitude. Dessa forma, a análise da entrada estratégica dos nove partidos

relevantes do sistema político brasileiro (PT, PSB, PDT, PMDB, PSDB, PTB, PL, PP e PFL) demonstrou a existência de uma divisão do trabalho no interior do sistema político brasileiro. Os partidos são seletivos em suas tentativas de entrada no mercado eleitoral majoritário. Trata-se de uma disputa que é restrita, distrito a distrito, a poucas forças relevantes.

O padrão de entrada dos partidos nesse mercado originou uma diferenciação entre essas legendas. A primeira categoria é composta por partidos com “ambição executiva”, isto é, caracterizados pela significativa participação nas competições executivas ao longo do tempo e em quantidade elevada de distritos. Nessa categoria se encontram PT, PSDB e PMDB. A coordenação eleitoral existente nos pleitos majoritários beneficia, em nível federal, as duas primeiras legendas, ao passo que, em nível estadual (e um processo menos evidente), os efeitos distributivos da coordenação eleitoral se direcionam a essa tríade de legendas.

Uma segunda categoria se refere aos chamados partidos acessórios, isto é, que aparecem como apoio dos partidos mais relevantes em nível nacional e buscam penetrar em nichos específicos aliados aos grandes competidores em nível federal. Aqui, encontraremos o PDT, PSB e o PFL. Os dois primeiros aparecem como parceiros do PT no campo esquerdista, ao passo que o último aparece como coadjuvante no polo da centro-direita.

Por fim, temos os partidos fundamentalmente legislativos, ou seja, que deixaram de participar com candidatura própria das eleições executivas. Esses partidos parecem se beneficiar exclusivamente do quinhão adquirido nas eleições proporcionais. Grosso modo, em troca de coligações nas disputas legislativas, esses partidos entram na coligação de outras agremiações no plano majoritário. PTB, PL e PP são exemplos de legendas dessa natureza.

A questão substantiva que informou a análise desenvolvida no trabalho foi a prevalência da clivagem política nas eleições presidenciais. PT e PSDB, a partir de 1994, concentraram a esmagadora maioria dos votos no pleito nacional. Esse fato é tão perceptível que a literatura especializada não fez maiores esforços no sentido de encontrar uma explicação mais geral para esse processo.

A escolha dessa questão teve como motivação analítica a possibilidade de nos

debruçarmos sobre a articulação das eleições presidenciais com as demais disputas eleitorais presentes no jogo eleitoral brasileiro. A busca do entendimento da resiliência da clivagem PT/PSDB mostrou que a conexão mais efetiva entre os níveis do sistema eleitoral se dá por meio da relação das eleições majoritárias.

O argumento do trabalho é que as candidaturas presidenciais bem-sucedidas são marcadas por seu caráter nacional. Em outros termos, a campanha ao Executivo federal deve contar com apoio de bases políticas nos diferentes distritos. A extensão territorial do Brasil pede a construção de palanques por todo o território. O mecanismo político principal que serve como instrumento para a nacionalização dessas candidaturas consiste nas disputas para governador.

A estratégia assumida por PT e PSDB foi reproduzir nos Estados a clivagem política do pleito presidencial. Trata-se da federalização das competições para governador. Essa replicação se dá tanto por meio de candidaturas próprias como pelo apoio de cada um desses polos a candidaturas de outras legendas que estejam em oposição a seu adversário no plano nacional. Esse argumento é caudatário da visão institucionalista, segundo a qual a análise das eleições em distritos nacionais deve englobar a articulação estratégica da entrada nos distritos locais (Cox, 1997).

Isso não significa que as eleições estaduais estejam presas à disputa federal. Há conflitos no interior dos partidos. O ponto é que quanto mais eficiente for esse processo de articulação, melhor será a sorte dessas legendas em nível nacional.

O outro ponto levantado pela tese foi a constatação da resiliência (embora o processo ainda não esteja devidamente delineado) das clivagens políticas quando tomamos os Estados como objetos de análise. Contrariamente ao argumento mais conhecido, os sistemas políticos estaduais estão caminhando rumo à cristalização das clivagens dominantes.

Grosso modo, esses foram os principais achados da tese. O ponto que gostaria de salientar na conclusão do trabalho diz respeito aos limites inerentes ao argumento apresentado. Aqui, gostaria de chamar a atenção para o que parece mais relevante, uma vez que um entendimento global das interconexões do sistema partidário-brasileiro é tarefa para o conjunto dos pesquisadores.

O primeiro ponto diz respeito aos limites da escolha analítica do trabalho. O



movimento de concentração de votos em torno de poucas legendas, descrito na tese, é a expressão de um processo de coordenação eleitoral que, por sua vez, pode ser decorrente tanto de uma ação estratégica das elites como do voto estratégico dos eleitores.

Posta em outros termos, a disjuntiva é a seguinte. No primeiro caso, a concentração ocorreria porque as elites políticas antecipariam a distribuição de preferências eleitorais entrando apenas nas disputas eleitorais nas quais a chance de sucesso é alta. No segundo caso, o processo decorreria da ação dos eleitores, que, em meio a um número significativo de ofertas partidárias, concentrariam seus votos em um número restrito de candidatos.

Na verdade, o resultado final é decorrente da ação tanto das elites como dos eleitores. A questão a ser entendida é a medida em que a ação das elites políticas facilita a vida dos eleitores ao restringir o número de alternativas disponíveis e, portanto, reduzindo o nível de informação de que o eleitor necessita para definir seu voto. Além disso, ao diminuir a oferta de partidos presentes no mercado eleitoral, as elites políticas contribuiriam para a importância dessa primeira etapa do processo eleitoral, reduzindo significativamente os potenciais beneficiários do processo de coordenação.

Em outros termos, o trabalho tratou da coordenação eleitoral sem incorporar um ator. As palavras de Cox (1997:) ao comentar as possíveis falhas de coordenação eleitoral em sistemas majoritários apontam para os pressupostos da ação dos eleitores:

*“Em suma, o modelo sugere que as falhas para chegar à redução na votação do terceiro partido esperado pelo teorema podem surgir de (1) presença de eleitores que não agem de forma míope e racionalmente instrumentalizados, (2) ausência de informação pública sobre preferências e intenção de votos, (3) crença pública de que há um vencedor definido ou (4) presença de eleitores que desejam intensamente sua primeira escolha e são indiferentes entre as demais opções”.*

O que a passagem demonstra é que as elites políticas, de fato, podem contribuir para a coordenação eleitoral no nível do eleitorado, sobretudo quando nos concentramos no item três enumerado por Cox. A crença pública sobre a existência de um vencedor passa, entre outras coisas, pelo estabelecimento de um número de candidatos minimamente inteligível para os eleitores. As escolhas das elites influenciam os requisitos

informativas para a vigência desse modelo.

Ainda, a passagem mostra que certos atributos do eleitorado são fundamentais para o êxito da coordenação eleitoral. O trabalho não consegue captar essa dimensão. Um estudo minimamente satisfatório da coordenação eleitoral deve passar pelo entendimento do comportamento do eleitor, especialmente na questão central de nossa análise que é a articulação entre as eleições presidenciais e a disputa para governador. A comprovação cabal do sucesso das estratégias das elites passa pelo levantamento de evidências empíricas quanto ao comportamento do eleitor.

A outra questão que expressa os limites analíticos da tese diz respeito às interpretações sobre a questão substantiva. O que a análise procurou demonstrar foi o mecanismo eleitoral responsável pelo sucesso dos partidos dominantes em nível nacional. Há uma série de outros fatores \_tais como temas de agenda, cenário econômico e características pessoais dos candidatos\_ que influenciam o sucesso de uma candidatura.

O outro ponto diz respeito ao grau de estabilidade dos sistemas partidários estaduais. O fenômeno é extremamente complexo, e a abordagem utilizada permitiu apenas um apanhado geral para direcionar futuras pesquisas localizadas que deem conta do processo em cada distrito. Há uma enormidade de fatores que contribuem para o formato partidário estadual, especialmente nas variáveis relativas às barganhas ocorridas na definição das candidaturas. Além disso, os distritos estaduais possuem uma variação de tamanho que é importante para o entendimento da competição estadual.

Se os distritos são diferentes entre si, as relações de cada um deles com a disputa federal devem ser marcadas por diferenças importantes. O trabalho teve como preocupação estabelecer alguns pontos gerais da relação entre as esferas.

Espero ter contribuído para a rica literatura sobre a competição política. O desejo é que esta tese tenha lançado novas questões para esse debate.

## Referências Bibliográficas

ABRUCIO, Fernando. (1998). Os Barões da Federação: O Poder dos Governadores no Brasil Pós-Autoritário. São Paulo, Hucitec/DCP-USP.

ALDRICH, John. (1995). *Why Parties? – The Origins and Transformation of Political Parties in America*. Chicago, The University of Chicago Press.

AMES, Barry (1994). “A Organização Partidária Local nas Eleições Presidenciais Brasileiras de 1989”. Dados – Revista de Ciências Sociais, vol. 37, nº 1, pp. 05-41.

ARAÚJO, Maria Celina. (1982). O Segundo Governo Vargas 1951-1953 – Democracia, Partidos e Crise Política. Rio de Janeiro, Zahar.

BRAGA, Maria do Socorro. (2006). O Processo Partidário-Eleitoral Brasileiro –Padrões de Competição Política (1982-2002).

CHEIBUB, José A. e LIMONGI, Fernando. (2002). “Democratic Institutions and Regime Survival: Parliamentary and Presidential Democracies Reconsidered”. *Annual Review Political Science*, n. 5, pp.151-179.

CARAMANI, Daniele. (2004). *The Nationalization of Politics*. New York, Cambridge University Press.

CARREIRÃO, Yan. (2004). A Eleição Presidencial de 2002: Uma Análise Preliminar do Processo e dos Resultados Eleitorais”. *Revista de Sociologia e Política*, 22, pp. 179-94.

COX, Gary. (1997). *Making Votes Count – Strategic Coordination in the World’s Electoral Systems*. New York, Cambridge University Press.

\_\_\_\_\_. (1999). “Electoral Rules and Electoral Coordination”. *Annual Review of Political Science*, vol 2, pp. 145-61.

\_\_\_\_\_. (2005). *Electoral Institutions and Political Competition – Coordination, Persuasion and Mobilization*. In: C Menard e M. Shirley (eds). *HandBook of New Institutions Economics*, pp. 69-89.

DUVERGER, Mauricio. (1951). *Os Partidos Políticos*. Rio de Janeiro, Zahar.

\_\_\_\_\_ e MCCUBBINS, Matthew. (2001). “The Institutional Determinants of Economic Policy Outcomes”. In: Sthepan Haggard e Matthew McCubbins (eds). *Presidents, Parliaments, and Policy*. Cambridge, Cambridge University Press.

DOWNS, Anthony (1999). *Uma Teoria Econômica da Democracia*. São Paulo, Edusp.

GOLDER, Matt. (2006). “Presidential Coattails and Legislative Fragmentation”. *American Journal of Political Science*, vol 50, nº 1, pp. 34-48.

EPSTEIN, Leon D. (1986). *Political Parties in the American Mold*. Madison, University of Wisconsin Press.

FIGUEIREDO, Argelina e LIMONGI, Fernando. *Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional*. Rio de Janeiro, FGV/FAPESP.

FILIPPOV, Mikjail, ORDESHOOK, Peter e SHVETSOVA, Olga. (1999). “Party Fragmentation and Presidential Elections in Post-Communist Democracies”. *Constitutional Political Economy*, 10, pp. 03-26.

HAGGARD, Stephan e MCCUBBINS, Mathew D (2001). *Presidents, Parliaments, and Policy*. Cambridge, Cambridge University Press.

JONES, Mark P. (2004). “Electoral Institutions, Social Cleavages, and Candidate

Competition in Presidential Elections”. *Electoral Studies*, 23, 1, pp. 73-106.

JONES, Mark e MAINWARING, Scott. (2003). The Nationalization of Parties and Party Systems: An Empirical Measure and an Application to the Americas," *Party Politics*, 9, pp. 139-166.

KATZ, Richard. e MAIR, Peter. (1997). “Party Organization, Party Democracy, and the Emergence of the Cartel Party”. In: Peter Mair, *Party Systems Chance: Approach and Interpretations*. Oxford, Oxford University Press.

KINZO, Maria D’Alva. (2004). “Partidos, Eleições e Democracia no Brasil pós-1985”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol 19, nº54, pp. 23-40.

\_\_\_\_\_. (2005). “Os Partidos no Eleitorado: Percepções Públicas e Laços Partidários no Brasil”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol 20, nº57, pp.65-81.

KIRCHHEIMER, Otto. (1972). “The Transformation of The Western European Party Systems”. In: Joseph Lalombara e Myron Weiner (eds), *Political Parties and Political Development*. Princeton, Princeton University Press, pp. 177-200.

KRAUSE, Silvana. (2005). “Uma Análise Comparativa das Estratégias Eleitorais nas Eleições Majoritárias (1994-1998-2002): Coligações Eleitorais X Nacionalização dos Partidos e do Sistema Partidário Brasileiro. ”. In: Rogério Schmitt e Silvana Krause (orgs), *Partidos e Coligações Eleitorais no Brasil*. São Paulo, Adenauer/UNESP, pp. 115-142.

LAMOUNIER, Bolívar. (1990). “Antecedentes, Riscos e Possibilidades do Governo Collor”. In: Bolívar Lamounier (org), *De Geisel a Collor: o Balanço da Transição*. São Paulo, IDESP/Sumaré, pp.13-35.

\_\_\_\_\_ e MENEGUELLO, Rachel. (1986). *Partidos Políticos e Consolidação Democrática: o Caso Brasileiro*. São Paulo, Brasiliense.

LAVAREDA, Antonio. (1991). *A Democracias nas Urnas – o Processo Partidário-Eleitoral Brasileiro 1945-1964*. Rio de Janeiro, Revan/Iuperj.

LIMA JUNIOR, Olavo Brasil. (1983). *Partidos Políticos Brasileiros – 46 a 64*. Rio de Janeiro, Graal.

\_\_\_\_\_. (1993). *Democracia e Instituições Políticas no Brasil dos Anos 80*. São Paulo, Loyola.

\_\_\_\_\_. (1999). “Eleições Presidenciais: Centralidade, Contexto e Implicações”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* vol 14, n° 40, pp. 11-30.

NICOLAU, Jairo M. (1996). *Democracia e Multipartidarismo*. Rio de Janeiro, FGV.

\_\_\_\_\_. (2007). “An Analysis of the 2002 Presidential Elections Using Logistic Regression”. *Brazilian Political Science Review*, 1, 1, pp. 125-135.

LIMONGI, Fernando. (2003). “Formas de Governo, Leis Partidárias e Processo Decisório”. *BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*. São Paulo, n. 55, pp. 07-39.

LINZ, Juan. (1991). “Presidencialismo ou Parlamentarismo: Faz Alguma Diferença?”. In: Bolívar Lamounier (org). *A Opção Parlamentarista*. São Paulo, Sumaré, pp.61-120.

LIPSET, Seymour e ROKKAN, Stein. (1990). “Cleavage Structures, Party Systems, and Voter Alignments”. In. P. Mair (eds), *West European Party System*. Oxford, Oxford University Press.

MAINWARING, Scott. (2001). *Sistemas Partidários em Novas Democracias – Caso Brasileiro*. Rio de Janeiro, FGV.

MAINWARTING, Scott e SHUGART, Matthew S. “Presidentialism and Party System”

In: Scott Mainwaring e Matthew Shugart (eds). *Presidentialism and Democracy in Latin America*, Cambridge University Press, Cambridge, 1997.

MANIN, Bernard. (1997). *The Principles of Representative Government*. New York, Cambridge University Press.

MELO, Carlos Ranulfo. (2003). “Migração Partidária na Câmara dos Deputados – Causas, Consequências e Possíveis Soluções”. In: Maria Victoria Benevides. Paulo Vannuchi e Fábio Kerche (orgs), *Reforma Política e Cidadania*. São Paulo, Perseu Abramo, pp. 321-343.

\_\_\_\_\_. (2006). “Sistema Partidário, Presidencialismo e Reforma Política no Brasil”. In: Gláucio Soares e Lucio Rennó (orgs), *Reforma Política – Lições da História Recente*. Rio de Janeiro, FGV, pp.157-175.

\_\_\_\_\_. (2007). “Nem Tanto ao Mar, Nem Tanto à Terra – Elementos para uma Análise do Sistema Partidário Brasileiro. In: Carlos Ranulfo Melo e Manuel Alcântara Sáez (orgs), *A Democracia Brasileira – Balanço e Perspectivas para o Século 21*. Belo Horizonte, UFMG, pp.267-302.

MENEGUELLO, Rachel. (2007). “Tendências Eleitorais ao Fim de 21 anos de Democracia”. In: Carlos Ranulfo Melo e Manuel Alcântara Sáez (orgs), *A Democracia Brasileira – Balanço e Perspectivas para o Século 21*. Belo Horizonte, UFMG, pp. 374-404.

MILKS, Sidney (2006). “The Presidency and Political Parties”. In: *The President and the Political System*, Michael Nelson (ed). Washington, CQPress.

PANEBIANCO, Angelo. (2005). *Modelos de Partido – Organização e Poder nos Partidos Políticos*. São Paulo, Martins Fontes.

RAE, Douglas. (1967). *The Political Consequences of Electoral Laws*. New Haven, Yale

University Press.

RODRIGUES, Leôncio Martins. (1995). “As Eleições de 1994: Uma Apreciação Geral”. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, volº 38, nº 1, pp. 71-92.

SAMPAIO, Regina. (1982). *Adhemar de Barros e o PSP*. São Paulo, Global.

SAMUELS, David. (2002). “Presidentialized Parties – The Separation of Powers and Party Organization and Behavior”. *Comparative Political Studies*, vol 35, nº 4, pp. 461-83.

\_\_\_\_\_.(2003). *Ambition, Federalism, and Legislative Politics in Brazil*. New York, Cambridge University Press.

SANTOS, Fabiano. (2002). *O Poder Legislativo no Presidencialismo de Coalizão*. Belo Horizonte, UFMG/IUPERJ.

SANTOS, Wanderley G. (2001). *O Cálculo do Conflito – Estabilidade e Crise na Política Brasileira*. Belo Horizonte, UFMG/IUPERJ.

SARTORI, Giovanni. (1982). *Partidos e Sistemas Partidários*. Brasília, UNB.

\_\_\_\_\_. (1994). *Ingeniería Constitucional Comparada*. Cidade do México, Fondo de Cultura.

SCHLESINGER, Joseph A. (1966) *Ambition and Politics*. Chicago, Rand McNally & Company.

SCHMITT, Rogério. (2005). “Os Estudos sobre Alianças e Coligações Eleitorais na Ciência Política Brasileira”. In: Rogério Schmitt e Silvana Krause (orgs), *Partidos e Coligações Eleitorais no Brasil*, pp. 11-26.

SCHUMPETER, Joseph. (1950). *Capitalism, socialism and democracy*. New York,



Haper.

SCULLY, Timothy e MAINWARING, Scott. (1995). *Building Democratic Institutions – Party Systems in Latin America*. Stanford, Stanford University Press.

SOARES, Gláucio Ary. (1973). *Sociedade e Política no Brasil*. São Paulo, Difel, 1973.

SHUGART, Matthew e CAREY, John. (1992). *Presidents and Assemblies: Constitutional Design and Electoral Dynamics*. Cambridge, Cambridge University Press.

\_\_\_\_\_. (1999). “Presidentialism, Parliamentarism, and the Provision of Collective Goods in Less-Developed Countries”. *Constitutional Political Economy*, 10, pp. 53-88.

\_\_\_\_\_ e SAMUELS, David. (2006). “Presidents, Prime Ministers, and Parties: A Neo-Madisonian Theory of Party Organization and Behavior”. Philadelphia, *American Political Science Association*.

SOUZA, Maria do Carmo Campelo de. (1990). *Estados e Partidos Políticos no Brasil*. São Paulo Alfa-Ômega, 3ª edição.

TSEBELIS, George. (1997). “Processos Decisórios em Sistemas Políticos: Veto Players no Presidencialismo, Parlamentarismo, Multicameralismo e Pluripartidarismo”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol 12, nº 34, pp.89-118.

\_\_\_\_\_. (1998). *Jogos Ocultos*. São Paulo, Edusp.

TAAGEPERA, Rein e SHUGART. (1989). *Seats and Votes*. New Haven, Yale University Press.

## Anexos

<b>Estratégias de entrada no mercado executivo estadual</b>						
<b>PT</b>						
	<b>1990</b>	<b>1994</b>	<b>1998</b>	<b>2002</b>	<b>2006</b>	<b>Média%</b>
<b>NO</b>						
<b>AC</b>	C*	C	C	C	C	100
<b>AP</b>	C	PSB	PSB	C	C	60
<b>AM</b>	PSDB	C	PSL	C	-	40
<b>PA</b>	PSDB	C	PSB	C	C	60
<b>RO</b>	C	C	C	-	C	80
<b>RR</b>	C	C	C	PSL	PMDB	60
<b>TO</b>	C	C	C	C	C	100
<b>NE</b>						
<b>AL</b>	C	PSB	PSB	C	C	60
<b>BA</b>	C	-	C	C	C	80
<b>CE</b>	C	C	C	C	PSB	80
<b>MA</b>	PSB	-	C	C	PSB	40
<b>PB</b>	C	C	PSB	C	PMDB	60
<b>PE</b>	C	PSB	PSB	C	C	60
<b>PI</b>	C	C	PSDB	C	C	80
<b>RN</b>	C	C	C	C	C	80
<b>SE</b>	C	PDT	PSB	C	C	60
<b>CO</b>						
<b>DF</b>	C	C	C	C	C	100
<b>GO</b>	C	C	C	C	PSB	80
<b>MT</b>	C	PDT	C	C	C	80
<b>MS</b>	C	C	C	C	C	100
<b>SE</b>						
<b>ES</b>	C	C	-	-	-	40
<b>MG</b>	C	C	C	C	C	100
<b>RJ</b>	C	C	PDT	C	C	80
<b>SP</b>	C	C	C	C	C	100
<b>SUL</b>						
<b>PR</b>	C	C	PMDB	C	C	80
<b>RS</b>	C	C	C	C	C	100
<b>SC</b>	-	PDT	C	C	C	60
<b>Br%</b>	85	70	59	89	70	

Fonte: cálculo elaborado pelo autor a partir de [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br)

C = candidatura própria

<b>Estratégias de entrada no mercado executivo estadual</b>						
	<b>PSDB</b>					
	<b>1990</b>	<b>1994</b>	<b>1998</b>	<b>2002</b>	<b>2006</b>	<b>Média%</b>
<b>NO</b>						
<b>AC</b>	C	PMDB	PT	PMDB	C	40
<b>AP</b>	PT	PTB	PMDB	C	C	40
<b>AM</b>	C	-	PFL	-	C	40
<b>PA</b>	C	C	C	C	C	100
<b>RO</b>	C	PMDB	PMDB	C	PMDB	40
<b>RR</b>	C	C	C	-	C	80
<b>TO</b>	PMDB	PPR	PFL	PFL	C	20
<b>NE</b>						
<b>AL</b>	PSC	-	PTB	-	C	20
<b>BA</b>	-	C	PMN	PMDB	-	20
<b>CE</b>	C	C	C	C	C	100
<b>MA</b>	PRN	-	PPB	-	C	20
<b>PB</b>	PMDB	PMDB	PMDB	C	C	40
<b>PE</b>	PMDB	PFL	C	PMDB	PFL	20
<b>PI</b>	C	PMDB	C	PFL	C	60
<b>RN</b>	PDS	-	PFL	PPB	-	0
<b>SE</b>	PMDB	C	C	PTN	PFL	40
<b>CO</b>						
<b>DF</b>	PDT	C	C	PMDB	C	60
<b>GO</b>	PDT	PP	C	C	PP	40
<b>MT</b>	C	PDT	C	C	C	80
<b>MS</b>	PDT	PMDB	C	C	PMDB	40
<b>SE</b>						
<b>ES</b>	-	C	C	C	PMDB	60
<b>MG</b>	C	C	C	C	C	100
<b>RJ</b>	C	C	C	PFL	C	80
<b>SP</b>	C	C	C	C	C	100
<b>SUL</b>						
<b>PR</b>	C	-	-	C	-	40
<b>RS</b>	PDT	PMDB	PMDB	PMDB	C	20
<b>SC</b>	C	PDT	PPB	PMDB	PMDB	20
<b>Br%</b>	48	37	52	44	63	

Fonte: cálculo elaborado pelo autor a partir de [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br)

<b>Estratégias de entrada no mercado executivo estadual</b>						
<b>PDT</b>						
	1990	1994	1998	2002	2006	Média%
<b>NO</b>						
<b>AC</b>	PT	PMDB	PT	PPS	PPS	0
<b>AP</b>	C	PSB	C	C	C	80
<b>AM</b>	PSDB	PPR	PSL	PPS	C	20
<b>PA</b>	PSDB	PSDB	-	PTB	-	0
<b>RO</b>	PDS	C	PMDB	C	PSB	40
<b>RR</b>	-	C	PPB	PTB	C	40
<b>TO</b>	PMDB	PMDB	PFL	PPS	-	20
<b>NE</b>						
<b>AL</b>	PSC	C	PSB	C	-	40
<b>BA</b>	-	PMN	C	-	-	20
<b>CE</b>	PSDB	PSDB	PT	C	PL	20
<b>MA</b>	PSB	C	PPB	C	C	60
<b>PB</b>	C	C	PMDB	-	-	40
<b>PE</b>	PMDB	PSB	PSB	C	PSB	20
<b>PI</b>	PT	PMDB	PMDB	PPS	-	0
<b>RN</b>	C	C	PT	-	-	40
<b>SE</b>	-	C	PSB	PFL	C	40
<b>CO</b>						
<b>DF</b>	C	C	PT	PPS	-	20
<b>GO</b>	C	-	PT	PTB	PMDB	20
<b>MT</b>	PT	C	-	-	-	20
<b>MS</b>	C	PPR	PT	C	-	20
<b>SE</b>						
<b>ES</b>	C	-	C	PTB	C	80
<b>MG</b>	PSDB	-	PT	-	-	0
<b>RJ</b>	C	C	C	C	C	100
<b>SP</b>	-	C	C	PTB	C	60
<b>SUL</b>						
<b>PR</b>	-	C	PMDB	C	C	40
<b>RS</b>	C	C	C	-	C	80
<b>SC</b>	C	C	PT	-	C	60
<b>Br%</b>	37	52	22	33	40	

Fonte: cálculo elaborado pelo autor a partir de [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br)

<b>Estratégias de entrada no mercado executivo estadual</b>						
<b>PDS/PPR/PPB/PP</b>						
	<b>1990</b>	<b>1994</b>	<b>1998</b>	<b>2002</b>	<b>2006</b>	<b>Média%</b>
<b>NO</b>						
<b>AC</b>	C	C	PPB	PMDB	PT	40
<b>AP</b>	PFL	PMDB	PMDB	PDT	PDT	0
<b>AM</b>	PMN	C	PSL	PSB	PMDB	20
<b>PA</b>	PTB	C	PSDB	PSDB	PSDB	20
<b>RO</b>	C	C	C	C	PMDB	80
<b>RR</b>	C	PSDB	C	PTB	PSDB	40
<b>TO</b>	C	C	PPB	PFL	PSDB	40
<b>NE</b>						
<b>AL</b>	-	PP	-	PRTB	PTB	0
<b>BA</b>	C	-	PFL	PFL	PFL	20
<b>CE</b>	C	PMDB	PSDB	PSDB	PSB	20
<b>MA</b>	PRN	C	C	PDT	PFL	40
<b>PB</b>	C	C	PMDB	PMDB	PSDB	40
<b>PE</b>	PFL	-	PMDB	PMDB	PSB	0
<b>PI</b>	PFL	PFL	PFL	PFL	PMDB	0
<b>RN</b>	C	-	PMDB	C	PMDB	40
<b>SE</b>	PMDB	PSDB	PSDB	PFL	PFL	0
<b>CO</b>						
<b>DF</b>	-	-	PMDB	C	PFL	20
<b>GO</b>	PDC	-	PSDB	PSDB	C	20
<b>MT</b>	PFL	PTB	PFL	PPB	PP	0
<b>MS</b>	PTB	C	PSDB	PTB	PT	20
<b>SE</b>						
<b>ES</b>	-	-	PSDB	PSDB	PDT	0
<b>MG</b>	-	-	PSDB	PSDB	PSDB	0
<b>RJ</b>	-	-	PFL	PSB	PMDB	0
<b>SP</b>	C	PP	C	C	PMDB	60
<b>SUL</b>						
<b>PR</b>	-	-	PFL	PDT	PDT	0
<b>RS</b>	C	C	-	C	C	80
<b>SC</b>	PFL	C	C	C	C	80
<b>Br%</b>	33	37	19	22	11	

Fonte: cálculo elaborado pelo autor a partir de [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br)

<b>Estratégias de entrada no mercado executivo estadual</b>						
	<b>PMDB</b>					
	1990	1994	1998	2002	2006	Média%
<b>NO</b>						
<b>AC</b>	C	C	C	C	PPS	80
<b>AP</b>	C	C	C	PSDB	PDT	60
<b>AM</b>	C	-	PFL	C	C	20
<b>PA</b>	C	PPR	C	C	C	80
<b>RO</b>	PMN	C	C	-	C	60
<b>RR</b>	PDS	C	C	-	C	60
<b>TO</b>	C	C	C	C	C	100
<b>NE</b>						
<b>AL</b>	PSC	C	PTB	-	PSDB	20
<b>BA</b>	C	C	PFL	C	PT	60
<b>CE</b>	PDS	C	C	C	PSB	60
<b>MA</b>	PRN	-	PFL	PFL	PSDB	0
<b>PB</b>	C	C	C	C	C	100
<b>PE</b>	C	C	C	C	PFL	80
<b>PI</b>	PSDB	C	C	C	C	80
<b>RN</b>	PDT	C	C	PPB	C	60
<b>SE</b>	C	PSDB	PSDB	PSDB	PT	20
<b>CO</b>						
<b>DF</b>	PL	PTB	C	C	PSDB	40
<b>GO</b>	C	C	C	C	C	100
<b>MT</b>	C	PDT	PFL	PSDB	PPS	20
<b>MS</b>	PDT	C	PSDB	PSDB	C	40
<b>SE</b>						
<b>ES</b>	C	-	C	PSDB	C	60
<b>MG</b>	C	C	C	C	PT	80
<b>RJ</b>	C	C	PSDB	PFL	C	60
<b>SP</b>	C	C	C	C	C	100
<b>SUL</b>						
<b>PR</b>	C	-	C	C	C	80
<b>RS</b>	C	C	C	C	C	100
<b>SC</b>	C	C	C	C	C	100
<b>Br%</b>	63	74	70	59	59	

Fonte: cálculo elaborado pelo autor a partir de [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br)

<b>Estratégias de entrada no mercado executivo estadual</b>						
	<b>PSB</b>					
	<b>1990</b>	<b>1994</b>	<b>1998</b>	<b>2002</b>	<b>2006</b>	<b>Média%</b>
<b>NO</b>						
<b>AC</b>	-	PT	PT	-	PT	0
<b>AP</b>	PT	C	C	C	C	80
<b>AM</b>	PSDB	PL	PSL	C	-	20
<b>PA</b>	PSDB	PSDB	C	C	PT	40
<b>RO</b>	PMN	PMDB	-	C	C	40
<b>RR</b>	-	PDT	-	-	PMDB	0
<b>TO</b>	-	PMDB	PFL	C	PSDB	20
<b>NE</b>						
<b>AL</b>	PT	C	C	C	-	60
<b>BA</b>	PCdoB	-	PDT	C	PT	20
<b>CE</b>	PT	PT	PT	C	C	40
<b>MA</b>	C	-	PPB	-	C	40
<b>PB</b>	PT	PT	C	-	PMDB	20
<b>PE</b>	PMDB	C	C	C	C	80
<b>PI</b>	PT	PT	PSDB	C	PT	20
<b>RN</b>	PT	C	PFL	C	C	60
<b>SE</b>	PT	PDT	C	-	PT	20
<b>CO</b>						
<b>DF</b>	-	PT	PT	C	PT	20
<b>GO</b>	PT	-	PMDB	PGT	C	20
<b>MT</b>	PT	PDT	PSDB	C	PPS	20
<b>MS</b>	PT	PMDB	PT	C	PT	20
<b>SE</b>						
<b>ES</b>	-	PT	C	C	-	40
<b>MG</b>	PT	PT	PT	C	PSDB	20
<b>RJ</b>	PT	-	PDT	C	PT	20
<b>SP</b>	PT	PT	PDT	C	C	40
<b>SUL</b>						
<b>PR</b>	PT	-	PFL	C	PDT	20
<b>RS</b>	PT	PT	PT	C	C	40
<b>SC</b>	-	-	PT	C	C	40
<b>Br%</b>	4	15	26	78	37	

Fonte: cálculo elaborado pelo autor a partir de [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br)

<b>Estratégias de entrada no mercado executivo estadual</b>				
<b>PPS</b>				
	1998	2002	2006	Média%
<b>NO</b>				
<b>AC</b>	PT	C	C	66
<b>AP</b>	PSB	PDT	PSDB	0
<b>AM</b>	PSL	C	PSDB	33
<b>PA</b>	PSDB	PTB	-	0
<b>RO</b>	PMDB	PPB	C	33
<b>RR</b>	-	PTB	PMDB	0
<b>TO</b>	PMDB	C	PMDB	33
<b>NE</b>				
<b>AL</b>	PSB	PRTB	PSDB	0
<b>BA</b>	PDT	-	PT	0
<b>CE</b>	PSDB	-	PSDB	0
<b>MA</b>	-	PDT	PDT	0
<b>PB</b>	-	-	-	0
<b>PE</b>	PSDB	-	PFL	0
<b>PI</b>	PMDB	C	PSDB	33
<b>RN</b>	PMDB	PTB	PSB	0
<b>SE</b>	PSDB	PFL	PFL	0
<b>CO</b>				
<b>DF</b>	PSDB	C	PFL	33
<b>GO</b>	PMDB	PTB	PP	0
<b>MT</b>	-	C	C	66
<b>MS</b>	PT	PDT	PMDB	0
<b>SE</b>				
<b>ES</b>	PDT	-	PDT	0
<b>MG</b>	PMDB	-	PSDB	0
<b>RJ</b>	C	PDT	C	66
<b>SP</b>	PT	PTB	PSDB	0
<b>SUL</b>				
<b>PR</b>	PFL	C	C	66
<b>RS</b>	C	C	PSDB	66
<b>SC</b>	PT	C	PMDB	33
<b>Br%</b>	7	33	18	

Fonte: cálculo elaborado pelo autor a partir de [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br)



<b>Cabeça de chapa das duas candidaturas mais votadas nas eleições para governador</b>										
<b>1990-2006</b>										
	<b>1990</b>		<b>1994</b>		<b>1998</b>		<b>2002</b>		<b>2006</b>	
	<b>1°</b>	<b>2°</b>	<b>1°</b>	<b>2°</b>	<b>1°</b>	<b>2°</b>	<b>1°</b>	<b>2°</b>	<b>1°</b>	<b>2°</b>
<b>NO</b>										
<b>AC</b>	PDS	PT	PPR	PMDB	PT	PFL	PT	PMDB	PT	PPS
<b>AP</b>	PFL	PT	PSB	PTB	PSB	PDT	PDT	PT	PDT	PSB
<b>AM</b>	PMDB	PSDB	PPR	PL	PFL	PSL	PPS	PMDB	PMDB	PFL
<b>PA</b>	PMDB	PTB	PSDB	PPR	PSDB	PMDB	PSDB	PT	PT	PSDB
<b>RO</b>	PTR	PRN	PMDB	PDT	PFL	PMDB	PSDB	PFL	PPS	PT
<b>RR</b>	PTB	PDS	PTB	PSDB	PPB	PSDB	PSL	PTB	PSDB	PMDB
<b>TO</b>	PMDB	PDC	PPR	PMDB	PFL	PMDB	PFL	PMDB	PMDB	PSDB
<b>NE</b>										
<b>AL</b>	PSC	PRN	PMDB	PP	PSB	PTB	PSB	PRTB	PSDB	PTB
<b>BA</b>	PFL	PMDB	PFL	PMN	PFL	PT	PFL	PT	PT	PFL
<b>CE</b>	PSDB	PDS	PSDB	PMDB	PSDB	PMDB	PSDB	PT	PSB	PSDB
<b>MA</b>	PFL	PRN	PFL	PPR	PFL	PPB	PFL	PDT	PDT	PFL
<b>PB</b>	PMDB	PDT	PMDB	PDT	PMDB	PSB	PSDB	PMDB	PSDB	PMDB
<b>PE</b>	PFL	PMDB	PSB	PFL	PMDB	PSB	PMDB	PT	PSB	PFL
<b>PI</b>	PFL	PSDB	PMDB	PFL	PMDB	PFL	PT	PFL	PT	PMDB
<b>RN</b>	PDS	PDT	PMDB	PDT	PMDB	PFL	PSB	PPB	PSB	PMDB
<b>SE</b>	PMDB	PT	PSDB	PDT	PSDB	PFL	PFL	PT	PT	PFL
<b>CO</b>										
<b>DF</b>	PTR	PT	PT	PTB	PMDB	PT	PMDB	PT	PFL	PSDB
<b>GO</b>	PMDB	PDC	PMDB	PP	PSDB	PMDB	PSDB	PMDB	PP	PMDB
<b>MT</b>	PFL	PMDB	PDT	PTB	PSDB	PFL	PPS	PSDB	PPS	PSDB
<b>MS</b>	PTB	PDT	PMDB	PPR	PT	PSDB	PT	PSDB	PMDB	PT
<b>SE</b>										
<b>ES</b>	PDT	PFL	PT	PSD	PSDB	PDT	PSB	PTB	PMDB	PDT
<b>MG</b>	PRS	PRN	PSDB	PP	PMDB	PSDB	PSDB	PT	PSDB	PT
<b>RJ</b>	PDT	PT	PSDB	PDT	PDT	PFL	PSB	PT	PMDB	PPS
<b>SP</b>	PMDB	PDS	PSDB	PDT	PSDB	PPB	PSDB	PT	PSDB	PT
<b>SUL</b>										
<b>PR</b>	PMDB	PRN	PDT	PP	PFL	PMDB	PMDB	PDT	PMDB	PDT
<b>RS</b>	PDT	PDS	PMDB	PT	PT	PMDB	PMDB	PT	PSDB	PT
<b>SC</b>	PFL	PMDB	PMDB	PPR	PPB	PMDB	PMDB	PPB	PMDB	PP

Fonte: TSE dados coletados pelo autor

<b>Partidos que lançaram candidatos e venceram eleições para governador 1990-2006</b>				
	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>Partidos Vencedores</b>
<b>NO</b>				
<b>AC</b>	Prona	-	PT PMDB	PDS PPR PT
<b>AP</b>	PT	PDT PSB	-	PFL PSB PDT
<b>AM</b>	PMDB PSTU	-	-	PMDB PPR PFL PPS
<b>PA</b>	PT PSTU	PMDB	PSDB	PMDB PSDB PT
<b>RO</b>	PMDB PFL	PP PT	-	PTR PMDB PFL PSDB PPS
<b>RR</b>	PTB PMDB	PSDB	-	PTB PPB PSL PSDB
<b>TO</b>	-	PT	PMDB	PMDB PPR PFL
<b>NE</b>				
<b>AL</b>	PT PSB	-	-	PSC PMDB PSB PSDB
<b>BA</b>	PMDB	PT	PFL	PFL PT
<b>CE</b>	PMDB PSTU	PT	PSDB	PSDB PSB
<b>MA</b>	PDT PSTU	-	PFL	PFL PDT
<b>PB</b>	PT	-	PMDB	PMDB PSDB
<b>PE</b>	PFL PT	PMDB PSB PSTU	-	PFL PSB PMDB
<b>PI</b>	PSDB PMN	PFL PT PMDB	-	PFL PMDB PT
<b>RN</b>	PMDB PSB	PT	-	PDS PMDB PSB
<b>SE</b>	PFL	PT	-	PMDB PSDB PFL PT
<b>CO</b>				
<b>DF</b>	PMDB PCO	-	PT	PTR PT PMDB PFL
<b>GO</b>	-	PT	PMDB	PMDB PSDB PP
<b>MT</b>	-	PT PSDB	-	PFL PDT PSDB PPS
<b>MS</b>	PTB		PT	PTB PMDB PT
<b>SE</b>				
<b>ES</b>	PDT PMDB PSDB	-	-	PDT PT PSDB PSB PMDB
<b>MG</b>	PSTU	PMDB	PSDB PT	PRS PSDB PMDB
<b>RJ</b>	PDT PT PMDB PSDB Prona	PDT PT PSDB	PDT	PDT PSDB PSB PMDB
<b>SP</b>	PP PDT Prona PSC	-	PMDB PSDB PT	PMDB PSDB
<b>SUL</b>				
<b>PR</b>	PDT	PMDB PT	-	PMDB PDT PFL
<b>RS</b>	Prona	PDT PP	PMDB PT	PDT PMDB PT PSDB
<b>SC</b>	PDT PT	PP	PMDB	PFL PMDB PPB

Fonte: TSE

